

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**



**PATRIMÔNIO CULTURAL: DISCUSSÕES, PRÁTICAS E
REFLEXÕES (PROPOSTA DE REIMPLANTAÇÃO DE UM
PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA REDE
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
GOIÂNIA)**

Vera Lúcia Abrantes D'Osvualdo

Orientadora: Dra. Sibeli Aparecida Viana

**Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural
Área de concentração: Arqueologia**

**Goiânia – GO
2008**

VERA LÚCIA ABRANTES D'OSVUALDO

PATRIMÔNIO CULTURAL: DISCUSSÕES, PRÁTICAS E REFLEXÕES (PROPOSTA DE REIMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA REDEMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA)

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Arqueologia

Orientadora: Dra. Sibeli Aparecida Viana

Goiânia-GO
2008

É no encontro com seu passado que um grupo humano encontra energia para enfrentar seu presente e preparar seu futuro.

Edgar Morin

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Sibeli Aparecida Viana, pela competência em sua orientação, pela ética profissional demonstrada em todos os instantes.

Aos professores do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural/IGPA/UCG, pelas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Escola Municipal Professor Aristoclides Teixeira, especialmente à direção, aos professores, aos funcionários e aos alunos da turma H-01, que participaram da realização da pesquisa.

Aos meus familiares, pela dedicação, apoio e paciência, em especial, à minha irmã Lucinéia de Oliveira, Natalina D'Osvualdo, minhas filhas Lorena Abrantes D'Osvualdo e Grazielly Abrantes D'Osvualdo.

RESUMO

A presente pesquisa visa a discutir e refletir a reimplantação de um curso de capacitação em Educação Patrimonial para os professores da Rede Municipal de Educação do município de Goiânia. No ano de 2004, ocorreu a primeira iniciativa, quando 49 educadores participaram de um curso de Educação Patrimonial, porém esse projeto, que possuía uma dimensão maior (além do curso em si), não se desenvolveu. O presente trabalho surgiu a partir de um curso de Educação Patrimonial realizado em uma escola municipal. Tal curso formou 11 educadores que se tornaram multiplicadores em uma turma do Ensino Fundamental selecionada. A viabilidade do presente projeto se fundamenta em dois referenciais: um trabalho de Educação Patrimonial realizado em uma escola municipal de Goiânia, que serviu de referência para a estruturação desse projeto; uma análise qualitativa realizada com os professores que participaram do primeiro curso de Educação Patrimonial (2004), acerca do aproveitamento daquele evento e de sua extensão às suas atividades acadêmicas.

Palavras-chave: Educação Patrimonial _ Formação de professores multiplicadores _ Patrimônio Cultural e Arqueológico.

ABSTRACT

This research aims to discuss and reflect the reintroduction of a course of training in Heritage Education for teachers of the Municipal Network for Education in the municipality of Goiania. In 2004, was the first initiative, where 49 teachers participated in a course of Education Sheets, but this project, which had a larger (than the course itself), not developed. This work arose from a course of Education Asset held in a municipal school. This course formou 11 educators who have become multipliers in a class of elementary school selected. The viability of this project is based on two benchmarks: a work of Heritage Education held in a municipal school of Goiania, which served as reference for structuring this project, a qualitative analysis conducted with teachers who attended the first course of Education Sheet (2004), about the exploitation of that event and its extension to his academic activities.

Keywords: Heritage Education _Teacher Training multiplier _ Archaeological and Cultural Heritage.

LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURAS

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EIA – Estudos de Impactação Ambiental

EMPAT – Escola Municipal Professor Aristoclides Teixeira

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

RME – Rede Municipal de Educação

SME – Secretaria Municipal de Educação

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO _____	6
2. OBJETIVOS _____	9
3. REFERÊNCIAS CONCEITUAIS _____	10
3.1 Bases fundamentais, conceituais e históricas da educação e da sua interdisciplinaridade com o patrimônio cultural _____	10
3.1.1 Conceito de educação _____	10
3.1.2 Breve histórico da educação brasileira _____	15
3.1.3 Conceitos e reflexões sobre a interdisciplinaridade _____	23
3.2 Bases regulamentadoras da interdisciplinaridade nas instituições escolares: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) e Parâmetros Curriculares da Educação (PCN's) _____	35
3.3 Educação Patrimonial: Conceito e base legal _____	43
4. POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL _____	48
5. METODOLOGIA _____	53
6. METODOLOGIA OPERACIONAL _____	58
6.1 Parcerias com instituições _____	58
6.2 Coordenação geral, divulgação e capacitação dos professores _____	58
6.3 Estrutura e conteúdos do curso _____	59
6.3.1 Módulo I – Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial- 24 Horas _____	59
6.3.2 Módulo II – Patrimônio Arqueológico – 8 Horas _____	59
6.3.3 Módulo III – Política da Preservação do Patrimônio Cultural – 12 Horas _____	60
6.3.4 Módulo IV – Patrimônio e Memória – 8 Horas _____	60
6.3.5 Módulo V - Os lugares de Memória e a Educação – 8 Horas _____	60
6.3.6 Módulo VI – Patrimônio Imaterial e Educação – 8 Horas _____	61
6.3.7 Módulo VII – Visitas Técnicas – 24 Horas _____	61
7. ORÇAMENTO DO CURSO _____	63

8. VIABILIDADE DE REIMPLANTAÇÃO DO PROJETO - ANÁLISE AVALIATIVA DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL REALIZADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO _____	64
9. ANÁLISES DAS RESPOSTAS DOS PROFESSORES DA EMPAT (“A”) _	66
9.1 Análises dos dados (respostas) dos questionários _____	67
10. Análises das respostas dos alunos da turma pesquisada da EMPAT __	107
11. Análises das respostas dos questionários aplicados aos professores que participaram do curso proposto pela SME, no ano de 2004 _____	126
12. AVALIAÇÃO _____	142
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	148
ANEXO 1 _____	153
Projeto do Curso de Capacitação sobre Educação Patrimonial (Para os Professores e Alunos da EMPAT) _____	153
ANEXO 2 _____	180
<input type="checkbox"/> Questionário-Modelo aplicado aos Professores da EMPAT _____	180
<input type="checkbox"/> Questionário-Modelo aplicado aos Alunos da EMPAT _____	180
<input type="checkbox"/> Questionário-Modelo aplicado aos Professores da SME (Termo de Compromisso) _____	180
ANEXO 3 _____	186
RELATÓRIO FINAL _____	186
Curso de Educação Patrimonial realizado com os Professores e alunos da EMPAT _____	186
ANEXO 4 _____	230
Planilha de Custo do Curso de Educação Patrimonial da SME para o ano de 2009 _____	230
ANEXO 5 _____	232

Reportagens de jornais locais referentes ao Projeto de Educação Patrimonial realizado na EMPAT e sobre a Educação Patrimonial_____ 232

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa consiste em discutir e refletir a respeito do Patrimônio Cultural para as instituições escolares, por meio da reimplantação de um curso de capacitação para os professores sobre a Educação Patrimonial na Rede Municipal de Educação (RME) do município de Goiânia. A primeira proposta de implantação ocorreu no ano de 2004, por meio da execução de um projeto intitulado: “Curso Patrimônio Cultural e Educação”, inserido em um Programa mais amplo, denominado “Prazer em conhecer, compromisso de preservar”¹, sob a coordenação do professor Euder Arrais Barretos.

A execução e o acompanhamento do referido curso ocorreu na Divisão de Estudos e Projetos do Departamento Pedagógico, da Secretaria Municipal de Educação (SME), visto que é nessa instância que se elabora, executa, acompanha e coordena vários projetos desenvolvidos a partir de parcerias.

Tal curso contou com uma carga horária de 180 horas, capacitou 49 professores e foi bem avaliado pelos participantes, conforme se vê nas avaliações do documento do relatório final do referido curso.

Constata-se, no entanto, que algumas ações programadas no escopo do Projeto deixaram de ser executadas, dentre elas a publicação de um livro contendo artigos e textos escritos pelos professores que ministraram os cursos. Tal ação seria importante de ser concluída por servir, principalmente, de referencial bibliográfico para futuras ações educativas centradas na Educação Patrimonial. Também não foi efetivada pelos profissionais responsáveis a verificação, avaliação e acompanhamento da atuação dos professores participantes, em suas respectivas escolas no sentido de implantar o projeto que elaboraram no final do curso, quando propuseram a sua execução na instituição em que atuavam naquele ano de 2004.

Diante da situação de ruptura de tal projeto e, por outro lado, do reconhecimento da importância desse trabalho no *locus* escolar da RME, o presente projeto propõe-se discutir a viabilidade de retomada de extensão e expansão desse

¹ Este curso foi realizado no Centro de Formação Paulo Freire, instituição responsável pela capacitação dos professores e funcionários da Rede Municipal de Educação, da cidade de Goiânia.

trabalho, não como uma atividade isolada na prática escolar, mas como uma ação que integre e divulge a abordagem a respeito do Patrimônio Histórico Cultural na Rede Municipal de Educação.

A idéia de se trabalhar com a proposta de reimplantação do curso de Educação Patrimonial da RME foi reforçada pelo desenvolvimento de um projeto de Educação Patrimonial em um *locus* escolar específico - Escola Municipal Professor Aristoclides Teixeira (EMPAT). Tal trabalho inseriu-se num projeto mais amplo que, em termos gerais, fez-se um levantamento do Patrimônio Arqueológico e Histórico Cultural², inserido em uma área de impacto ambiental.

A partir da realização deste trabalho, despertou-se o interesse dos professores da EMPAT, em aprofundarem seus conhecimentos a respeito do assunto e, ainda, sentiu-se a necessidade de expandirem a experiência adquirida. Para tanto, optou-se por resgatar o projeto de 2004, reestruturando-o e readequando-o às necessidades e às conjunturas atuais e acrescentando novas metodologias ao novo projeto que se propõe em implantar a partir de 2009.

É também propósito do presente Projeto suscitar discussões referentes ao reconhecimento da importância do Patrimônio Cultural para a sala de aula, tendo como parâmetros de ajuste, de adequação e de análise avaliativa, questionários, os quais foram respondidos pelos professores e alunos da EMPAT e da Secretaria Municipal de Educação (SME).

Os questionários foram aplicados para dez professores que participaram do curso de Educação Patrimonial, em 2004, que foram selecionados por meio de sorteio. Esses questionários são constituídos de perguntas relacionadas ao conteúdo do curso e de sua extensão e a respeito da proposta de se reimplantar o

² Essa área localiza-se na Região Norte do município de Goiânia, nas proximidades das áreas que serão impactadas pela SANEAGO, por meio das adutoras de água do Ribeirão João Leite. Nessa região, bem como na área onde se formará o lago, foram registrados e estudados 23 sítios arqueológicos. Esses sítios foram trabalhados durante a implantação do projeto de levantamento e resgate do patrimônio arqueológico, desenvolvidos por Viana e Barbosa (2004), em convênio entre a UCG/Fundação Aroeira e SANEAGO e, atualmente (2008), por Viana e Torres (2008), coordenadores responsáveis por esse projeto. O trabalho de Educação Patrimonial foi desenvolvido com a comunidade local, via instituição educacional e ficou sob a responsabilidade da professora mestrandia Vera Lúcia Abrantes D'Osvualdo.

curso na RME, no ano de 2009. Este recurso metodológico foi utilizado com o objetivo de utilizar um instrumento, que consolidasse, por meio da pesquisa qualitativa, dados científicos, que comprovassem a viabilidade de execução do objeto que se propõe a referida pesquisa.

Os professores pesquisados da SME manifestaram-se positivamente em relação à reimplantação do referido curso na RME, tendo em vista a importância de se trabalhar, discutir e refletir com os alunos os conteúdos relacionados ao conhecimento, preservação e divulgação do Patrimônio Histórico Cultural e a importância desses conhecimentos para a formação. Parte-se do pressuposto de que os educadores têm de conhecer tais conteúdos, para serem facilitadores e multiplicadores, ampliando a função de transformador social, que é inerente ao papel de educador.

O presente projeto foi estruturado, para ser desenvolvido em 4 anos, a partir do ano de 2009, contando com a participação de 80 professores, provenientes da RME, que serão capacitados ao longo do ano letivo, distribuídos em duas turmas, cada uma contendo 40 educadores. Para os três anos seguintes (2010, 2011 e 2012), há uma grande possibilidade de se dar continuidade ao projeto, o que, no final, capacitaria 80 profissionais por ano, assim, atingiria um total de 320 professores da RME.

2. OBJETIVOS

Este trabalho tem por objetivo:

- Despertar nos atores envolvidos o respeito às diferenças culturais, criando possibilidades de discussões, reflexões, por meio da abordagem dos conteúdos referentes ao Patrimônio Histórico Cultural.
- Levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição e o uso de conceitos e habilidades, na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional, através da abordagem dos conteúdos referentes ao Patrimônio Histórico Cultural.
- Desenvolver o fortalecimento das relações sociais das pessoas envolvidas com os seus valores, suas crenças, suas heranças culturais, que são passadas de geração em geração, identificando a manutenção e o resgate dos laços de memória individual e coletiva, de diferentes grupos que compõem a sociedade, por meio da valorização e da preservação dos bens culturais materiais e imateriais.
- Levar os atores envolvidos a perceberem, na Educação Patrimonial, a sua dimensão de formação de cidadania, de identidade, estimulando-os à conscientização do caráter público do Patrimônio Cultural.
- Contribuir para a capacitação dos educadores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação e instrumentalizá-los para serem multiplicadores dos conhecimentos relacionados ao Patrimônio Histórico Cultural, via curso de Educação Patrimonial.
- Estimular o debate sobre a inclusão da Educação Patrimonial na Rede Municipal de Educação de Goiânia, nos currículos do Ensino Fundamental, numa perspectiva interdisciplinar.

3. REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

3.1 Bases fundamentais, conceituais e históricas da educação e da sua interdisciplinaridade com o patrimônio cultural

Neste capítulo, serão abordados alguns elementos referentes às bases fundamentais, conceituais e históricas da Educação, da Interdisciplinaridade e de suas interfaces com o Patrimônio Cultural. Primeiramente, serão feitas algumas observações a respeito de como ocorreu a educação no Brasil, momento em que será analisada a legislação que a regulamenta. Será apresentado também um breve histórico acerca de algumas reflexões sobre as práticas da preservação do Patrimônio Histórico Cultural.

Com o intuito de melhor conhecer o significado e a historicidade da educação, propõe-se inicialmente a sua definição.

3.1.1 Conceito de educação

A educação é um processo de humanização construído historicamente de forma contínua, pelo qual se possibilita que os seres humanos se insiram e atuem na sociedade, passando de geração em geração os valores, as crenças, os costumes e as culturas.

O termo “educação” geralmente remete à escola ou, ao menos a consideramos, num primeiro momento, como sinônimos. Brandão (2006) argumenta que devemos considerar a educação como uma continuidade que transcorre ao longo de toda a vida. Hoje, fala-se da educação como um processo permanente que deve contribuir para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e das comunidades.

Pode-se afirmar que o termo educação engloba um universo que vai além dos muros da escola, principalmente, no que diz respeito ao acesso aos conhecimentos historicamente sistematizados pela sociedade. Percebe-se que, com a globalização e com os avanços tecnológicos, a educação enfrenta novos desafios: novas relações sociais, novas linguagens, novos estilos e comportamentos sociais. Portanto, é também no âmbito escolar que todas essas reflexões acontecem, exigindo do educador uma prática educativa coerente com toda esta visão de amplitude que a educação traz em suas discussões, sendo integrada em todo o contexto social.

Libâneo (2007) completa essa reflexão ao considerar que existem diversas expressões que são utilizadas para caracterizar o “acontecer educativo”, como prática intencional escolar, dentre elas destacam-se: o processo educativo, a prática educativa e a atividade intencional. No entanto, o autor também acredita que a educação pode ser vista como uma realidade multifacetada, que permeia toda a vida social. Por isso, ela não pode ser considerada apenas no âmbito escolar, pois está presente em outros contextos e sua existência está registrada antes mesmo de ser incluída na escola. Sendo assim, a instituição escolar não é o único lugar onde ela acontece e a sua prática não tem na figura do professor o seu único praticante.

É interessante considerar as idéias de Brandão (2006) sobre o que é educação, para que seja possível contextualizá-la na história e, conseqüentemente, entender as diversas transformações nela existentes para se compreender o contexto educacional atual. Segundo o referido autor, não existe um único modelo de educação, pois, ela está presente de maneira diferente em cada povo e/ou sociedade e representa o modo de vida dos grupos que a criam e recriam. Nesse sentido, a educação contribui para o progresso e a existência do homem,

[...] ajuda a criá-los, através de passar de uns para os outros o saber que os constitui e legitima [...], participa do processo de produção de crenças e idéias [...] que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades (BRANDÃO, 2006, p.11).

O mesmo autor ainda exemplifica como o ato de educar pode efetivar-se fora do contexto escolar, no momento em que descreve que, numa tribo indígena, a sabedoria acumulada daquele grupo não é transmitida por meio de “aulas” e da escola, mas por meio do que se aprende nas situações diárias e é devido às diferentes aquisições de trocas entre pessoas, com o corpo, com a experiência, a consciência e, o mais importante, a convivência. A educação indígena que se fazia estava relacionada à vida daqueles jovens bons pescadores, caçadores, guerreiros, conhecedores da vida na floresta e capazes de sobreviver frente às adversidades que aquele ambiente lhes proporcionava. Observa-se que é mediante estes atos de transmissão de conhecimentos que o processo de aprendizagem vai se concretizando, conforme afirma Brandão (2006, p. 18):

São situações de aprendizagem aquelas em que as pessoas do grupo trocam bens materiais entre si ou trocam serviços e significados: na turma de caçada, no barco de pesca, no canto da cozinha da palhoça, na lavoura familiar ou comunitária de mandioca, nos grupos de brincadeiras de meninos e meninas, nas cerimônias religiosas.

Percebe-se, assim, que, para esse autor, a educação ocorre sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar e de aprender, seja em uma tribo, na sociedade, nos grupos ou na instituição escolar. No entanto, o que diferencia a escola de outras instâncias, no tocante ao ato de educar, é que ela é a responsável por transmitir às pessoas o saber historicamente sistematizado pela humanidade, construído ao longo de gerações.

Menezes (1984, p. 34) afirma que

[...] É importante ter sempre presente a preservação da memória e que as tradições não se constituem por obra da natureza, mas por ação humana. Saber como as tradições surgiram e se estabeleceram em um determinado grupo social são importantes para a compreensão das relações sociais, das relações de aprendizagem e das normas de comportamento que são repassadas de geração em geração, através de situações que levam os indivíduos a repetirem manifestações contínuas de saberes específicos que geram a continuidade, levando-o a relacionar-se com seu passado, com sua história.

Hobsbawm (1997, p.16), a respeito das tradições, diz que

[...] a força e a adaptabilidade das tradições genuínas não devem ser confundidas com “a invenção das tradições”, porque não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam. A educação é um dos caminhos que, se pode utilizar como forma de transmissão e de conservação dos saberes de um determinado grupo social.

É importante voltar à visão que Libâneo (2007) tem acerca do conceito de educação. O autor lembra a origem latina do termo *educar*, que significa alimentar, cuidar e criar, referindo-se tanto às plantas, aos animais, como às crianças e de *educere*, que está relacionado a “tirar para fora de”, “conduzir para”, “modificar um estado”. O autor relaciona os termos *educare* e *educere* ao paradoxo de alimentar e educar, ou seja, a educação é uma forma de alimentar o sujeito de conhecimentos, ao educá-lo, retira-se dele todas as possibilidades possíveis de aprendizagens.

A visão crítica a respeito da educação é ampliada. Demonstra-se a sua importância, a partir do momento em que Marx e Engels afirmam que ela, pode ser compreendida somente como produto do desenvolvimento social, determinada pelas relações sociais vigentes em cada sociedade e, portanto, depende dos interesses e das práticas de classe, de tal modo que a transformação é um processo ligado à transformação das relações sociais (LIBÂNEO, 2007).

Adorno (2000) lembra que o sentido etimológico da educação está na mudança do sujeito de um estado para outro, de modo intencional, preparando-o para atuar no mundo. Segundo o autor, o termo educação significa cuidados que se aplicam aos educandos, visando adaptar seu comportamento a expectativas e exigências de um determinado meio social.

Fazendo-se uma reflexão a respeito do pensamento dos três autores acima citados, percebe-se que todos compreendem que a educação não se configura numa fórmula pronta a ser seguida, mas trata-se de um processo a se desvendar. Os conhecimentos prévios dos educandos são levados em consideração, sendo, assim, são acrescentados neste trabalho constante do educar. Então, ao se inserir a história da comunidade no currículo escolar, para que esta se inclua na educação, cria-se, a motivação necessária para que esse processo de aprendizagem aconteça.

Educação é, portanto, um processo contínuo que orienta e conduz o indivíduo a novas descobertas, a fim de tomar suas próprias decisões, dentro de suas capacidades e possibilidades.

Para concluir essa reflexão, citamos Freire (2001) que aponta o caráter contínuo da educação, ou seja, não existem seres educados e não educados, pois estamos todos nos educando, mutuamente, em constante troca de experiências. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos. A ação educativa implica um conceito de homem e de mundo concomitantes. É preciso não apenas estar no mundo e sim estar aberto ao mundo.

Bourdieu, segundo Nogueira (2007), trás uma reflexão crítica a respeito da educação em que a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família transforma-se em capital cultural. E este, segundo o sociólogo, está diretamente relacionado ao desempenho e o rendimento que os alunos têm na sala de aula. Eles tendem a ser julgados pela quantidade e pela qualidade do conhecimento que já trazem de casa, assim como por várias heranças, como a postura corporal e a habilidade de falar em público. Só os alunos oriundos das camadas superiores da sociedade têm como responder às expectativas do sistema de ensino.

A escola costuma considerar essas características como naturais nos alunos das classes mais altas, assim como costuma ver nas crianças menos privilegiadas economicamente um desafio. Pior que isso, os próprios estudantes mais pobres acabam encarando a trajetória dos bem-sucedidos como resultante de um esforço recompensado e acabam aceitando esta condição como algo inerente à sua realidade social e econômica.

Nesse contexto, a avaliação escolar funciona como um julgamento moral e estético, além de exercer uma triagem social. Uma amostra dos mecanismos de reprodução de desigualdade está no fato, facilmente verificável, de que a frustração com o fracasso escolar leva muitos alunos e suas famílias a investir menos esforços no aprendizado formal, desenhando um círculo que se auto-alimenta. Ao mesmo

tempo, quanto maior for o acesso a um certo grau de ensino, menos ele é valorizado como capital cultural.

Bourdieu previa a possibilidade de superar essa situação se as escolas deixassem de supor o que os alunos trazem de casa e partissem do zero, "ensinando a todos as referências e habilidades necessárias para um bom desempenho", segundo Nogueira.

Assim, o pessimismo foi crescendo nas idéias do sociólogo e a competição escolar passou a ser vista como inevitável e forçosamente injusta, devido às condições que às diferenças sociais trazem em seu bojo. Pensar a educação sem perceber essas diferenças é reproduzir as estruturas sociais citadas por Bourdieu.

3.1.2 Breve histórico da educação brasileira

A história da educação brasileira envolve rupturas marcantes que merecem ser observadas.

Aranha (1995) afirma que a primeira grande ruptura apresentou-se com a chegada dos portugueses ao território brasileiro, quando foi imposto aos nativos o padrão de educação próprio da Europa. Isso rompeu com o paradigma de educação que se praticava entre as populações indígenas, visto que tal educação, não possuía as marcas repressivas apresentadas pelo modelo educacional europeu.

O sistema educacional trazido pelos jesuítas cumpria funções que atendiam à coroa portuguesa, que representava o Estado. Assim, nesse período, houve a exploração da força de trabalho. Somente a classe dominante tinha acesso à educação. Isso ocasionou a aculturação da classe menos favorecida.

No período colonial, a sociedade civil se fortalecia, tanto pela Igreja, quanto pela base da economia, que era composta pelo latifúndio. Isso não exigia uma qualificação educacional específica para a realização deste trabalho, que era braçal,

realizado pelos escravos trazidos da África, que compunham a classe de trabalhadores da época.

Nas fases do Império, poucas mudanças ocorreram. A economia continuou sendo agro-exportadora. A força de trabalho deixou de ser a dos escravos negros e foi substituída pelo trabalho dos imigrantes. Dessa forma, manteve-se a mesma estrutura social, composta de dominantes e de dominados. A educação continua sem grandes preocupações de investimentos, porque no trabalho de manufatura de agricultura não se necessitava de um trabalho intelectual mais elaborado.

A educação, no entanto, passou a ter importância, mas de uma maneira ainda secundária. Durante o reinado de D. João VI, houve alguns investimentos na área educacional, dentre eles: fundaram-se escolas técnicas, academias; criaram-se escolas militares, o ensino superior (com duas escolas de medicina), uma biblioteca real e a Academia de Belas Artes etc., para atender às necessidades da corte portuguesa que veio transferida para o Brasil, em 1808. Uma das obras de D. João VI que merece ser destacada foi a criação em 1808, do Jardim Botânico, do Rio de Janeiro, que atualmente são realizadas várias pesquisas utilizando-se as plantas desse local.

Nos Impérios de D. Pedro I e D. Pedro II, houve várias transformações de ordem social, política, econômica e cultural, que foram decisivas para a história do país. O primeiro imperador do Brasil, D. Pedro, dava valor à educação e uma de suas medidas como regente foi a extinção de qualquer tributação sobre livros importados e a abolição de censura prévia. Criou, ainda, cursos jurídicos e relegou ao Estado a obrigação de manter escolas primárias. D. Pedro II fez a doação para o Estado de sua coleção particular de documentos, livros e peças de arte; fundou uma instituição de ensino superior; era um apreciador da literatura e das artes; trocou correspondências com vários cientistas europeus da época, como Louis Pasteur e Artur de Gobineau; incentivou a criação das Escolas Normais, dos Liceus de Arte e Ofícios etc; destinou recursos para a formação de coleções etnográficas e arqueológicas, incrementando assim, vários museus, entre eles, o Museu Nacional (RJ) e o Museu Paranaense Emílio Goeldi (PR).

Mesmo com tantas ações significativas, demonstradas pelos dois imperadores, naquele período, pouco se fez pela educação brasileira, no que se refere às classes menos favorecidas e muitos reclamavam de sua qualidade ruim, sendo oferecidos, no currículo, conteúdos distantes da realidade da época, gerando dificuldades de acesso ao conhecimento.

Com a Proclamação da República, tentaram fazer várias reformas que pudessem dar uma nova guinada, mas observa-se que a educação brasileira não sofreu um processo de evolução que pudesse ser considerado marcante ou significativo em termos de modelo.

Na década de 30, com governo de Vargas, foi criado o Ministério de Educação de Saúde. Foi quando alguns avanços na educação começaram a surgir. Neste período surgiram então as universidades.

Houve a elaboração do Plano Nacional de Educação, em 1934, por meio do qual se implantou a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário. O que dava suporte legal a esta decisão foi a Constituição de 34, em seu Art. 150.

Um grande avanço na área educacional aconteceu no Estado Novo, período que vai de 1937 a 1945, época em que Getúlio Vargas era presidente. Tal regime político recebeu esse nome da ditadura de Antônio de Oliveira Salazar, de Portugal.

Com o objetivo de atender às necessidades econômicas e às estruturas de exportação que solicitavam mão-de-obra qualificada para atender as indústrias, a educação se configura nesse cenário, como um instrumento de manipulação das classes subalternas, oferecendo-lhes uma educação direcionada à preparação para o trabalho para atender a era industrial que acabara de se instalar no solo brasileiro.

A fase que vai de 1945 até início dos anos 60, segundo Freitag (1986), corresponde à aceleração e à diversificação do processo de substituição de importações. Politicamente, a expressão mais perfeita dessa fase é o Estado populista-desenvolvimentista, havendo uma ambivalência dos grupos de poder, o

que refletiu na política educacional do período, as quais foram modificadas para atender a reorganização econômica brasileira.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o país. Tais documentos passaram a vigorar a partir do ano de 1998. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional; socializar discussões, pesquisas, recomendações e subsidiar a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

Segundo os PCN's (1998), as tendências pedagógicas que se firmam nas escolas brasileiras, públicas e privadas, na maioria dos casos não aparecem em forma pura, mas com características particulares, muitas vezes, mesclando aspectos de mais de uma linha pedagógica, devido às especificidades de nossa história política, social e cultural, a cada período em que são consideradas. Pôde-se identificar, na tradição pedagógica brasileira, a presença de quatro tendências: *a tradicional, a renovada, a tecnicista e aquelas marcadas por preocupações sociais e políticas.*

A pedagogia tradicional é uma proposta de educação centrada no professor, cuja função se define como a de vigiar e aconselhar os alunos, corrigir e ensinar o conteúdo pedagógico. A metodologia decorrente de tal concepção baseia-se na exposição oral dos conteúdos, numa seqüência predeterminada e fixa, independentemente do contexto escolar; enfatiza a necessidade da repetição de exercícios para garantir a memorização e a sobrecarga dos conteúdos e de informações. A função primordial da escola, nesse modelo, é transmitir conhecimentos disciplinares para a formação geral do aluno para exercer uma profissão específica. Nesse modelo, a escola se caracteriza pela postura conservadora. O professor é visto como a autoridade máxima, um organizador dos conteúdos e das estratégias de ensino e, portanto, o guia exclusivo do processo educativo.

A *pedagogia renovada* é uma concepção que inclui várias correntes que, de uma forma ou de outra, estão ligadas ao movimento da Escola Nova ou da Escola Ativa. Tais correntes, embora admitam divergências, assumem um mesmo princípio norteador de valorização do indivíduo como ser livre, ativo e social. O centro da atividade escolar não é o professor, nem os conteúdos disciplinares, mas sim os alunos, como ser ativo e curioso. O mais importante não é o ensino, mas o processo de aprendizagem. Em oposição à Escola Tradicional, a Escola Nova destaca o princípio da aprendizagem por descoberta e estabelece que atitude de aprendizagem parte do interesse dos alunos que, por sua vez, aprendem pela experiência. A figura do professor é vista como a do facilitador, organizador e coordenador das atividades pedagógicas no processo de busca do conhecimento, que deve partir do aluno.

Essa política da Escola Nova se reduz praticamente em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Quando houve a reformulação dos currículos, professores, alunos e profissionais foram moldados segundo suas diretrizes e a campanha da extensão da Escola Pública, trouxe conseqüências graves para o sistema educacional brasileiro. Foram constatadas a seletividade neste sistema, ou seja, devido a vários fatos sociais e econômicos muitos alunos ficaram de fora da escola, o que fez aumentar os índices negativos relacionados à educação: evasão, repetência, fracasso escolar, dentre outros. Isso refletiu assim as contradições e os conflitos e revelou o caráter elitista da LDB.

Em 1964, somente dois terços das crianças de 7 a 14 anos estavam matriculadas. Cinco milhões não estavam escolarizadas e 3,3 milhões nunca haviam visitado uma escola. Em 1972, (onze anos após sancionada a LDB) ainda faltavam escolas para 4,4 milhões de crianças na faixa de 7-14 anos (MEC/SEEC, 1973).

No final dos anos 70 e início dos 80, proliferou o que se chamou de *tecnicismo educacional*, inspirado nas teorias behavioristas da aprendizagem e na abordagem sistêmica do ensino. O tecnicismo constitui-se numa prática pedagógica altamente controlada e dirigida pelo professor. Há atividades mecânicas inseridas numa proposta educacional rígida e passível de ser programada em detalhes.

A abertura política, ocorrida no final do regime militar, coincidiu com a intensa mobilização dos educadores para buscar uma educação crítica à serviço das transformações sociais, econômicas e políticas, tendo em vista a superação das desigualdades existentes no interior da sociedade.

As estatísticas educacionais colocavam o Brasil em situações muito incômodas. Nosso país ocupava os piores lugares, quando comparados com países vizinhos da América Latina (Argentina, Chile, México, Colômbia, Costa Rica), em questões como: taxas altas de analfabetismo, índices alarmantes de evasão, repetência e crianças fora da escola.

O neoliberalismo, ao se tornar pensamento condutor da economia e da política no Brasil, introduziu na educação um novo discurso e novas práticas pedagógicas. Implantou uma reforma administrativa para tornar a escola de qualidade, eficiente, competitiva e capaz de formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho. Para isso, o Estado necessitou estabelecer mecanismos de controle e avaliação dos serviços educacionais, os quais estariam subordinados às necessidades desse mercado de trabalho.

Houve, então, da década de 1980 até atualmente, a implantação de políticas educacionais que orientam as escolas na oferta de seus serviços educacionais, seguindo o modelo das empresas privadas, com controle e avaliação da qualidade dos serviços prestados. As reformas educacionais foram iniciadas em diversos países da Europa e no Brasil. Algumas palavras passaram a ser utilizadas com muita ênfase no discurso dessas reformas e na formulação das políticas educacionais, tais como: descentralização, autonomia, gestão democrática, qualidade, qualificação, valorização do magistério, competência, equidade, interdisciplinaridade, planejamento participativo, adequação curricular, entre outros.

Resultados alarmantes ainda continuaram refletindo na área educacional do Brasil, os quais foram motivados pela prática neoliberal vigente. Dentre outras questões de ordem social e econômica, fez com que a taxa de analfabetismo, mesmo sendo preocupante, sofresse uma queda nos últimos anos: de 14% em 1996

para 13% em 2000; e 11,4% em 2004 para em, 2006 de 10,38%, que ainda continua alta. Tais dados estão de acordo com o IBGE, que é a pesquisa mais recente.

A partir da década de 1990, houve uma compreensão, por parte do poder público, de que as mudanças efetivas de atuação do Estado exerceriam papel de mediação de conflitos de interesses, intermediados pelo Neoliberalismo e pela Globalização, o que refletiria tanto na forma de atuação, quanto na regulação econômica e política da sociedade brasileira, afetando, também, o campo das políticas educacionais.

Tornou-se necessário e urgente criar políticas públicas que destinassem recursos para a educação para reverter esse quadro apresentado pela educação brasileira, com índices altos, tanto da taxa de analfabetismo, quanto da repetência e do fracasso escolar.

Ainda, segundo a última pesquisa do IBGE (2006), há ainda um milhão de crianças de 7 a 14 anos fora da escola e a evasão anual atinge cerca de quatro milhões de jovens. Além disso, 55% das crianças que freqüentam a 3ª e 4ª série ainda não sabem ler. Duzentos e dez mil professores da 5ª à 8ª série não têm curso superior e 42 mil docentes do ensino fundamental ainda não concluíram o ensino médio na modalidade normal (antigo magistério). Assim, não basta garantir a escola, é necessário garantir educação de qualidade no Brasil, pois o aluno tem que ir para a escola, ficar na escola e aprender, pois é um direito garantido pela Constituição Federal.

Assim, foram criados programas e ações específicas, diretamente, voltadas para a melhoria da qualidade educacional do país procurando reverter ou amenizar esse quadro atual que a educação brasileira vem demonstrando.

Atualmente, há diversos estudos relacionados ao planejamento educacional e outras questões que envolvem o processo educacional, porém, a educação brasileira, em certos momentos da história, vem nos demonstrando que ainda apresenta as mesmas características de outros países (ex: França, Estados Unidos), trazidas como modelos educacionais. Foram implantadas e desenvolvidas políticas

educacionais que favoreceram a manutenção do *status quo* para aqueles que freqüentam os bancos escolares. Oferecem somente conhecimentos básicos, para serem aproveitados pelos estudantes em sua vida prática. Percebe-se que tais medidas foram aplicadas devido ao processo político, econômico, ligado à educação e que a prática de inserção de conteúdos nos currículos atende a demanda e as necessidades da classe dominante. Mesmo nesse contexto, houve avanço nas práticas pedagógicas com tais mudanças na área educacional.

Assim, ampliou-se o foco de atuação da educação, o que alterou também as práticas educativas dos professores e demais profissionais da educação. Isso quer dizer que há a necessidade de o professor mudar a sua *práxis* pedagógica, rever a sua atitude docente e adequar-se às mudanças atuais. E, para que isso seja possível, é primordial que se construa uma prática pedagógica interdisciplinar, compreendendo e aceitando a realidade de vida nos seus mais complexos e distintos níveis culturais, emocionais, sociais e de desenvolvimento por que passa o ser humano.

Bourdieu (2007) faz uma reflexão a respeito da abordagem dos conteúdos, enfocando que se faz necessário observar a realidade do aluno, contextualizando-os:

[...] É necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre crianças das diferentes classes sociais [...] Tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais da cultura. (BOURDIEU, 2007, p. 53).

Ainda de acordo com o autor, “a seleção das disciplinas ensinadas, assim como a escolha dos conteúdos é o produto de relações de força entre grupos sociais. A cultura escolar não é cultura neutra, mas uma cultura de classe”. (Bourdieu, 2003, p.115).

Portanto, para que as práticas interdisciplinares aconteçam no cotidiano da escola, é necessário que o educador esteja sempre se perguntando, questionando, duvidando e transformando o processo de ensino/aprendizagem na instituição em que atua, dentro das possibilidades e realidades presentes no âmbito escolar, para não perder de vista discussões amplas a respeito das desigualdades sociais, e outras questões de poder, o qual legitima as classes sociais.

A seguir, será conceituada a interdisciplinaridade. Para isso, será dado destaque aos estudos de Fazenda (1999, 2005 e 2007) e Japiassu (1976), que são os precursores do tema em questão. Reforçando que às reflexões realizadas a respeito deste assunto, ou seja, a interdisciplinaridade, são as mais atualizadas que foram encontradas durante a realização desta pesquisa.

3.1.3 Conceitos e reflexões sobre a interdisciplinaridade

Antes de se iniciar as discussões referentes à interdisciplinaridade, as análises constitutivas sobre essa questão são primordiais para que sejam entendidos os seus elementos, ou seja, compreender o seu significado original.

Para Fazenda (2005), o termo “interdisciplinaridade” se compõe de um prefixo- *inter* - e de um sufixo - *dade* - que, ao se justaporem ao substantivo – disciplina – levam-nos à seguinte possibilidade interpretativa: *inter* é prefixo latino, que significa posição ou *ação intermediária*, reciprocidade, interação (como “interação”, temos aquele fazer que se dá a partir de duas ou mais coisas ou pessoas – mostra-se, pois, na relação sujeito-objeto). Por sua vez, *dade* (ou *idade*) é sufixo latino, que guarda a propriedade de substantivar alguns adjetivos, atribuindo-lhes o sentido de ação ou resultado de ação, qualidade, estado ou, ainda, modo de ser. Já a palavra disciplina, núcleo do termo, significa a episteme, podendo também ser caracterizado como ordem que convém ao funcionamento duma organização ou ainda um regime de ordem imposta ou livremente consentida.

A interdisciplinaridade nomeia um encontro que pode ocorrer entre seres – *inter* – num certo fazer - *dade* – a partir da direcionalidade da consciência, pretendendo compreender o objeto, com ele relacionar-se e comunicar-se. Assim interpretada, a interdisciplinaridade supõe um momento que antecede, qual seja a disposição da subjetividade, atributo exclusivamente humano, de perceber-se e presentificar-se, realizando nessa opção um encontro com-o-outro, a intersubjetividade.

A interdisciplinaridade guarda com a intersubjetividade uma ligação de identidade e de diferença. Identidade como “interação”, atitude própria do humano enquanto ser social que se fundamenta na afetividade, na compreensão e na linguagem como forma de comunicação e expressão humana. E diferença, enquanto um ser social que percebe que o outro tem suas especificidades que são respeitadas.

A discussão da interdisciplinaridade na educação vem percorrendo diversos caminhos durante décadas. Fazenda (1999) busca o desvelamento desse estudo desde a década de 1970 e concluiu que toda a atividade de cunho interdisciplinar, seja ela de pesquisa ou de ensino, requer um profundo conhecimento teórico sobre a sua problemática, sua origem, sua totalidade e sua interioridade. Segundo a autora, a interdisciplinaridade remete-nos a um exercício de humildade:

[...] da dúvida interior à dúvida exterior, do conhecimento de mim, mesmo à procura do outro, do mundo. Da dúvida geradora de dúvidas, a primeira grande contradição e nela a possibilidade do conhecimento [...] Do conhecimento de mim mesmo ao conhecimento da totalidade. (FAZENDA, 1999, p.15).

Para que essa prática pedagógica aconteça e dê sentido ao trabalho do educador, este necessita sempre incomodar-se. Para Tavares (2008, p.136),

É o educador quem contribui para despertar a busca, a pesquisa e o desenvolvimento de novas competências. A competência não se constrói por meio do acúmulo de cursos e de livros, mas de um trabalho de reflexão crítica sobre as experiências de vida, de modelos educativos e das práticas, por intermédio de construção e reconstrução permanentes da identidade pessoal.

No entender de Nóvoa (1995, p.25),

a “teoria fornece-nos indicadores e grelhas de leitura, mas o que o adulto retém como saber de referência está ligado à sua experiência e à sua identidade”. O que nos leva a perceber que o papel do professor, de ser o mediador do conhecimento é de suma importância para que a aprendizagem do aluno seja facilitada.

Interdisciplinaridade é uma demanda natural e interna das ciências no sentido de uma melhor compreensão da realidade que ela nos faz reconhecer. É uma exigência das necessidades de ação, especialmente do docente.

Esse entendimento da realidade em uma procura de interdisciplinaridade nos assuntos escolares pressupõe uma integração com a totalidade, isto é, quando se imagina a construção de um plano interdisciplinar, é necessário pensar-se na possibilidade de traçar uma linha de demarcação entre as pretensões ideológicas e a realidade em suas verdadeiras raízes.

Morin (2003, p.37) diz que,

[...] o todo tem qualidades ou propriedades que não são encontradas nas partes, se estas estiverem isoladas umas das outras, e certas qualidades ou propriedades das partes podem ser inibidas pelas restrições provenientes do todo. Marcel Mauss dizia: “é preciso recompor o todo.” É preciso efetivamente recompor o todo para conhecer as partes. Daí tem a virtude cognitiva do princípio de Pascal (Paris, 1976) no qual a educação do futuro deverá se inspirar: “sendo todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas ou ajudantes, mediatas e imediatas, e sustentando-se todas por um elo natural e insensível que une as mais distantes e as mais diferentes, considero ser impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tampouco conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes.

Boff (1999, p.100) faz-nos pensar a respeito da sensibilidade que o professor precisa exercitar no ato de ensinar:

Recordemos a frase do Pequeno Príncipe, de Antoine de Saint Exupéry, que fez fortuna na consciência coletiva dos milhões de leitores:

É com o coração (sentimento, sensibilidade) que se vê corretamente; o essencial é invisível aos olhos. É o sentimento profundo, se chama cuidado.

Somente aquilo que passou por uma emoção, que evocou um sentimento profundo contendo sensibilidade e provocou cuidado em nós, deixa marcas indeléveis e permanece definitivamente.

O primeiro pressuposto para imaginar-se em um projeto interdisciplinar verdadeiro é que ele precisa ser alicerçado no envolvimento, no trabalho da sensibilidade, no real engajamento do trabalho do educador. Não existe envolvimento de imediato; é um processo demorado, construído a partir de sucessivos questionamentos por parte do educador, como os seguintes:

- Será que estou sendo realmente um educador interdisciplinar?
- O que caracteriza um professor ter uma postura voltada à prática interdisciplinar verdadeira?
- O coletivo de professores entende o trabalho do docente que se diz interdisciplinar?
- A escola, funcionários e administradores da escola dariam apoio a esses profissionais que pretendem iniciar-se na educação interdisciplinar?
- Os alunos estariam realmente ganhando com esse processo de ensino/aprendizagem de forma mais abrangente ou mais totalizante?
- Como fazer com que meu plano de ação interdisciplinar aconteça de forma efetiva e não ideológica?

Para complementar essa discussão a respeito da interdisciplinaridade, acrescentamos os pressupostos do estudo em rede, pois as duas se relacionam, têm pontos em comum, como por exemplo, o modo como o conhecimento é concebido e organizado; ambas se desenvolvem por meio da interação, efetivando a promoção da liberdade humana e também criticam a fragmentação do saber apresentado na estruturação rígida da organização curricular vigente, do Ensino Fundamental à Universidade. Propõem que as áreas de conhecimento estejam interligadas na prática, permitindo, que haja uma construção permanente e ampla do conhecimento.

O estudo em rede ainda se encontra com a interdisciplinaridade, quando propõe possibilidades de uma interação intelectual efetiva, de modo que acontece

uma partilha de conhecimentos tácitos, integra professores e alunos e constitui pólos de investigação temática definida, utilizando a metodologia de projetos, com uma prática interdisciplinar.

Para Machado (2001, p. 6),

a idéia de rede constitui uma imagem emergente para a representação do conhecimento, inspirada, em grande parte, nas tecnologias informacionais. Nesta perspectiva, conhecer é como enredar, tecer significações, partilhar significados. Os significados, por sua vez, são construídos por meio de relações estabelecidas entre os objetos, as noções, os conceitos. Um significado é como um feixe de relações. O significado de algo é construído falando-se sobre o tema, estabelecendo conexões pertinentes, às vezes insuspeitadas, entre diversos temas. Os feixes de relações, por sua vez, articulam-se em uma grande teia de significações e o conhecimento é uma teia desse tipo.

Acrescentando e complementando a idéia do estudo em rede, Machado (2001) acrescenta conceitos, como: *acentrismo*, *historicidade*, *heterogeneidade*. Tratam-se de exemplos de palavras correlatas, associadas à idéia de rede como representação do conhecimento.

Começemos com o *acentrismo*. A teia de significados que representa o conhecimento não tem centro ou o centro pode estar em toda parte, o que equivale a afirmar que há a inexistência de um centro absoluto. Como o universo da Cultura, o do conhecimento tem apenas centros de interesse. A atenção é que elege centros, diretamente associados às circunstâncias que nos regulam, às relações que vivenciamos. Para tratar dos mais diversos conteúdos, dentro de cada disciplina ou em temas transdisciplinares, não existe algo como um ponto de partida necessário, nem um único caminho a ser seguido. Múltiplas são as portas de entrada na rede de significações e partilhá-las é o que importa: a porta por onde se adentrou a rede perde-se na memória. Múltiplos são os percursos possíveis, na estruturação, no planejamento dos trabalhos de uma disciplina ou de um curso.

Outra característica importante das redes de significação como imagem do conhecimento é o fato de elas estarem em permanente estado de atualização, ou de sua natural *historicidade*. Continuamente, relações são incorporadas à rede ou são abandonadas por não refletirem mais articulações vivas entre os objetos ou os

temas envolvidos. Ou seja, a construção do conhecimento é permanente, é viva, nunca se pode fundar em definições fechadas, nunca é definitiva. A contínua metamorfose ou a natural historicidade dos conceitos é uma regra fundamental.

Uma terceira característica das redes como imagem do conhecimento é a *heterogeneidade*. A imagem da rede continuamente nos lembra-nos de que os nós/significados são naturalmente heterogêneos, no sentido de que envolvem relações pertencentes a múltiplos conteúdos, a diversas disciplinas. As noções e os conceitos realmente relevantes sempre terminam por ultrapassar as fronteiras disciplinares.

Fazenda (1999) destaca que o trabalho interdisciplinar parte da dúvida, da pergunta, das indagações, do diálogo, da troca, da interação. Inicia-se por questionar quem é esse professor investigador. Surge a oportunidade de perguntar sobre a qualidade de seu exercício, como poderia agir para aperfeiçoá-lo, que recursos, técnicas ou teorias têm sido utilizadas para que o processo de ensino/aprendizagem possa realizar-se mais plenamente.

Em se tratando ainda das relações entre interdisciplinaridade e prática escolar, precisamos estudar melhor o papel da instituição num processo interdisciplinar. Em uma mesma instituição, temos professores com diferentes práticas, mas se a instituição favorece espaço, tempo e incentivo ao diálogo, é possível ao educador aprender com seus pares. Muitas vezes, a solução de um problema, que para o docente é difícil de resolver, torna-se simples quando se estabelece a troca mútua.

O que se pressupõe essencialmente para o desenvolvimento da interdisciplinaridade, como em qualquer outra atividade, é a comunicação, e esta envolve, sobretudo, a participação. A participação individual (do professor) só será garantida à medida em que a instituição (escolar) compreender que o espaço para a troca é basilar.

Segundo os PCN's (1998, p.30), o que é peculiar na abordagem interdisciplinar é o questionamento da segmentação entre os diferentes campos de

conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles - questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente de construiu.

Para Fazenda (1999), o professor precisa ver mais e melhor situações de dúvida, de questionamento, pois esses enfoques são fundamentais para o educador que deseja realizar um trabalho interdisciplinar. Um plano de capacitação docente à consecução de uma prática interdisciplinar no ensino precisa levar em conta vários aspectos que merecem ser destacados: a efetivação e o processo de engajamento do educador num trabalho interdisciplinar, mesmo que sua formação tenha sido fragmentada; o favorecimento de condições para que o educador compreenda como ocorre a aprendizagem do aluno, mesmo que ele ainda não tenha tido tempo para observar como ocorre sua própria aprendizagem; a de propiciar formas de instauração do diálogo, mesmo que o professor não tenha sido preparado para isso; iniciar a busca de uma transformação social, mesmo que o educador apenas tenha iniciado seu processo de transformação social; e a de propiciar condições para troca com outras disciplinas, mesmo que o educador não tenha adquirido o domínio da sua.

Observa-se que trabalhar a interdisciplinaridade em uma escola não é tão simples e nem é de um dia para outro que esse objetivo será alcançado. É necessária a busca de uma mudança de atitude na construção de uma didática interdisciplinar. O processo de passagem uma didática tradicional para uma didática transformadora supõe uma revisão dos aspectos trabalhados no cotidiano da sala de aula pelo professor. É na forma de como esses aspectos são revistos que se inicia o processo de ingresso a uma prática interdisciplinar.

Japiassu (1976, p.63) acredita que

[...] A metodologia interdisciplinar parte de uma liberdade científica, alicerça-se no diálogo e na colaboração, une-se na vontade de inovar, de criar, de ir além. Só se adquire essa atitude de abertura para o diálogo no decorrer do trabalho em equipe interdisciplinar, é necessário uma tomada de consciência, primeiramente individual. Não existe cumplicidade no ato de educar se não houver um encaminhamento consistente e democrático do processo de ensinar e aprender. Entretanto, mesmo existindo integração e até previsão da distribuição as unidades programáticas ao longo do ano letivo, nada mudará na prática se não ocorrer mudança de postura do

educador. É necessária nova atitude, mais criativa e mais reflexiva, para propor o trabalho interdisciplinar em sala de aula. É o que muitos estudiosos em educação chamam de educação pela inteligência e humana docência. Isto é, ver o aluno não só com o intuito de ensinar a socializar os conhecimentos, os saberes e as competências, mas preocupar-se em educar para a vida, para ser humano, para a cidadania, para o desenvolvimento global.

Em busca de compreender a historicidade da existência da interdisciplinaridade, Fazenda (1999) aponta o surgimento de três movimentos fundamentais presentes entre os anos 70 e 90. O primeiro, em 1970, busca uma definição / ou conceito para o termo. O segundo, em 1980, tenta explicar uma proposta metodológica para a interdisciplinaridade. E, o terceiro, em 1990, parte para a construção de uma teoria. E, por último, fez-se uma abordagem de como, a partir de 2000, até atualmente, a interdisciplinaridade vem sendo desenvolvida no processo educacional brasileiro, tendo como parâmetro, as discussões realizadas por Fazenda e outros autores.

3.1.3.1 Movimento da interdisciplinaridade na década de 1970

A década de 70 foi o movimento inicial da estruturação conceitual básica da interdisciplinaridade, em que a principal preocupação dos estudiosos sobre o tema era a de fundamentar uma explicação terminológica coerente com a necessidade de se construir um novo paradigma de ciência, de conhecimento, de educação, de escola e de vida.

Antes mesmo de ser implantada no Brasil, o conceito de interdisciplinaridade surgiu na Europa, especificamente na França e na Itália, durante os anos 60, juntamente com a “exigência” dos movimentos estudantis da época, que lutavam pela importância de se construir um novo estatuto de universidade e de escola, que rompesse com a educação fragmentada existente. A interdisciplinaridade teria sido uma resposta a tal reivindicação, na medida em que os grandes problemas da época não poderiam ser resolvidos por uma única disciplina ou área do saber. Teve como principal precursor Georges Gusdorf (1961, *apud* Fazenda, 1999), que propôs realizar um projeto de pesquisa interdisciplinar nas ciências humanas. Estas exigências levaram a uma reorganização do currículo e da prática pedagógica.

Com essa proposta de trabalho, a interdisciplinaridade torna-se a grande responsável pelo movimento de redimensionamento teórico das ciências e pela revisão dos hábitos de pesquisa, propiciando novos caminhos para a educação.

No Brasil, as discussões acerca da interdisciplinaridade tiveram início na década de 70 já com grandes distorções, dúvidas, indagações, receios de adequação ao novo e às mudanças no sistema de ensino. Uma característica considerável no início da implantação desse movimento no Brasil foi a idéia de modismo, de “plágio” ao modelo contemplado na Europa e de sua aplicação sem intenções explícitas e sistematicamente organizados.

Com a implantação inicial da interdisciplinaridade no Brasil, estudiosos como Japiassu (1976) fundamentam uma pesquisa que dão subsídios ao entendimento das finalidades, das destinações e das justificativas de se criar os projetos interdisciplinares.

Japiassu (1976), em seu estudo, discorre sobre a importância da elucidação das etapas de um projeto interdisciplinar e seu conseqüente registro. Ressaltar as etapas de um trabalho, segundo o autor, é essencial para se haver a indicação dos aspectos de êxito e fracasso nos trabalhos efetivados.

Nos anos 70, Fazenda (1999) inicia sua pesquisa sobre interdisciplinaridade, baseando-se nos estudos de Japiassu, mas prioriza os aspectos relativos à conceituação e não à metodologia. No entanto, a pesquisadora concluiu, nesse primeiro momento, que os estudos sobre interdisciplinaridade instigaram desinteresse e resistência por parte de alguns professores, com relação à busca de novos conhecimentos necessários que dessem subsídios à adequação dessa nova proposta de trabalho à sua prática pedagógica. Isso gerou um “empobrecimento do conhecimento escolar” e alguns anos de estagnação.

3.1.3.2 Movimento da interdisciplinaridade na década de 1980

O movimento de 1980 surgiu em busca de caminhos que pudessem explicar as concepções teóricas e abstratas da interdisciplinaridade, partindo assim da vivência real e prática. Com esse intuito, especificamente em 1983, Fazenda (1999, p.29) declara que foi originado um documento de relevância observável intitulado “Interdisciplinaridade e ciências humanas”, elaborado por Gusdorf, Apostel, Bottomore, Dufrenne, Morin, dentre outros, no qual discutiam, as dicotomias existentes entre “teoria/prática, verdade/erro, certeza/dúvida, processo/produto, real/simbólico, ciência/arte”.

Ainda, durante esse período, a autora investiga, em sua pesquisa, o perfil do professor portador de uma atitude interdisciplinar. Observa-se na investigação, as mais diferentes perspectivas.

Foram revelados dados importantes: o professor interdisciplinar é um profissional dotado de competência, envolvimento e compromisso; traz consigo a vontade constante de conhecer e pesquisar; possui um grande comprometimento diferenciado para com seus alunos; procura inovar a sua prática pedagógica com novos procedimentos de ensino.

3.1.3.3 Movimento da interdisciplinaridade de 1990 até 2008

Fazenda (1999, p.34) aponta a década de 1990 como o marco da contradição sobre o estudo da interdisciplinaridade. Concluiu em sua pesquisa: “em nome da interdisciplinaridade abandonam-se e condenam-se rotinas consagradas, criam-se *slogans*, apelidos, hipóteses de trabalho, muitas vezes improvisados e impensados”. Percebe-se, como característica dessa prática desestruturada de muitos professores, a falta de um trabalho orientado, sistematizado, planejado e organizado, com objetivos claros a ser cumpridos, enfim, a dificuldade de se desenvolver uma atitude científica. Sendo assim, para a efetivação da interdisciplinaridade é preciso interação, integração do conhecimento, novos questionamentos, novas buscas, transformação da realidade presente.

Alguns princípios elencados por Fazenda (2008, p. 138 - 139) fazem-nos refletir sobre qual o sentido da interdisciplinaridade, ampliando a discussão sobre a questão da atitude do professor, como mediador do conhecimento, buscando a real necessidade do indivíduo de pensar, refletir com o outro, qual é a base do argumento (valor que configura a lógica da troca de conhecimentos por meio da interação, da integração dos conteúdos). Enfatiza também a necessidade de o professor cuidar para não fazer da interdisciplinaridade uma prática pedagógica simplista e vazia, mas, pela sua prática e modo de ser, dar sentido à vida. Neste trabalho de interação, há o conhecimento das histórias de vida, onde se constrói e se solidifica a existência dos saberes historicamente construídos.

O outro princípio que se propõe trabalhar com os alunos é o de pertencer-se culturalmente, criando a necessidade de se alicerçar antropológicamente. A linguagem nos une ao mundo e às outras pessoas. Há uma busca em Paulo Freire (2007) para afirmar que a conscientização não é apenas a tomada de consciência, mas a inserção crítica do indivíduo na realidade de mundo de forma desmistificada. Tal tomada de consciência está interligada ao sentido de saber ser, que alimenta a filosofia. Não é possível adquirir o saber ser, se o professor não se preocupar em se situar filosoficamente. Daí a necessidade de situar, neste trabalho, o lugar de pertencimento do indivíduo, de onde veio, contextualizando-o histórica, social e culturalmente.

O último princípio é o de fazer. Como exemplo, podemos citar o registro das experiências vividas, o exercício da memória em que a vida pode eternizar-se. Aqui a proposta interdisciplinar é a de resgatar a dignidade do trabalho do professor como contínuo pesquisador, do aluno que tem a sua história, que de forma geral se exercita e se faz existir.

Uma dificuldade encontrada freqüentemente pelos professores, constatada por Fazenda (2008, p.25), em seus estudos,

é a de pensar interdisciplinarmente, porque toda a sua aprendizagem realizou-se dentro de um currículo compartimentado. Eles não se sentem aptos a desenvolver projetos temáticos, que pressupõem intenso trabalho

coletivo e podem implicar a perda da predominância de tarefas e avaliações individualizadas. Além disto, os currículos escolares são comumente sobrecarregados, com disciplinas que competem entre si por limitação do tempo em sala de aula e pelas normas oficiais estabelecidas.

A interdisciplinaridade, segundo Fazenda (2007), é antes uma questão de atitude. Atitude de ousar, de buscar alternativas para conhecer melhor o aluno. Nessa busca, há reciprocidade, há troca, há cumplicidade entre os pares. Ela requer novo posicionamento frente à produção do conhecimento. O ser humano não deve ser mais visto e nem deslocado de sua realidade, do seu presente, onde convive com outros seres fragmentados. É entendido como natureza e nela está integrado totalmente.

Dessa forma, o fazer interdisciplinar possibilita um olhar mais cuidadoso dos atores envolvidos no cotidiano escolar. Por meio da interdisciplinaridade, atenta-se para o favorecimento das partilhas, das parcerias entre pessoas, entre a teoria e formas de conhecimento. Para que isso seja possível, é preciso que haja integração, conhecimento e relação de conteúdos, métodos e teorias. A integração de conhecimentos parciais e específicos visa o conhecimento global, como em uma trama educacional trabalhada em rede.

Ainda para Fazenda (2008, p.23),

a interdisciplinaridade na formação profissional requer competências relativas às formas de intervenção solicitadas e às condições que concorrem para o seu melhor exercício. Neste caso, o desenvolvimento das competências necessárias requer a conjugação de diferentes saberes disciplinares. Entenda-se por saberes disciplinares: saberes da experiência, saberes técnicos e saberes teóricos interagindo de forma dinâmica sem nenhuma linearidade ou hierarquização que subjuguem os profissionais participantes.

Enfim, a interdisciplinaridade propõe uma prática pedagógica que não apenas cumpra um programa, com conteúdos desestimulantes, alienantes e sem interesse para os alunos, mas com conteúdos que façam parte de seu cotidiano, de sua realidade. A escola, a vida e a sociedade não são realidades diferentes e distantes, estão inseridas no mesmo contexto. Para a vida temos que aproveitar as lições da

escola, para que se tenha uma educação diferenciada em que o caráter humano se evidencie.

3.2 Bases regulamentadoras da interdisciplinaridade nas instituições escolares: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) e Parâmetros Curriculares da Educação (PCN's)

No final da década de 1970, a interdisciplinaridade chegou ao Brasil e logo exerceu influência na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases nº. 5.692/71. Desde então, segundo Silva (1998), caracterizou a sua presença no âmbito educacional brasileiro, a qual tem se intensificado e, recentemente, mais ainda, com a nova LDB nº.9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Além de sua forte influência na legislação e nas propostas curriculares, a interdisciplinaridade ganhou força nas escolas, principalmente, no discurso e na prática de professores dos diversos níveis de ensino. (SILVA, 1998).

A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, nº. 9394/96, e com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997 (PCN's), houve uma maior flexibilização dos conteúdos a serem desenvolvidos e maior possibilidade de mudanças no currículo das instituições escolares, no sentido de minimizar a fragmentação característica de um currículo disciplinar e estático.

Ainda avaliou-se o documento que trata dos temas transversais, referentes ao 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental, no item que trata da transversalidade e da interdisciplinaridade. Procurando defini-las e diferenciá-las, percebeu-se que a primeira diz respeito “à dimensão didática”, enquanto que a segunda “refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento” (PCN's,1998, p. 30).

Contudo, é possível perceber que o referido documento possibilita diversas interpretações do entendimento da palavra interdisciplinaridade, que parte da idéia de que as várias ciências devem contribuir para o estudo de determinados temas que orientam o trabalho escolar, respeitando as especificidades de cada área de conhecimento, além do que, trazem consigo outros termos, como a transversalidade ou a transdisciplinaridade: “através da organização curricular por áreas de

compreensão da concepção transdisciplinar e matricial” (PCN’s,1999, p. 44), na qual os documentos se referem apenas à interdisciplinaridade como tendo uma “função instrumental” e a qual se pode recorrer como “um saber diretamente útil e utilizável para responder às questões e aos problemas sociais contemporâneos”. (PCN’s,1999, p. 44).

Poderíamos concluir, então, em função das diferentes compreensões acerca do termo, que existem “interdisciplinaridades” e não apenas uma possibilidade de ação quando usamos essa terminologia. Faz-se necessário, então, discorrermos sobre as definições de multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Fazenda (2007) esclarece que a multidisciplinaridade é a organização de conteúdos mais tradicionais, apresentados por matérias independentes uma das outras, ou seja, por disciplinas, que são propostas simultaneamente sem que se manifestem explicitamente as relações que possam existir entre elas.

A pluridisciplinaridade é a existência de relações que complementam as disciplinas mais ou menos afins. É o caso das contribuições mútuas das diferentes ‘histórias’ (da ciência, da arte, da literatura, etc.) ou das relações entre diferentes disciplinas das ciências experimentais. (FAZENDA, 2007).

A transdisciplinaridade é o grau máximo de relações entre disciplinas, de modo que chega a ser uma integração global dentro de um sistema totalizador, que facilita uma unidade interpretativa, com o objetivo de constituir uma ciência que explique a realidade sem que haja fragmentações. (FAZENDA, 2007).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, PCN’s, 1998, p.30), a interdisciplinaridade e a transversalidade poderiam ser assim diferenciadas:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles – questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender

sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).

Diante do exposto, percebe-se o quanto esta relação entre as disciplinas é necessária à prática pedagógica. Isso porque os temas transversais promovem compreensão e integração dos diversificados objetos de conhecimento, abrindo o espaço de inclusão de saberes extra-escolares e possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), no seu art. 26 enfatiza que a parte diversificada dos currículos do ensino básico deve observar as características regionais e locais da cultura dessa sociedade, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios.

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) inovaram, pois introduziram a interdisciplinaridade na educação básica mediante a introdução dos chamados temas transversais, que devem perpassar todas as disciplinas escolares.

Ambos documentos abordam este tema da interdisciplinaridade ainda de uma maneira muito distanciada da realidade da escola e sem respeitar a visão que os educadores têm, em que podem contribuir ou acrescentar as suas discussões, pois são documentos que foram impostos, vindos do Governo Federal, que já chegaram aos municípios prontos. Cabendo aos atores envolvidos somente a execução ou a reflexão parcial, dentro das possibilidades que lhes aparecem.

Partindo da visão libertadora, transformadora e dinâmica de Freire (2007) sobre a educação, pode-se dizer que as transformações sociais decorrem principalmente da educação. Concordamos com o autor quando diz que o ato de educar, num sentido amplo, compreende um processo de desenvolvimento da capacidade intelectual e moral do ser humano, visando a sua integração social. Quando o homem interage com o seu meio, torna-se consciente de sua responsabilidade, visto que é operador de seus direitos e deveres, alcançando a capacidade de modificar suas realidades circundantes e de contribuir para o bem-estar social.

Modificar e transformar, por meio da educação. Alicerçado nessa filosofia educacional, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), em 1997, estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que englobam sugestões, cujo fim é um melhor aprendizado dos alunos, norteando os professores na tarefa de formar cidadãos. Os PCN's visam à adequação e otimização do sistema de ensino de cada região à realidade local, o que gerou uma flexibilidade curricular das escolas que se viram livres para abordar, de forma interdisciplinar, temas de interesse da comunidade em que se encontram inseridas.

É nesse sentido que a Educação Patrimonial, temática desta pesquisa, surge como um dos eixos possíveis, entre comunidade e a escola e fora dela, ou seja, na sociedade, pois, por meio de atividades sócio-culturais, pode-se transmitir a história local, bem como levar a comunidade a reconhecer suas referências identitárias tangíveis e intangíveis (PCN's, 1997).

Para Gonçalves (2005, p.19),

nas análises dos modernos discursos do Patrimônio Cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou “inventado”. Cada nação, grupo, família, enfim, cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. [...] O fato é que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão política de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância”, sintonia, significados compartilhados junto ao seu público.

A implantação do estudo do Patrimônio Histórico Cultural nas instituições de ensino é prevista pelos PCN's no trabalho com os temas transversais e pode ser efetivada mediante a sua articulação com a proposta interdisciplinar de ensino, pois visa incluir, nos currículos, o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico e cultural e esta possibilitará, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica, e o respeito de sua própria história cultural (PCN's, Temas Transversais, 1998).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica – Parecer CEB/CNB nº. 15/98, instituídas pela Resolução nº. 4/98, entre outras disposições, determinam que os currículos se organizem em áreas - “a base nacional comum dos currículos será organizada em áreas de conhecimento – estruturadas pelos

princípios pedagógicos da interdisciplinaridade, da contextualização, da identidade, da diversidade e autonomia”, dando a possibilidade de uma redefinição quanto à forma, a seleção, a organização de conteúdos e a definição de metodologias que vinham sendo efetuados nas escolas.

É de fundamental importância que as instituições educacionais criem em sua organização curricular, uma “consciência cultural” nos indivíduos, pois a condição inicial para a preservação de um bem cultural é o reconhecimento de seu valor pela comunidade onde está inserido. Isso será possível por meio de execução de projetos interdisciplinares de educação patrimonial que propiciarão à comunidade a compreensão de conceitos básicos, tais como bem cultural, patrimônio cultural, conselhos de defesa do patrimônio cultural, bem cultural material e imaterial etc. Espera-se que com a assimilação desses conceitos, os indivíduos passem a interagir de maneira mais efetiva com as diversas manifestações culturais, reconhecendo-as como elementos de sua identidade cultural.

Pode-se perceber que é essencial que o conhecimento anteceda à idéia de preservação. Geralmente, preserva-se aquilo com o qual se tem uma relação afetiva, o que se estabelece por meio do ato de conhecer. Nesse contexto, para preservar, é fundamental que se rompa com a equivocada teoria futurista de que o passado não pode conviver harmoniosamente com o presente. Tal objetivo será atingido a partir do momento em que se criar uma relação de respeito entre o “velho” e o contemporâneo, propagando a noção de desenvolvimento sustentável que aspira ao equilíbrio entre o progresso tecnológico-econômico e o meio ambiente (no qual abrange também os bens de valor cultural).

É justamente a sustentabilidade que garantirá às gerações futuras a chance de conviver com seu patrimônio cultural e correlacioná-lo com o momento em que vivem, garantindo-lhes a sucessão de sua história e a manutenção de sua identidade.

Vale ressaltar que, de um modo geral, a pouca valorização do Patrimônio Cultural, muitas vezes, é percebido pelo desconhecimento da maior parte da população sobre o tema. A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, e estabelece

melhor relacionamento dessas heranças com os bens. Desta forma, o aluno percebe sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio e fortalece a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social.

Além disso, a Educação Patrimonial, em suas formas de mediação, possibilita a interpretação dos bens culturais e torna-se um instrumento importante de promoção e vivência da cidadania. Conseqüentemente, gera a responsabilidade na busca, na valorização e na preservação do Patrimônio.

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem, tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição e o uso de conceitos e habilidades, na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. A Educação Patrimonial também tem o intuito de provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural, bem como despertar no aluno o envolvimento e o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva (Horta *et al*).

Horta *et al* (1999) afirma que, tendo como princípio a experiência direta dos bens e fenômenos culturais para se chegar à sua compreensão, internalização e valorização, o método da Educação Patrimonial só pode ser, da mesma forma, um processo contínuo de experimentação e descoberta. Sua riqueza e potencial só podem ser assim avaliados e dimensionados por aqueles que a experimentam em seus diversos campos de ação patrimonial, educacional e comunitária.

Na presente pesquisa, as discussões que se têm feito em relação à interdisciplinaridade leva em conta que alguns conteúdos que se co-relacionam são considerados transversais às diversas áreas de conhecimento, e a discussão em torno do Patrimônio Histórico Cultural constitui um deles. Podemos citar: Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Ética, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo, Saúde e Cidadania. Sendo assim, os PCN's, ao abordarem maneiras diversificadas de se trabalhar com os temas transversais nos currículos escolares, provocam uma reflexão sobre o papel da escola, sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender. Colocam, assim, o trabalho pedagógico à disposição dos diversos espaços sociais, em que os atores devem ter acesso a esses conhecimentos, independentemente de classe social.

Para resguardar algo, é necessário, antes de mais nada, conhecê-lo. E a busca deste conhecimento passa obrigatoriamente pelo processo amplo de aprendizagem. Tem-se, assim, que educar também para o Patrimônio Cultural, para poder conhecer, valorizar e para preservar. Isto porque só podemos preservar aquilo que conhecemos. Segundo Gonçalves (2007, p. 36), há um sentido de ressonância ao nos referirmos ao patrimônio:

A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. Mais precisamente com uma propriedade que é herdada, em oposição àquela que é adquirida. A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas nas quais os bens materiais *não* são classificados como objetos separados dos seus proprietários. Esses bens, por sua vez, nem sempre possuem atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem evidentemente a propósitos práticos, mas possuem, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais, constituindo-se em verdadeiras entidades, dotadas de espírito, personalidade, vontade, etc. Não são desse modo meros objetos. Se por um lado são classificados como partes inseparáveis de totalidades cósmicas e sociais, por outro lado afirmam-se como extensões morais e simbólicas de seus proprietários, são extensões destes, sejam indivíduos ou coletividades, estabelecendo mediações cruciais entre eles e o universo cósmico, natural e social.

Surge, assim, a idéia de que o caminho para uma Educação Patrimonial é o caminho da sua valorização e de respeito ao processo histórico pelo qual se constituiu ao longo da humanidade.

Café (2000) complementa, dizendo que a pessoa humana é um ser consciente, livre e responsável. Entretanto, como ela não é pronta, deve-se conscientizar, se libertar e se responsabilizar. Pensando assim, ainda é pouco para se compreender a riqueza da pessoa humana. Ela é capaz de amar, de se relacionar e, como diz Paulo Freire (2007, p.37), “ninguém se liberta [se conscientiza, se responsabiliza...] sozinho. Ninguém liberta (conscientiza, responsabiliza...) os outros. “[...] Nós nos libertamos”. É esta a idéia de educação na fala do mesmo autor: “nós nos educamos mediatizados pelo mundo”. Isso significa dizer que nós construímos os outros que nos constroem; só o abrir-se, o expor-se, o amar leva-nos a construção de nossa identidade. O termo valorização cria uma relação de identidade entre o sujeito (coletivo ou não) e o objeto. Tal relação garante a legitimidade de uma educação de cunho preservacionista.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam que,

é fundamental que a escola assuma a valorização da cultura de seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, busque ultrapassar seus limites, propiciando às crianças e aos jovens pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (PCN's, 1998, p.143).

É relevante que se esclareça que não se trata de dar à educação um caráter de exclusividade nessa atividade, pois não se trabalha isoladamente essa temática. A escola é responsável por uma parcela importante do conteúdo educativo e formativo do cidadão e, conseqüentemente, de agentes da preservação, mas não é a única. Nesse sentido, é previsto pelos PCN's (1998) que trabalhar educacionalmente com o Patrimônio Cultural não requer apenas que o professor professe um discurso pré-estabelecido, mas principalmente, que ele instigue no aluno o sentido da descoberta, da procura pelo conhecimento da linguagem cultural. Isso promoverá a construção de sua identidade cultural e de sua cidadania.

Para que isso seja possível, é de grande relevância que o professor reorganize sua prática e o planejamento pedagógico. Como afirma Vasconcellos (2000), uma mudança de atitude dos professores diante da rigidez da organização disciplinar implica compreender a prática da interdisciplinaridade em três sentidos: como atitude, como forma de organização administrativa e pedagógica da escola, como prática curricular.

Assim, ao se propor o estudo das variadas maneiras de se implantar a temática Patrimônio Cultural nas escolas, existe a possibilidade de haver uma organização das diversas áreas de conhecimento em torno de um eixo comum, um eixo integrador, que propicie um diálogo entre as demais áreas e reduza seu caráter fragmentário, para que se possa buscar uma construção plural da situação de aprendizagem.

Enfim, nessa possibilidade de redimensionamento curricular, há uma relação recíproca de cumplicidade entre teoria e prática estabelecida pela ação integralizadora construída pelas diferentes áreas do conhecimento em torno de eixo comum, no caso o Patrimônio Cultural. Somente como título de exemplo, um projeto sobre a Educação Patrimonial envolve um conjunto de atividades que engloba a

pesquisa, a discussão, a escolha dos conteúdos a serem desenvolvidos, a preparação de unidades didáticas e a suas implementações em sala de aula, vislumbrando uma possibilidade para estender a abrangência para além do ensino escolar, alcançando a comunidade.

3.3 Educação Patrimonial: Conceito e base legal

A palavra “patrimônio” tem sua origem etimológica derivada do latim *pater*, que significa pai, e *nomos* que significa lei, usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. Patrimônio pode ser entendido, então, como herança de, geralmente a paterna, aquela em que os bens materiais são transmitidos de geração em geração, de pai para filho, a um patrimônio coletivo, testemunha a História da nação.

Assim, esse conjunto de bens, nominados como herança do povo de uma nação, resultantes das suas respectivas experiências, coletivas ou individuais, e vivenciadas por um grupo social para se tornarem perpétuas, é denominado de Patrimônio Histórico Cultural.

A discussão sobre o patrimônio no Brasil passou a ser mais intensificada no início da República, momento em que emergiram novos grupos sociais, as cidades cresceram de maneira intensa, houve a reorganização da estrutura produtiva, que era basicamente agrária, a economia brasileira anuncia-se para a substituição das importações e a reorganização da estrutura produtiva. O movimento modernista lança as bases da discussão sobre a dependência cultural e o nacionalismo. Nesse contexto, as discussões sobre a identidade nacional traduzem-se na preocupação com o patrimônio histórico nacional, implementado por uma nova elite da base que se opunha ao predomínio das elites agrárias (GONÇALVES, 1996).

Mário de Andrade também foi um dos mentores e fundadores do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, junto com o advogado Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Limitações de ordem política e financeira impediram a realização desse projeto (que seria caracterizado por uma radical investida no inventário artístico e cultural de todo o país), restringindo as atribuições do instituto,

fundado em 1937, à preservação de sítios e objetos históricos relacionados a fatos políticos, econômicos, históricos e ao legado religioso no país. Esses fatores políticos, econômicos e históricos, conforme já foi mencionado no capítulo anterior, refletiram nas decisões educacionais, que estão interligadas, por serem indissociáveis da educação.

A concepção histórica do Patrimônio Cultural de um determinado local, seja ele tangível ou não, é vista como recurso imprescindível de partilha individual e coletiva, de memórias e materializada pelos atos individuais e coletivos que despontam com melhorias no seio da comunidade. Não apenas participando de sua destruição ou conservação, mas há implicitamente uma relação aberta de controle, proposição ou de iniciativas patrimoniais, que dão sentido à comunidade. (VARINE, 1974, p.4)

Assim, ao se trabalhar na instituição escolar conceitos referentes ao Patrimônio Cultural, em especial, a memória, devido à sua importância para a compreensão do passado, conserva-se e prepara-se para a construção do presente. Bosi (2006), diz que é preciso reconhecer que muitas de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossos que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal.

Para além da formação da memória, Halbwachs (2004 p.76-78) aponta que as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, serem reconstruídas ou simuladas. Podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica.

A lembrança “é uma imagem engajada em outras imagens”, ou ainda,

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2004 p. 75- 76).

Dessa forma, segundo o mesmo autor, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista. Pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para o presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. O grupo é suporte da memória, se nos identificamos com ele e fazemos o passado.

É importante resgatar diferentes práticas de construção de memória e identidade de um grupo, utilizando ações educativas que sejam direcionadas para a preservação do patrimônio cultural, não esquecendo que a identidade é construída historicamente, portanto, do entrelaçamento das relações sociais existentes entre os indivíduos. Nesse sentido, a identidade se insere no “circuito da cultura” e remete-se a outro conceito amplo, porém distinto, que é o de representação; ou seja, não se confunde a identidade real, em sua essência, com a mera representação da identidade em seu sentido radical.

O Patrimônio Cultural, tanto nas dimensões material e imaterial, tem sido utilizado como instrumento de contribuição para que ações sejam desenvolvidas no âmbito social, histórico e associada para a formação da cidadania. Desse modo, assume um papel educacional, de transformação do indivíduo, sendo um sujeito social.

Bosi (2006, p. 19) diz que “[...] a lembrança é a história da pessoa e seu mundo, ‘enquanto vivenciada’”. Não se vive uma história que não é a sua. Esse vazio faz com que a memória individual e a memória social sejam invadidas’. [...] por outra história, por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade”.

A abordagem de conceitos como preservação, memória, identidade, diversidade cultural, que são referentes ao universo patrimonial e cultural, na instituição escolar, é possível, por meio da Educação Patrimonial, que não é uma área de conhecimento, mas segundo Horta *et al* (1999) e Machado (2004), é uma proposta metodológica que possibilita a abordagem e a integração de várias áreas de conhecimento.

O termo Educação Patrimonial veio da tradução do *Heritage Education* que foi adaptada ao Brasil a partir de longos debates sobre o tema e também da necessidade de se preservar o Patrimônio Cultural. No I Seminário sobre o uso educacional de museus e monumentos, realizado em 1983, no Museu Imperial de Petrópolis, RJ, surgiu, o princípio básico que norteia o trabalho da Educação Patrimonial.

Horta *et al* (1999) conceituam a Educação Patrimonial, enfatizando que trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho individual e coletivo. A partir da experiência do contato direto com as evidências e com a manifestação de cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial leva as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacita-os para um melhor usufruto desses bens e propicia a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Referindo-se ao importante trabalho desenvolvido por meio da Educação Patrimonial, Manso (2004, p. 126) considera que,

para ter sua identidade, o ser humano tem de se reconhecer naquilo que é seu e, posteriormente, preservar os patrimônios individuais que interferem em seu dia-a-dia, há a necessidade de que lhe seja solicitado que se conscientize também da necessidade de preservar o patrimônio cultural, que muitas vezes passa despercebido, apesar de sua exposição constante, quando se trata do patrimônio físico. Cabe à escola, além de outras instâncias, sensibilizar o cidadão para a consciência dos bens patrimoniais. Essa sensibilização é muito eficaz quando se concretiza durante a infância do indivíduo, que carregará consigo essa consciência do bem cultural (patrimonial) de seu lugar de origem ou vivência e por certo cuidará de sua preservação.

Bezerra (2006, p 83) faz uma reflexão sobre o fato de que a Educação Patrimonial parece ser considerada como algo à parte da Educação, como um *corpus* de conhecimento distinto, de modo que a perspectiva da educação como prática sócio-cultural torna a expressão “Educação Patrimonial” redundante.

A Educação Patrimonial une dois conceitos distintos e complexos: educação e patrimônio. Então, ao se propor qualquer ação sob o rótulo de Educação Patrimonial, é preciso refletir sobre o conceito de educação e de patrimônio ali embutidos. Educar pode ser um ato para o bem ou não, como nos fez pensar

Adorno (2000). A noção de patrimônio, da mesma forma, sugere múltiplos significados. Então, de que educação, de que patrimônio trata a expressão “Educação Patrimonial”? A preocupação que se tem é de como a Educação Patrimonial tem-se propagado e que aspecto autoritário está, possivelmente embutido no termo, que parece ser algo definido, pronto a ser aplicado à educação. Como educar é um ato político e social, que visa à formação de sujeitos críticos que utilizam o conhecimento construído na escola para lutar pelos seus direitos, inclui-se o acesso aos bens culturais, que são constituintes da cidadania.

Vygotsky (1992, p. 24) fala a respeito da importância da dimensão social do desenvolvimento humano, tendo como um de seus pressupostos básicos a idéia de que o ser humano constitui-se enquanto tal na sua relação com o outro social. A cultura torna-se parte da natureza humana num processo histórico e social que, ao longo do desenvolvimento da espécie e do indivíduo, molda o funcionamento psicológico do homem.

Diante dessas perspectivas, conclui-se que a Educação Patrimonial pode ser utilizada como instrumento viável de interlocução e propagação com o Patrimônio Cultural e Histórico na instituição escolar ou na comunidade. Concorda-se que o conhecimento crítico e a apropriação consciente desses conteúdos pelas comunidades, no convívio social com seu patrimônio, são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens e fortalecimento dos sentimentos de identidade e de cidadania.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A ação oficial de preservação do patrimônio no Brasil teve seu início com a criação do Ministério de Educação e Cultura. Teve como ministro Gustavo Capanema, no governo Getúlio Vargas, em 1937, em um contexto político de um governo centralizador e autoritário, que mantinha o controle das ações em todos os níveis. Nesse período, foi criado, por meio de um anteprojeto, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Mário de Andrade um dos idealizadores do projeto, já que era reconhecido como homem público, intelectual e pesquisador preocupado com a identificação de uma cultura nacional, que buscou resgatar e preservar a diversidade cultural, presente não só nos monumentos e prédios históricos.

Para Batista (2002), o anteprojeto de lei de Mário de Andrade é condizente com sua época, visto que foi elaborado no momento em que surgiram os primeiros tratados relativos à proteção dos bens culturais, pelo fato de outros Estados já terem adotado leis de proteção e, no caso brasileiro, pelas condições criadas pelas Constituições de 1934 e 1937, que serviram de base jurídica à sua elaboração.

Ao analisarmos o anteprojeto de Mário de Andrade, verificamos sua extensa preocupação e profundo conhecimento sobre todas as formas de manifestação cultural. Posteriormente, o anteprojeto foi utilizado como subsídio para vários documentos nacionais e internacionais referentes ao tema Patrimônio Cultural, contribuindo com a sua preservação e divulgação.

O Decreto-Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937, configurado pelo jurista Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi o primeiro instrumento jurídico brasileiro sobre patrimônio, que constitui a norma legal que instituiu a proteção do Governo Federal aos bens de interesses, incluindo aí o acervo histórico patrimonial. Esse Decreto normatizou a atividade de preservação, assinalou o pioneirismo do país em relação à América Latina, delimitou esferas de atuação, critérios de tombamento, estabeleceu os direitos individuais de propriedade sobre os bens móveis e imóveis, mesmo que de forma autoritária, devido à forma de governo da época, inovou, no sentido de preservação do Patrimônio Cultural, por ter dado ênfase à proteção dos

bens imateriais. Nele (Decreto-Lei nº. 25, no Capítulo 1, em seu Art. 1º), encontramos a seguinte definição de patrimônio:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

As primeiras iniciativas de proteção do Patrimônio Cultural se deram no Estado do Paraná e remontam o ano de 1938, com o tombamento nacional de inúmeros bens, entre eles, edifícios e acervos museológicos, tais como a Igreja de São Francisco das Chagas, em Paranaguá, a Fortaleza da Ilha do Mel, a Matriz de Guaratuba, a Casa Lacerda na Lapa, entre outros, conforme descrição de Bezerra (2002).

A Lei nº. 3.924, de 26 de julho de 1961, em seu Art. 1º, decreta a respeito da guarda e proteção dos bens arqueológicos:

Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, em seu artigo 216, Título VIII (da Ordem Social), Capítulo III (da Educação, da Cultura e do Desporto), Seção II (da Cultura) considera como integrantes do Patrimônio Cultural do Brasil as referências culturais de todos os grupos formadores da sociedade brasileira, reconhecendo assim a sua composição pluriétnica:

Constituem Patrimônio Cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Política Nacional do Meio Ambiente e do Sistema Nacional do Meio Ambiente, mediante a Resolução nº. 001, de 23 de Janeiro de 1986, reconhece no Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA - a obrigatoriedade da elaboração dos Estudos de Impactação Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Documentos necessários para iniciar-se o processo de licenciamento para a implantação de empreendimentos danosos ao meio ambiente.

Ainda em relação à preservação e à proteção do Patrimônio Arqueológico, destaca-se a Portaria 230, de 17 de dezembro de 2002, emitida pelo Departamento de Proteção, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (IPHAN), que considera a necessidade de preservação desse patrimônio, com a intenção de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, com empreendimentos potencialmente capazes de afetar tal patrimônio. Desse modo, são necessários vários procedimentos para a obtenção das licenças ambientais, dentre elas, a realização da Educação Patrimonial junto à comunidade localizada na área de impacto.

A respeito de pesquisas arqueológicas referentes à apreciação e acompanhamento das fases de obtenção de licenças ambientais, com os empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico no país, a mesma Portaria, a 230, instituiu:

Art.1- Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

Art. 7º-O desenvolvimento dos estudos arqueológicos em todas as suas fases, implica em trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

Ainda segundo a Portaria 230, do IPHAN, as ações referidas vêm disciplinar, de forma clara, os procedimentos arqueológicos a serem executados por qualquer requerente que deseja realizar empreendimentos potencialmente causadores de

danos à matriz finita do Patrimônio Arqueológico, bem como aplicar a Educação Patrimonial, visando a conscientização da comunidade local.

A respeito das competências municipais existentes na Constituição Federal de 1988, a respeito da preservação e proteção do Patrimônio Cultural, há menção em seu Artigo 30, que diz ser de competência dos municípios:

- I- Legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- [...] VIII – Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX – Promover a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Teoricamente, cabe aos Estados e aos municípios, incluindo o de Goiânia, a implementação dessa legislação em âmbito Federal. Cabem especificar as limitações e as determinações a serem observadas no que diz respeito ao Patrimônio Cultural, localizado em área urbana ou rural. É de sua responsabilidade a grande tarefa de controlar, avaliar as cidades em sua totalidade e buscar, em seus espaços, as soluções adequadas para os problemas que são gerados pela urbanização, que, muitas vezes, não ocorrem, pois não há uma preocupação com a preservação do Patrimônio Arqueológico.

Além do referido Art. 30, da Constituição Federal, a atuação no âmbito municipal é ampliada no Art. 182, da Carta Fundamental, que trata da Política Urbana e refere-se ao conteúdo do princípio da função social da propriedade, uma vez que o Plano Diretor, instrumento da política urbana municipal, é parte integrante do processo de planejamento municipal que engloba o território do município como um todo e não só a parcela urbanizada. Tal Plano estabelece os requisitos e as condições para o cumprimento daquele princípio constitucional. Segue o conteúdo do Art. 182, da Constituição Federal:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§2º - A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no Plano Diretor.

O município de Goiânia teve o seu Plano Diretor aprovado no ano de 2007. Tal documento foi resultado de um amplo processo de discussão entre o Poder Público e a sociedade civil, representando a forma legítima e democrática, em que todos os segmentos da sociedade goianiense foi convidada a participar da discussão e de sua formação. O início de elaboração da elaboração do Plano Diretor ocorreu em meados de 2002.

As ações referentes à Preservação do Patrimônio Cultural contempladas no Plano Diretor do município de Goiânia, foram incluídas no momento em que se falam dos espaços ambientais que, segundo o documento, por afinidade, foram elaboradas estratégias que contemplam aspectos paisagísticos, históricos, culturais, biológicos, naturais, arqueológicos e científicos (grifo nosso). Têm-se por objetivo a catalogação dos patrimônios, contando com estratégias de programas que contemplam todas essas abordagens, que são planejamentos futuros. Embora estas ações tenham sido aprovadas pela Câmara Municipal em 2007, não houve uma sistematização prática do documento. As propostas retiradas dos debates ocorridos entre o poder público e a sociedade civil, ainda estão em fase de processamento.

Constatou-se que, no município de Goiânia e também no Estado de Goiás, há ausência de leis municipais que tratam especificamente da questão da preservação do Patrimônio Cultural. Esse certo “descaso” com o Patrimônio Arqueológico está se tornando insustentável, tendo em vista que há ações de responsabilidade municipais que visam a proteção do Patrimônio Cultural, que poderiam ser praticadas em favor do Patrimônio Arqueológico, uma vez que há expressiva quantidade de sítios arqueológicos encontrados em diversas áreas do Estado de Goiás, inclusive no município de Goiânia, que segundo dados do IPHAN, são aproximadamente mais de mil.

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da presente pesquisa se estrutura em duas estratégias.

A primeira se baseia em *processo avaliativo* feito com 11 professores e 26 alunos da EMPAT que participaram do curso de Educação Patrimonial. Essa avaliação foi feita por meio de questionários aplicados em dois momentos, um anterior à realização do curso, outro após o seu término. Lembramos que não houve alteração das questões, tanto para os professores, quanto para os alunos.

A segunda estratégia foi também avaliativa, realizada a partir da *aplicação de questionários* aos 10 professores que fizeram o curso de Educação Patrimonial, promovido pela Secretaria Municipal de Educação (SME), no ano de 2004. A amostragem foi obtida por amostragem aleatória simples, de um total de 49 docentes participantes e presentes nas diversas escolas da Rede Municipal de Goiânia.

Nos dois casos, a opção de aplicação destes questionários teve por objetivos: obter subsídios qualitativos, por meio das respostas dadas nos questionários, sobre o aproveitamento dos professores durante os cursos, aspectos positivos e negativos; avaliação da eficiência da metodologia utilizada, para a verificação da possibilidade de reimplantação do curso de capacitação em Educação Patrimonial. Os resultados obtidos, com certeza, contribuirão para a atual estrutura do curso.

No que diz respeito à utilização de questionário como instrumento avaliativo, baseamos-nos em Barbeta (2001), que enfatiza o caráter da importância da utilização dos questionários e da análise qualitativa. O autor afirma que:

podemos realizar uma pesquisa qualitativa, observando detalhadamente um pequeno número de elementos, sem uma formulação criteriosa das características a serem levantadas. Neste tipo de pesquisa não se costuma aplicar métodos estatísticos. [...] Definimos o conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo e que são passíveis de serem observados, com respeito às características que pretendemos levantar.

Neste processo de avaliação, respeitamos, na íntegra, todas as respostas apresentadas nos questionários.

A metodologia da Educação Patrimonial pode ser um instrumento valioso para o trabalho pedagógico dentro e fora da escola. Para alcançar a multiplicação das idéias e conceitos propostos nesse campo da Educação baseada no Patrimônio Cultural, é importante que se faça uma capacitação com os educadores, os quais possibilitarão o desenvolvimento desse trabalho nas escolas, nas associações de bairros, ou em qualquer espaço ou grupo social que se pretenda sensibilizar. Serão, portanto, multiplicadores desses conhecimentos, seja por meio da abordagem interdisciplinar ou por meio da elaboração e da execução de projetos relacionados ao assunto, em sala de aula.

A respeito da metodologia, utilizou-se a proposta básica de Horta *et al* (1999), que propõem quatro etapas metodológicas: *observação*, *registro*, *exploração* e *apropriação*. Propõem também atividades, oficinas que auxiliam os atores envolvidos na compreensão e no conhecimento do Patrimônio Cultural.

A primeira etapa metodológica, a *observação*, consiste em propiciar a utilização de exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, da manipulação, da experimentação, da mediação, de anotações, da comparação, a dedução, para que sejam identificados a função e o significado do objeto. Desenvolve, assim, a percepção visual e simbólica.

A segunda etapa diz respeito ao *registro* de atividades que tenham no desenho, na descrição verbal ou escrita, a leitura e a interpretação de gráficos, de fotografias, a criação de maquetes, a leitura de mapas e de plantas baixas. O registro desenvolve a fixação do conhecimento percebido e leva ao aprofundamento da observação e da análise crítica. Desenvolve, assim, a memória, o pensamento lógico, intuitivo e operacional.

A terceira etapa metodológica é a *exploração*, que é feita por meio da análise de problemas, do levantamento de hipóteses, das discussões, do questionamento, da avaliação, da pesquisa em outras fontes. Tal etapa desenvolve a capacidade de julgamento crítico das evidências e dos significados.

A quarta e última etapa é a *apropriação*, que se desenvolve por meio da recriação, da releitura, da dramatização, da interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo. Ela possibilita o envolvimento afetivo, a internalização do desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, da apropriação, da participação criativa, além de valorizar o bem cultural.

Esse trabalho foi desenvolvido por meio da realização de oficinas de Educação Patrimonial, que levaram os atores a experimentarem diretamente a metodologia de trabalho proposta, podendo assim avaliar a sua eficiência e potencialidade.

No primeiro momento do curso, aos participantes foram apresentados o embasamento teórico, os conceitos básicos de cultura, de bens culturais, de patrimônios material e imaterial, assim como, os princípios que fundamentam a metodologia da Educação Patrimonial. Em seguida, propôs-se um exercício de observação, no qual se evidenciou o potencial de significações contidas em qualquer objeto, como fonte de informações sobre o momento histórico e a sociedade que o criou e utilizou.

Num segundo momento, os educadores, a partir do método do “aprender fazendo”, foram levados a desempenhar o papel de alunos. Eles participaram de um trabalho lúdico e prático. Os bens culturais foram vistos como instrumentos pedagógicos, previamente selecionados, por meio da participação em oficinas culturais de pintura da arte rupestre, por meio também do acesso a filmes sobre as manifestações artísticas, saberes e festas populares, produções artesanais etc. Aplicou-se a metodologia específica de trabalho, que é de registro, exploração e apropriação dos conhecimentos a respeito do Patrimônio Cultural.

Após vivenciar a experiência concreta da observação, análise e registro no trabalho desenvolvido no curso de Educação Patrimonial, os professores da EMPAT foram então convidados a retornar à sua função de professores, tornando-se multiplicadores, para elaborarem os planejamentos pedagógicos interdisciplinares, que foram aplicados na turma de alunos. Foi também nesta etapa do projeto que houve a integração dos bens culturais estudados como instrumentos no processo de

ensino/aprendizagem. Criaram-se situações para o exercício da consciência preservacionista, para o fortalecimento da identidade, em que se utilizou os resultados das diferentes etapas da metodologia aplicados aos conteúdos programáticos nas diferentes áreas de conhecimento.

Houve também inovação ao inserir uma proposta metodológica diferenciada. Tal inovação baseou-se na literatura infanto-juvenil, relacionada ao Patrimônio Cultural. Nessa atividade valorizou-se a cultura brasileira, a tradição oral, que são repassadas de geração em geração, por meio da contação de histórias, da leitura e do manuseio de poesias, da literatura de cordel, das várias categorias da literatura. Houve maior acesso dos leitores à leitura e foi dada a oportunidade de conhecerem mais sobre Patrimônio Cultural por meio de uma abordagem lúdica e diferenciada.

A operacionalidade da abordagem interdisciplinar se desenvolverá quando educadores das diversas áreas de conhecimento se envolverem, construindo a possibilidade de uma construção coletiva dos conhecimentos a referentes ao Patrimônio Cultural, associada ao conteúdo previsto na matriz curricular.

Enfim, propõe-se neste projeto de pesquisa, a possibilidade da valorização do sujeito, como ser social, inserido em uma sociedade que tem múltiplas faces, em que o conhecimento da Educação Patrimonial facilita a inserção deste indivíduo nesse meio. Ao ter uma visão social ampla, aprende a conhecer a sua história e a sua cultura. Por esse motivo, a abordagem do Patrimônio Cultural na escola necessita que seja de uma maneira interdisciplinar, integrando as várias áreas do conhecimento, com a inserção dos eixos sugeridos nos PCN's, tanto em relação aos Temas Transversais, quanto às áreas específicas, como por exemplo: Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Ética, Cidadania, História, Geográfica, Artes, Língua Portuguesa, Educação Física etc. Existe a possibilidade de abordar os conteúdos referentes ao Patrimônio Cultural por meio da literatura infanto-juvenil, referentes ao assunto e oficinas pedagógicas e culturais, que trabalhem de forma lúdica como proposta metodológica.

Horta *et al* (1999, p. 36) enfatiza que os currículos escolares são comumente sobrecarregados, com disciplinas que competem entre si por limitação do tempo em sala de aula e pelas normas oficiais estabelecidas. Os objetos patrimoniais, os

monumentos, os sítios e os centros históricos ou o patrimônio natural são recursos educacionais importantes, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada disciplina e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos. Desta forma, podem ser usados como detonadores ou motivadores para qualquer área do currículo ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo de ensino/aprendizagem.

6. METODOLOGIA OPERACIONAL

6.1 Parcerias com instituições

Para a realização e execução da proposta de reimplantação do Projeto de Educação Patrimonial, via curso de capacitação dos professores, da Rede Municipal de Educação, intitulado “Patrimônio: Discussões, práticas e reflexões”, há a possibilidade de efetivação de várias parcerias, com instituições, que são jurisdicionadas aos âmbitos federal, estadual, municipal e também, da rede privada. Outras ainda estão em fase de efetivação. São elas: Prefeitura de Goiânia (SME), 14ª Regional - IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Museu Antropológico (UFG), Instituto do Trópico Sub-úmido/ Memorial do Cerrado/UCG, Centro Cultural Jesco Putkmmer /IGPA/UCG, Museu de Arte de Goiânia, Museu Pedro Ludovico Teixeira, Arquivo/UFG da FAV/UFG e Centro de Formação Paulo Freire (SME).

6.2 Coordenação geral, divulgação e capacitação dos professores

A coordenação geral do referido projeto de capacitação dos professores, ficará a cargo do Departamento Pedagógico, via Divisão de Estudos e Projetos, que é o local de viabilização e acompanhamento dos projetos da RME. Haverá um profissional que coordenará a execução e o acompanhamento de todas as ações relacionadas ao projeto de Educação Patrimonial, a partir do ano de 2009. Além disso, o projeto receberá a assessoria pedagógica da pesquisadora, responsável pela sua reimplantação.

O Centro de Formação dos Professores da SME disponibilizará um profissional que ficará responsável pela divulgação e organização de toda a logística necessária para a viabilização do curso de capacitação (calendário, divulgação na RME, contratação dos profissionais para ministrarem os módulos, local, horários, cronogramas de visitação e do curso, organização e distribuição dos módulos,

fornecimento dos certificados e acompanhamento nas escolas da execução dos projetos elaborados pelos professores que participarem do curso de Educação Patrimonial etc.)

Além do Centro de Formação da SME, ficarão responsáveis pela divulgação do curso, a Divisão de Eventos da SME e as Unidades Regionais, ligadas à Secretaria Municipal de Educação do município de Goiânia.

6.3 Estrutura e conteúdos do curso

O curso está estruturado em 8 módulos. Os conteúdos estão distribuídos numa carga horária total de 100 horas. Abaixo eles estão especificados:

6.3.1 Módulo I – Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial- 24 Horas

- Conceitos de cultura, diversidade cultural, bens culturais e Patrimônio Cultural;

- Embasamento teórico da Educação Patrimonial;

- Desenvolvimento e aplicação da metodologia de Educação Patrimonial;

- Literatura Infanto-Juvenil específica do tema: Patrimônio Cultural.

6.3.2 Módulo II – Patrimônio Arqueológico – 8 Horas

- O que é Arqueologia, o que é pré-história, o que é sítio arqueológico, tipos de sítios arqueológicos;

- Ênfase aos sítios arqueológicos do Estado de Goiás e do município de Goiânia;

- Arqueologia e Educação - O papel da Arqueologia na Educação. O ensino da História e a exclusão do passado pré-histórico. Os currículos escolares e a pré-

história. A temática da pré-história nos livros didáticos. Estudos de caso: Apresentando a Arqueologia e a pré-história na escola.

6.3.3 Módulo III – Política da Preservação do Patrimônio Cultural – 12 Horas

- Gestão do Patrimônio Cultural. Legislação atual. Órgãos de proteção. Tombamento/Conservação/Restauração. Bens tombados em Goiás;

- Legislação Federal – IPHAN;

- Legislação Estadual – AGEPEL/ Núcleo de Preservação do Patrimônio Cultural;

- Legislação Municipal – Secretaria Municipal de Cultura/ Divisão de Patrimônio.

6.3.4 Módulo IV – Patrimônio e Memória – 8 Horas

- Educação: Cidadania e Pluralidade Cultural;

- A memória como prática social;

-A invenção do patrimônio no Brasil e em Goiás.

6.3.5 Módulo V - Os lugares de Memória e a Educação – 8 Horas

1- Museus:

a) Tipos de museus;

b) Função social e educativa dos museus;

- c) Princípios de conservação e guarda de acervos museológicos;
- d) Importância da documentação museológica;
- e) Acervos audiovisuais como instrumentos de memória e educação;

2- Sítios Arqueológicos:

- a) Visitação;
- b) O trabalho desenvolvido por um arqueólogo;
- c) As potencialidades do registro arqueológico.

6.3.6 Módulo VI – Patrimônio Imaterial e Educação – 8 Horas

- Conceito;
- Os bens culturais imateriais;
- Manifestações Culturais.

6.3.7 Módulo VII – Visitas Técnicas – 24 Horas

- Museu Antropológico/UFG;
- Museu Pedro Ludovico Teixeira;
- Museu de Arte de Goiânia;
- Museu Memorial do Cerrado;
- Galeria da FAV/UFG;
- Centro Cultural Jesco Putkamer;

-Arquivo/UFG;

-Museu da Imagem e do Som

-Sítio Arqueológico Bananeira – Parque Ecológico de Goiânia;

-*Tour* pela área urbana de Goiânia (reconhecimento dos monumentos e prédios históricos).

6.3.7.1 Módulo VIII – Sistematização dos Projetos de Educação Patrimonial das Unidades Educacionais – 8 Horas

- Apresentação dos projetos com o objetivo de socializar as idéias contidas em todos os projetos apresentados e encerramento.

7. ORÇAMENTO DO CURSO

A viabilização financeira do referido projeto ficará a cargo de um departamento específico da SME, o Fundo de Manutenção e Execução Financeira. No final do ano de 2008, as secretarias municipais deverão enviar um orçamento financeiro de execução prévia, relacionado a todas as ações planejadas anteriormente para serem executadas no próximo ano. Foi enviado o documento de intenção do referido curso para a Câmara Municipal, no entanto, os vereadores ainda não aprovaram tal orçamento, o que deverá acontecer até o final do mês de dezembro de 2008.

Houve a solicitação, por parte da pesquisadora responsável pelo projeto, de se incluir no orçamento da SME no ano 2009, uma verba específica que contemplasse tal ação. A previsão desse orçamento para que o projeto pudesse ser retomado no próximo ano foi feita e há em torno de 120.000,00 reais disponíveis para este fim. Essa verba virá especificamente do Tesouro Municipal, conforme está demonstrada na planilha (Anexo 7). Esse montante será utilizado para a aquisição dos recursos que serão necessários para a execução do curso (materiais permanentes, materiais de consumo, aluguel de ônibus, recurso físicos etc.).

Ainda em relação à execução financeira do projeto, está em fase de andamento uma parceria efetivada com o IPHAN (14ª Regional), com a Prefeitura do município de Goiânia, por meio da SME. O Termo de Cooperação Técnica entre essas instituições possibilitará a viabilização de recursos financeiros, sendo que o IPHAN se incumbirá de algumas despesas (honorários das aulas, estadas em hotéis e passagens aéreas) dos professores que ministrarão os módulos do curso de capacitação de Educação Patrimonial para os professores da RME, em 2009.

8. VIABILIDADE DE REIMPLANTAÇÃO DO PROJETO - ANÁLISE AVALIATIVA DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL REALIZADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Considera-se que uma análise avaliativa dos cursos de Educação Patrimonial, por meio da aplicação de questionários às pessoas que participaram dessa ação, é um instrumento eficaz para estimular questionamentos e motivar ajustes que forem necessários.

A aplicação dos questionários como instrumento de coleta de dados da pesquisa, na investigação, foi organizada e aplicada com a autorização prévia dos atores envolvidos, por meio da assinatura do termo de consentimento. Barbeta (2001) enfatiza que a aplicação do questionário deve ser completa no sentido de abranger as metodologias necessárias para atingir os objetivos da pesquisa. Ao mesmo tempo, esse autor esclarece que não deve haver perguntas que desviam do eixo central da pesquisa. Considerando que quanto mais longo o questionário, menor a qualidade e a confiabilidade das respostas, optou-se por aplicar em todos os três questionários (professores e alunos da EMPAT e professores da SME), questões estruturadas, em que o entrevistado teve a oportunidade de expressar suas idéias, sem receber a influência do pesquisador.

Para que as análises dos questionários sejam feitas de maneira sistematizada e completa, procurou-se seguir o que Minayo (2001, p. 78) orienta a respeito dos passos para a operacionalização do trabalho:

- Ordenamento dos dados: neste momento, faz-se um mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo. Contemplou-se a releitura do material, organização do material e dos dados dos questionários;
- Classificação dos dados: levou-se em consideração de que um dado não existe por si só, que ele é construído a partir de um questionamento que fazemos sobre eles, com base numa fundamentação teórica. Através de uma exaustiva leitura e repetida feita dos textos, estabelecemos interrogações para identificarmos o que surge de relevante, para que seja possível a elaboração das categorias específicas, diante das questões que foram colocadas;

- Análise final: neste momento, procurou-se estabelecer articulações entre os dados referenciais teóricos da pesquisa, como um todo, respondendo às questões dos questionários, tendo como base, os seus objetivos. Assim, promovendo relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática, que é o se propõem ao se realizar uma pesquisa.

A análise avaliativa se restringirá às atividades desenvolvidas na EMPAT e na SME. Na EMPAT, os questionários foram aplicados em dois momentos - início e fim da ação educativa.

No total participaram 11 professores de várias áreas de conhecimento. No início, dois professores da EMPAT se recusaram a responder o primeiro questionário, no entanto no decorrer do curso, o interesse foi crescendo de forma que o segundo questionário foi respondido. Optou-se por inserir esse material na pesquisa, devido ao empenho demonstrado pelos professores ao longo do processo. Portanto, houve, no início, um descrédito dos docentes, a respeito da seriedade e do cumprimento do trabalho com a qualidade que foi proposta. Quando perceberam que o trabalho, tanto com os professores, quanto com os alunos da EMPAT, acontecia conforme o previsto, com qualidade nas metodologias e ações pedagógicas, houve uma adesão surpreendente de ambos.

Foram analisados 22 questionários dos professores lotados na EMPAT. Lembramos que essa avaliação foi realizada com o objetivo de verificar os conhecimentos prévios dos educadores e de comparar com os conhecimentos socializados, adquiridos ou lembrados, num segundo momento, após a participação do curso de Educação Patrimonial.

O perfil destes 11 educadores pesquisados é composto de profissionais efetivos da Rede Municipal de Educação, tendo uma faixa de idade entre 35 a 55 anos, todos têm um curso de graduação, sendo em várias áreas do conhecimento, 5 deles possuem pós graduação em diferentes áreas, tais como : Psicopedagogia, Metodologia Científica, Docência Universitária, Educação Especial e Planejamento Educacional. A maioria reside na região em que fica localizada a instituição escolar em que atuam como educadores.

Os questionários foram aplicados para os 26 alunos da EMPAT, da turma H-01, que corresponde à 7ª Série do Ensino Fundamental, do período matutino. A faixa etária dos alunos é de 13 a 14 anos. Enfatizamos que a seleção dessa turma ficou a cargo da coordenação da escola. Foram respondidos os 26 questionários, nas duas etapas da pesquisa. Para a análise, porém, foram utilizados apenas 10. Esta escolha se deu por meio da realização de um sorteio.

A caracterização dos professores da escola (EMPAT) foi feita por ordem alfabética “A”. Quanto aos 10 alunos da mesma escola, da turma H-01 serão citados como “B” e os 10 professores que participaram do curso proposto pela SME, serão citados como “C”. Esta estratégia tem por objetivo preservar a identidade de todos que participaram voluntariamente desta pesquisa.

9. ANÁLISES DAS RESPOSTAS DOS PROFESSORES DA EMPAT (“A”)

A metodologia utilizada para o direcionamento da presente pesquisa se estrutura em duas estratégias: *análise qualitativa*, de dados provenientes de entrevistados e da aplicação de questionários, para dois propósitos específicos: os onze professores que participaram do curso de Educação Patrimonial da EMPAT e dos 26 alunos, escolhidos no ano de 2008, desse mesmo estabelecimento.

A aplicação destes questionários, teve por objetivo obter subsídios para verificar o aproveitamento desses professores durante o curso, aspectos positivos e negativos, para avaliar a possibilidade de reimplantação do curso de capacitação de Educação Patrimonial para os professores da Rede Municipal de Educação, no início do ano de 2009.

No que diz respeito à estrutura e desenvolvimento para a EMPAT, baseou-se em Barbeta, que enfatiza o caráter de importância da utilização dos questionários, que foram aplicados em dois momentos, um anterior à realização do curso, outro após o término do curso, sendo o mesmo questionário, sem nenhuma alteração das questões, tanto para os professores, quanto para os alunos da mesma escola (EMPAT). Para os professores da SME, somente um questionário foi aplicado para os professores da Rede Municipal de Educação, devido ao fato de todos os dez selecionados já terem participado do curso proposto pela SME, no ano de 2004.

Para Barbeta (2001, p.25),

Podemos realizar uma pesquisa qualitativa, observando detalhadamente um pequeno número de elementos, sem uma formulação criteriosa das características a serem levantadas. Neste tipo de pesquisa não se costuma aplicar métodos estatísticos. (...) Definimos o conjunto de elementos que queremos abranger em nosso estudo e que são passíveis de serem observados, com respeito às características que pretendemos levantar.

A aplicação dos questionários como instrumento de coleta de dados da pesquisa, na investigação, foi organizada e aplicada com a autorização prévia dos atores envolvidos, através da assinatura do termo de consentimento. Barbeta (2001) complementa que para a realização da aplicação do questionário, deve ser completa, no sentido de abranger as características necessárias para atingir os objetivos da pesquisa, ao mesmo tempo, não deve conter perguntas que fujam destes objetivos, pois, quanto mais longo o questionário, menor tende a ser a qualidade e a confiabilidade das respostas, por esses motivos, optou-se aplicar oito questões estruturadas, onde o entrevistado teve a oportunidade de expressar suas idéias, sem ter a influência do pesquisador.

9.1 Análises dos dados (respostas) dos questionários

A 1ª questão: *Para você, qual é o significado da palavra patrimônio?* Qual o entendimento que tinham a respeito do que seja patrimônio.

Para enfatizar esta idéia a respeito do patrimônio, Machado complementa, (2004, p.10),

A palavra patrimônio é de origem latina, derivada de pater que significa pai, num sentido mais social do que a simples referência à paternidade física. Enquanto conjunto de bens pertencentes ao pater, é conceitualizada no sentido de herança, legado, ou seja, aquilo que o pai deixa para o(s) filho(s). Também utilizamos a palavra patrimônio quando nos referimos ao conjunto de bens de uma instituição, empresa, associação ou de pessoas em geral. Nesse sentido, ela está associada a valores monetários, à riqueza.

Na primeira aplicação do questionário, uma boa quantidade dos professores não foi capaz de expor com clareza os conceitos idênticos, ou que lembrem a citação anterior. Em geral, percebeu-se que o conceito da categoria patrimônio agrupou-se em duas vertentes: uma que vinculava a idéia de patrimônio com valor financeiro ou de riqueza material, (ex. A-04), que diz que *patrimônio é tudo que pertence a uma pessoa ou empresa. Bens, riqueza*; o segundo grupo tinha uma idéia mais ampla desse conceito, incluindo os termos “cultura”, “moral” e tempo, que não é indissociável dos acontecimentos históricos. Seguem as respostas dadas:

“É o conjunto de obras, construções de uma cidade em determinado tempo, levando em consideração os aspectos sócio - políticos (A-01)

“Bens” ou algum tipo de “bem” que pertença a alguém ou a alguma instituição ou nação ou a algum povo. (A-02.)

Tudo que pertence ao povo. (A- 03)

Tudo que pertence a uma pessoa ou empresa. Bens, riqueza. (A-04)

É o conjunto de objetos permanentes que constituem a história de um determinado local ou região. (A-05)

Bens materiais e morais adquiridos ou herdados ou construídos individualmente ou coletivamente ao longo da história. (A-06).

Bens adquiridos materialmente anterior ao tempo atual. (A- 07)

Os demais professores não responderam a questão.

Após o curso de Educação Patrimonial, percebeu-se que o conceito ficou mais claro, pois os professores, citando elementos, tais como: “bens materiais e imateriais”, (ex. A-01), que diz: *“É um bem de uma comunidade, podendo ser pessoal ou de todos, e existem bens materiais ou imateriais”, “identidade” e “memória”, (ex. A-05), que diz; “É tudo o que envolve o saber do homem, seja materializado ou não. Representa a identidade, a memória e a cultura de um determinado grupo”* e ainda a respeito da “preservação”, exemplificando (A-03): *“É algo que pertence a comunidade que não pode ser mudado com suas ações, ou seja, tem que ser preservado”*. Conseguiram externar o conceito de patrimônio de uma maneira ampla e clara demonstrando que houve uma compreensão do conceito trabalhado, que deixou de ser contemplado nas respostas anteriores. Foram citados

vários conceitos que foram relacionados ao patrimônio, a memória, a identidade e a preservação, que devem ser revistos, devido a grande importância.

Pollak (1992, p.2) diz a respeito da memória: “são os acontecimentos vividos pessoalmente,” os vividos por tabela “, ou seja, os vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer... (...) Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas...

Silva (2005, p.55) coloca que a identidade envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. Seguem às respostas:

É um bem de uma comunidade, podendo ser pessoal ou de todos, e existem bens materiais ou imateriais (A-01)

Patrimônio é tudo aquilo que deve ser preservado de algum tipo de cultura, povos, cidades. Patrimônio é a identificação do que somos, a história de determinada coisa. (A-02)

É algo que pertence a comunidade que não pode ser mudado com suas ações, ou seja, tem que ser preservado. (A-03)

O patrimônio é constituído de bens materiais ou não. Tudo o que pertence a uma pessoa ou empresa, herança, tudo que se refere a identidade, à ação, a memória de uma sociedade. (A-04)

É tudo que envolve o saber do homem, seja materializado ou não. Representa a identidade, a memória e a cultura de um determinado grupo. (A-05)

Patrimônio é um bem de um povo que pode ser material ou imaterial, pode ser privado ou público. (A-06)

Herança, bens de família, riqueza, os bens materiais ou não, de uma pessoa, comunidade, cidade e país. (A-07)”.

Os professores seguintes não deram suas respostas.

Na 2ª questão: O que você entende por cultura? Teve-se por objetivo verificar o conhecimento sobre o conceito de “cultura”.

Percebeu-se que os professores da EMPAT têm uma visão a respeito do conceito de cultura, demonstrando que entendem e percebem a sua aplicação no contexto social, principalmente no que diz respeito a transmissão dos conhecimentos que passam de geração em geração. Houve ampla repetição desta resposta, por ser mais próximo da realidade das pessoas:

“ É o conjunto de costumes de um povo em cada época. (A- 01)

Cultura para mim é algum tipo de manifestação, seja ela religiosa, social ou de outra manifestação que dão vida a uma sociedade. (A- 02)

É tudo que é transmitido de geração para geração todo conhecimento adquirido dos nossos antepassados. (A-03).

Numerosos são os conceitos sobre cultura:

- É o modo de vida de um povo;*
- É uma herança que o homem recebe ao nascer;*
- O desenvolvimento de um grupo social, uma nação;*
- Sistema de idéias, conhecimentos, técnicas, padrões de comportamento de um povo, atitudes que caracterizam determinada sociedade;*

Processo de transmissão dos mais velhos, pessoas ou instituições aos mais novos. (A- 04).

Conjunto de características e padrões de comportamento, crenças, manifestações artísticas e intelectuais de uma sociedade ou de uma época (A-05).

Cultura é o conjunto das ações, manifestações, produções realizadas historicamente pela humanidade e que são transmitidas para as novas gerações (A-06).

Costumes preservados pela sociedade (A-07)

Cultura pode ser um conjunto de bens, conhecimentos, tradições de um povo, de uma sociedade. (A-08).

São hábitos e costumes de um povo que são passados de geração para geração (A-09).”

Logo após a realização do curso, os professores, enriqueceram e agregaram mais idéias que tinham sobre o conceito de cultura, alguns mantiveram basicamente às mesmas idéias que tinham anteriormente, tais

como, quando a “identidade”, os “bens materiais e imateriais foram mantidos ou acrescentados. (Ex. das respostas “ A-01”, “A-05” e “A-06”) :

São os costumes de um povo, a sua identidade podendo aparecer na música, folclore, dança, culinária. É uma forma de expressão de um povo. (A-01)

É a permanência de determinados hábitos. É a manutenção do que somos, de nossas origens (A-02)

São os conhecimentos adquiridos por determinado grupo social, passado de geração à geração. (A-03)

Padrão de comportamento e atitudes que caracterizam determinada sociedade.

O desenvolvimento de um grupo social, uma nação.

É o modo de vida de um povo.

É uma herança que o homem recebe ao nascer.(A-04)

É o modo específico de organizar de forma significativa a nossa existência.

A cultura, antes de mais nada depende do ponto de vista e dos interesses de quem está no poder e varia de acordo com as etnias. Pode ser material ou imaterial.(A-05)

É a identidade de um povo que se manifesta através de diversas formas em seu cotidiano, seja na música, dança, utensílios, culinária, rituais, artes plásticas, língua, forma de se expressar, trabalhar, alimentar, conviver etc. (A-06)

Conjunto de conhecimentos adquiridos em uma área, campo, comunidade. Mostra padrões de conhecimento; das crenças, manifestações artísticas, transmitidas coletivamente e ou/ típicos de uma sociedade. (A-07)

São conhecimentos adquiridos por parte de um indivíduo e repassados a outros, que automaticamente poderão ser transmitidos para outras gerações. Sendo a cultura uma construção histórica e social de um grupo que sobrepõem a outros grupos.(A-08)

É algo relacionado ao modo de viver, agir, pensar de um determinado povo. (A-09)”

Conhecimentos de um indivíduo. A soma de conhecimentos acumulados e transmitidos que são passados através das gerações (A-10).

Cultura é o conjunto de manifestações artísticas, sociais, lingüísticas e comportamentais de um povo ou civilização. Exemplos: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, etc. A capacidade de produção de cultura diferencia o ser humano dos demais animais (A-11).

A 3ª pergunta se estrutura na junção dos conceitos anteriores: “patrimônio” e “cultura”: *Juntando, agora, os dois conceitos, escreva o que é Patrimônio Cultural, de acordo com o seu entendimento.*

Machado (2004, p.11) relembra que:

Foi a partir das décadas de 1960 e 1970 que as discussões sobre patrimônio se intensificaram. Várias reuniões, conferências e encontros foram realizados tanto no espaço nacional quanto internacional. Deles resultaram inúmeros documentos com o objetivo de proteger o patrimônio das diferentes nações. Ampliou-se, também, a idéia de patrimônio, termo que agora vem acompanhado do adjetivo Cultural.

Diante da abordagem da autora acima citada, percebeu-se que os professores da EMPAT, têm a compreensão e construíram o conceito e o significado da categoria Patrimônio Cultural. Algumas das respostas são bem abrangentes, (ex. “A-01”, “A-02” e “A-03”), outras fazem abordagens mais específicas, ex: (A-07). Percebe-se que, em geral, precisam ser sistematizadas e discutidas para que haja ampliação e entendimento a respeito do que seja Patrimônio Cultural:

“ É o conjunto de obras, construções e costumes de um povo no seu momento histórico, levando em consideração o seu aspecto político e social (A-01).

Patrimônio cultural é algo que uma sociedade preserva e deve preservar para que gerações vindouras se utilizem dele e para que a história desta determinada sociedade não se apague (A-02).

É toda riqueza que pertence ao povo, que é transmitida de geração em geração ao longo dos anos (A-03).

Patrimônio Cultural é formado de bens culturais e que tem aspecto emocional, intelectual e material e também naturais (A-04).

Quando ele deixa de ser corriqueiro e passa a fazer parte da história de uma região (A-05).

É o conjunto de bens, lembranças, memórias, de significação histórica e social de um povo ou da humanidade como um todo (A-06).

São atividades materiais, costumes, práticas reconhecidas por comunidades. (A-07)

Não houve resposta do professor (A-08).

Trata-se dos bens relacionados a cultura de um povo (A-09)".

No curso de Educação Patrimonial trabalhou-se vários conceitos, conteúdos e ações referentes ao Patrimônio Cultural (Patrimônios Material e imaterial, identidade, memória, a importância da preservação do patrimônio para preservá-lo...). Percebeu-se que, com o curso, confirmou-se a visão que tinham do que seja Patrimônio Cultural, porque as respostas foram parecidas, mas que acrescentaram novos conceitos, como por exemplo: "A-01", a "identidade", e os "bens materiais e imateriais", "A-02" acrescentou ao conceito de Patrimônio Cultural, dizendo que "é o resgate e a permanência e a manutenção das nossas raízes" e na resposta "A-08", que não havia respondido, nos demonstrou entendimento a respeito do termo. Seguem as respostas :

É uma forma de expressão de um povo, sua identidade, podendo ser material ou imaterial. (A-01)

É o retrato daquilo que somos. Patrimônio Cultural é resgate e a permanência e a manutenção das nossas raízes, da nossa história. (A-02)

É algo adquirido dos nossos antepassados que é passado de geração em geração com a intenção de preservar. (A-03)

O patrimônio Cultural é constituído de bens culturais, que são a produção dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual e material e todas as coisas que existem na natureza. (A-04)

É o produto coletivo, formado pelo conjunto de realizações de uma sociedade e vem sendo construído ao longo de sua história. (A-05)

Patrimônio Cultural é a identidade material ou imaterial manifestada de um povo, de uma sociedade, civilização em um tempo. É a memória viva de um povo. (A-06).

São bens materiais ou não, típicos de uma sociedade, família, cidade e comunidade. (A-07)

.O patrimônio Cultural é constituído de bens culturais, que são a produção dos indivíduos nos seus aspectos emocionais, culturais, intelectuais, bem como materiais. Enfim, tudo que existe na natureza. (A-08).

Patrimônio Cultural é a herança deixada por algum povo ou nação em relação às características de vida moral ou material que compuseram o estilo de vida de uma época. (A-09).

Patrimônio Cultural são bens importantes que devem ser conservados, com o principal objetivo de tornar-se conhecimento para ser transmitidos a todos (A-10).

Do patrimônio cultural fazem parte bens imóveis, tais como: castelos, casas, praças, e ainda locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a ciência em geral. Nos bens móveis incluem-se, por exemplo, pinturas, esculturas e artesanato. Nos bens imateriais considera-se a literatura, a música, o folclore, a linguagem e os costumes (A-11).

A 4ª pergunta: *Para você, que importância tem o Patrimônio Cultural?* Tem uma continuidade do conceito, a respeito do Patrimônio Cultural, porém é mais de cunho pessoal: os professores utilizaram-se de conceitos dando enfoque em ações passadas, enfocando a importância de se conhecer o Patrimônio para preservá-lo, (ex. “A-01”, “A-03” e “A-05”, esquecendo-se de essas atitudes manifestam-se também no presente, porque é importante procurar ter uma postura de conhecimento, preservação e divulgação do Patrimônio Cultural em todos os momentos, não só no passado. Percebeu-se que há entendimento sobre a importância do Patrimônio Cultural para todos da sociedade, mas o conhecimento deste tema, dando enfoque também no presente, deve ser discutido, para que posteriormente possam ser mediadores deste conhecimento em suas aulas e nos planejamentos coletivos:

“É muito importante, pois é preciso preservar o que foi feito e... pelos nossos antepassados .(A-01)

O seu valor histórico, o seu significado junto a um povo, o seu valor sentimental para a sociedade que está inserido. (A-02)

É importante para podermos conhecer os nossos antepassados. (A-03)

Tudo aquilo que lembra um fato ou uma época de nossa história, merece e deve ser preservado. Preservar é nosso dever, porque são considerados testemunhos da própria evolução da cidade. Preservar nosso Patrimônio Cultural é dever de todos. (A-04).

Ele faz referência de um passado histórico, caracterizando o processo (avanço) cultural da época. (A-05).

Através dele, podemos conhecer a nossa história, a nossa identidade (A-06).

A importância de se tratar da realidade local. (A-07).

Preservar e valorizar, todo um conjunto de bens culturais que integram a história de um lugar, bem como a construção dessa história. (A-08).

É a história da nossa evolução, dos vários estágios em que nossa sociedade passou para chegarmos no nível em que estamos.(A-09)”.

Os professores, após o curso de capacitação, perceberam e internalizaram a necessidade da ação individual e coletiva de se preservar o Patrimônio Cultural, começando do presente, para posteriores gerações (ex. “A-04”). Também consideram o sentimento de preservação, resgate da memória e da identidade e o conhecimento do Patrimônio Cultural, são necessários por parte de todos:

“É importante à medida em que podemos conhecer a história e vida de nossos antepassados, resgatar e preservar a história. (A-01).

Ele é muito importante, pois com ele conseguimos nos enxergar, nos identificar, nos construir e sabermos de onde e como somos. (A-02).

È importante porque é através do patrimônio cultural que passamos a entender o passado a fim de mantê-lo no presente. (A-03).

O Patrimônio Cultural retrata a identidade cultural e a memória de um povo. Preservar, valorizar conhecimentos e bens culturais para futuras gerações. (A-04).

Representa a identidade, a memória e a cultural de um determinado grupo. (A-05).

È através dele que podemos conhecer a história de um povo, de uma época e assim, resgatar e preservar na história. (A-06).

Uma necessidade de preservar o passado para preservar a identidade cultural da pessoa humana. (A-07).

De grande relevância, pois é uma forma encontrada no sentido de valorizar e preservar todos os bens culturais, naturais que fazem parte de nosso dia-a-dia. (A-08).

Trata-se do resgate das fases da humanidade para chegar aos nossos dias atuais. (A-09)” .

De suma importância, pois é a forma encontrada de valorizar os bens culturais e naturais, que fazem parte do nosso cotidiano (A-10).

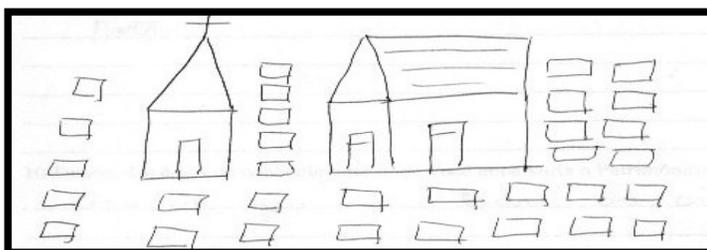
Seus elementos materiais e imateriais possuem o poder evocativo e memorialístico que representam e demonstram, material e simbolicamente os diferentes grupos formadores da sociedade brasileira que chamamos de identidade nacional, a identidade de um povo (A-11).

Na 5ª questão, perguntou-se: *Manifeste, através de um desenho, o que é Patrimônio Cultural para você.*

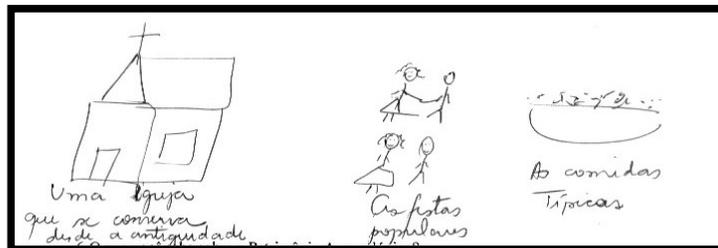
Segundo Horta (2008, p.11), o registro é uma das etapas metodológicas que é sugerida para ser utilizada e tem a função de externalizar o conhecimento adquirido, o desenvolvimento da memória, do pensamento intuitivo e da análise crítica. Percebeu-se que os professores não conseguiram expressar o que seja um Patrimônio Cultural, por meio de desenhos, seja por falta de habilidades específicas para desenhar, ou por falta de entendimento do referido tema, porque nas respostas escritas, demonstrou-se compreensão.

Houve a manifestação de muitos bens materiais, tais como igrejas, comidas típicas, etc. Somente três professores conseguiram apresentar desenhos contextualizados, (ex.”A-02”, “A-05” e “A-06”). Seguem os comentários dos desenhos feitos, na primeira etapa da pesquisa:

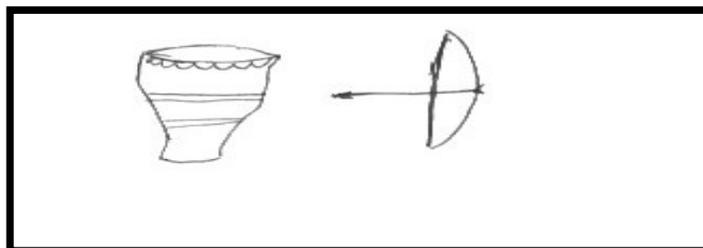
- (A-01) Desenhou uma igreja perto de uma casa, sem contextualizar melhor, com a representação de um espaço desconectado com a realidade.



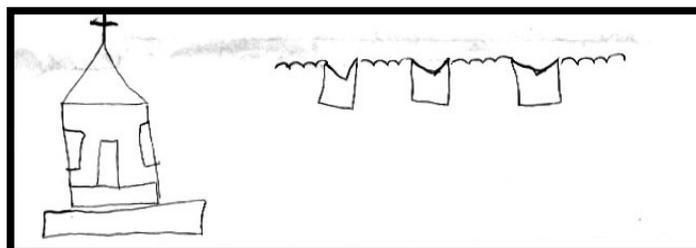
- (A-02) Fez três desenhos: de uma igreja com o seguinte comentário: “Uma igreja que se conserva desde a antiguidade”. O outro desenho foi de pares dançando, com o comentário: “As festas populares” e por último um desenho de uma vasilha, com o comentário: “As comidas típicas”. Neste caso, houve coerência e conexão com a realidade, porque foram demonstrados três tipos de manifestações culturais diferentes e explicitadas a seguir.



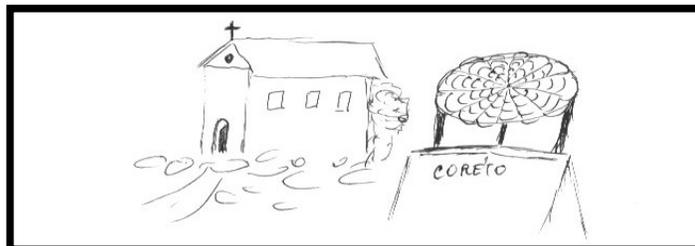
-(A-03) Foram desenhados um vaso com bordas para fora e um arco e uma flecha. Supõe-se que sejam a representação de um vaso cerâmico e de um instrumento utilizado pelos indígenas.



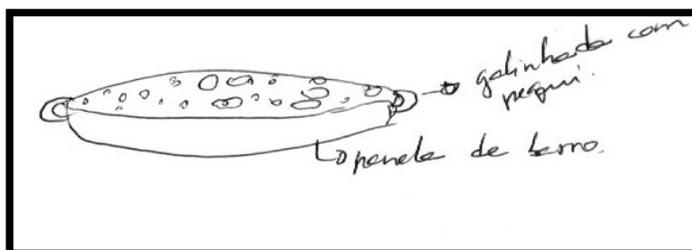
(A-04) Desenhou-se uma igreja, sem nenhuma explicação e umas bandeirolas, que supõem-se que sejam os símbolos das festas juninas, que são populares e religiosas.



(A-05) Foi desenhado uma igreja e um coreto, que pode ser de qualquer lugar. Mas que demonstrou-se ter a noção do que seja um Patrimônio Cultural.

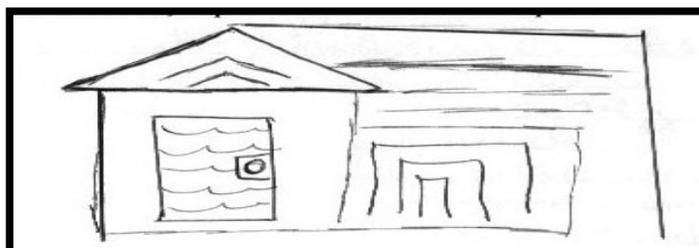


(A-06) Desenhou uma panela de barro, contendo em seu interior galinhada com pequi, uma comida típica goiana e foi bem exemplificada, demonstrando e contextualizando um patrimônio local e reconhecido pela sociedade goianiense.

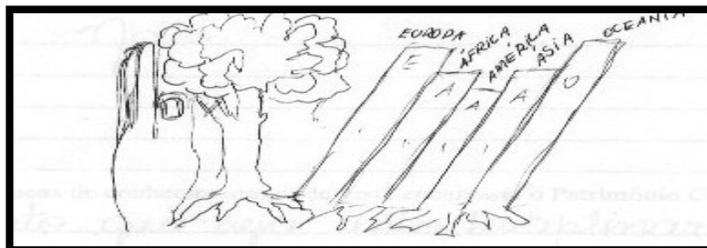


(A-07) Não fez o desenho.

(A-08) Fez o desenho de uma casa, sem nenhuma explicação e fora do contexto.

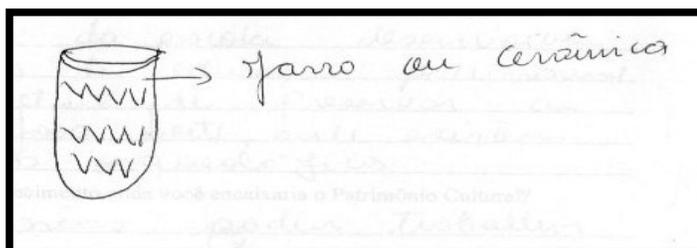


(A-09) O desenho feito foi de uma mão, próxima a uma árvore e outro desenho com os nomes dos continentes. Esses desenhos sugerem várias interpretações, uma delas é que a mão sugere a idéia da ação de se preservar os patrimônios culturais existentes no mundo.

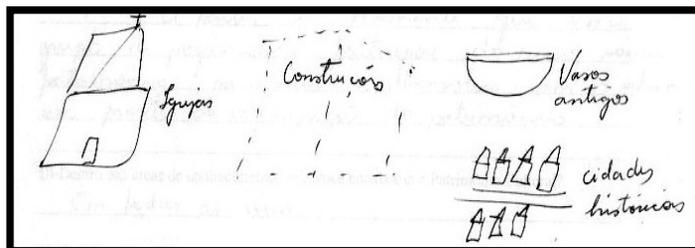


Na segunda etapa da pesquisa, os professores elaboraram seus desenhos enfocando as manifestações do Patrimônio Arqueológico cultural material, procurando explicar o que havia representado. (ex."A-01", "A-03", "A-08 e "A-09"), outros mantiveram os mesmos desenhos, sem acrescentar algo de novo. O que percebeu-se é que as oficinas de arte rupestre e de construção de recipientes cerâmicos influenciaram alguns professores desenvolveram suas percepções visual e simbólica, ao fazerem os desenhos de muitos potes cerâmicos, vasos antigos, etc. associando-os ao conceito de Patrimônio Arqueológico. Seguem os comentários a respeito dos desenhos:

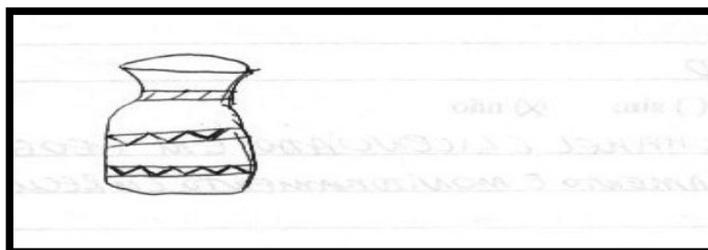
-(A-01) Fez o desenho de um vaso cerâmico, demonstrando ter internalizado um patrimônio material, que foi visto em vários momentos (visitas ao museu, no sítio arqueológico visitado e nas diversas oficinas).



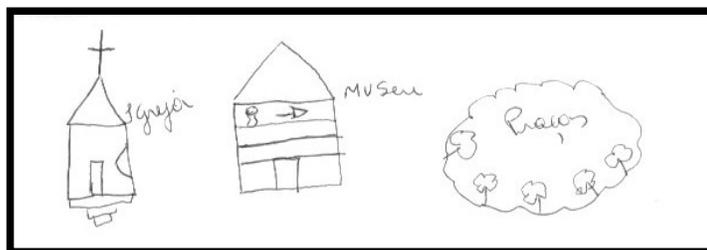
-(A-02) Desenhou uma igreja, uma construção, vasos antigos e cidades históricas, com a sua visão de patrimônio cultural, pois na primeira etapa, havia demonstrado outros desenhos que se referiam ao patrimônio Cultural.



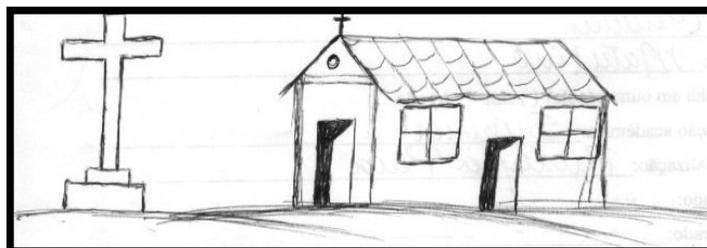
-(A-03) Repetiu os mesmos desenhos da primeira etapa da pesquisa.



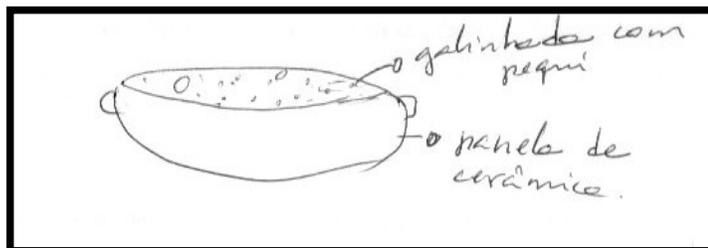
-(A-04) Ampliou a sua visão a respeito do que seja um patrimônio cultural, porque acrescentou, além a igreja, um museu e praças.



-(A-05) Desenhou uma igreja, com uma cruz, o que demonstra conhecer o é um patrimônio material, pois, acrescentou a cruz ao conhecimento anterior que tinha, quer era de um coreto (desenhado na primeira etapa). O que demonstrou ter sido influenciado nas aulas vistas do curso de Educação Patrimonial.



-(A-06) Fez o mesmo desenho da primeira etapa da pesquisa.

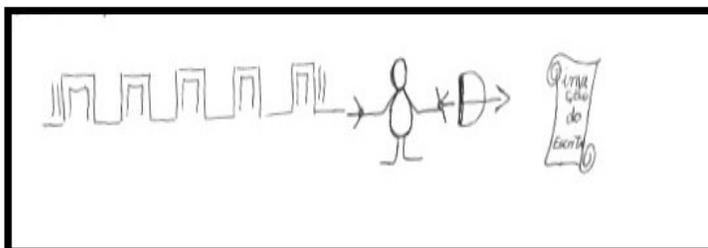


-(A-07) Não fez o desenho.

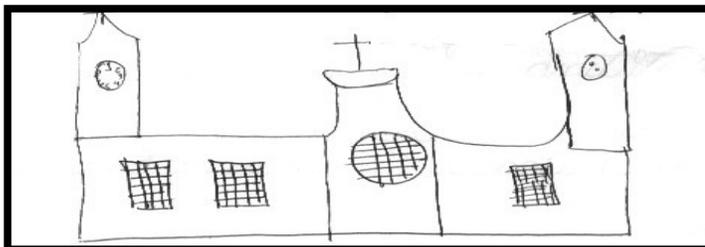
-(A-08) Desenhou uma cena em que retrata uma pessoa em um patrimônio natural, contendo neste espaço animais, árvores, casas...



-(A-09) Fez desenhos de símbolos que retratam a invenção da escrita, como vestígios das primeiras manifestações e registros, contidos na arte rupestre, tema que foi abordado no curso de Educação Patrimonial.



-(A-10) Fez o desenho de uma igreja, contendo um relógio e janelas com figuras geométricas.



-(A-11) Fez o desenho de uma igreja e de uma árvore.



A 6ª questão é: *O que você sabe sobre o Patrimônio Arqueológico?*

Segundo Janice Lima (2007, p.26) por Patrimônio Arqueológico, entende-se que são os vestígios que os povos do passado deixaram de herança para nós, como os restos de suas casas, os objetos que produziram, os seus instrumentos de trabalho, os restos de sua alimentação, as suas armas, os seus enfeites, as suas pinturas, ou seja, tudo que podemos encontrar em um sítio arqueológico.

Sabemos que o Patrimônio Arqueológico corresponde a bens de ordem material das populações do passado, mas que estes bens nos remetem aos bens intangíveis, ao analisarmos os vestígios que expressam a cultura em suas várias manifestações, fazendo portanto, parte de nossa herança cultural.

Ainda sobre o conceito de Patrimônio Arqueológico, no documento, Lausanne:

“O Patrimônio Arqueológico compreende a porção do patrimônio material para qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados” (LAUSANNE, 1990, Art. 1º).

Quanto às respostas dadas pelos professores, notou-se que demonstração de pouco conhecimento sobre o assunto. Outra parte do grupo de professores conseguiu demonstrar algum conhecimento da cultura material:

“É um sítio onde podem ser encontrados materiais feitos por povos antigo (A-01) .

É um conjunto de bens que servem para determinar rumos históricos e geográficos de determinadas civilizações (A-02).

Sei pouco (A-03).

Se resume em resíduos, sítios arqueológicos que são materiais encontrados que pertenceram a uma civilização que residiu no passado(vestígios materiais deixados)(A-04).

É a vida e a cultura dos povos antigos, caracterizados por meio de escavações, ou através de documentos, monumentos, objetos, ossadas deixadas, etc., deixados por eles (A-05).

São vestígios mais remotos de um povo, a partir das escavações arqueológicas (A-06).

São atividades descobertas pelos pesquisadores em desenhos, objetos(A-07).

Sei pouco, através de um curso que fiz sobre Educação Patrimonial, mas pretendo adquirir bem mais conhecimentos (A-08).

Nada. Penso que pode ser os bens pertencentes a uma determinada cultura e que por muito tempo esteve encoberto, ou seja, fora do conhecimento das gerações atuais (A-09).

Após a participação no curso de Educação Patrimonial, os professores puderam vivenciar tais conceitos, através de aulas práticas (oficinas de arte rupestre, de construção de recipientes cerâmicos utilizando técnicas tradicionais e

modelagem de argila e de vasilhames de cerâmicas, oficina de literatura infanto-juvenil que retrata assuntos referentes ao patrimônio cultural, oficina de evidência cultural, em que houve a junção de pedaços cerâmicos) e a visita ao sítio arqueológico, localizado na região da Ferrovia Norte-Sul. Houve compreensão a respeito do Patrimônio Arqueológico. As respostas foram estruturadas, levantando pontos mais críticos em que houve a percepção da importância deste patrimônio para a humanidade. (Ex."A-06") relatou que *o Patrimônio Arqueológico são bens culturais e ossadas em formas de vestígios deixadas por um povo e resgatados através de um estudo e de um trabalho minucioso, realizados pelos arqueólogos.* Outro exemplo: "A-08": *é uma forma de estudar e interpretar como viveram as populações do passado, economia, crenças e processos adquiridos em sua cultura.*

O Patrimônio Arqueológico pertence a toda a humanidade, a toda a sociedade, preservá-lo é uma obrigação ética, moral de todos os cidadãos. As sociedades atuais e futuras têm o direito de conhecer o patrimônio arqueológico preservado e valorizado.

Ressalta-se que somente um professor, mesmo depois de participar de todas estas atividades, acrescentou pouco para seu conhecimento sobre o aspecto da cultura material, referente ao Patrimônio Arqueológico:

"Patrimônios Arqueológicos são vestígios e ossadas deixadas em um determinado lugar, que podem ser resgatados e com um trabalho minucioso podem revelar a cultura de um povo. (A-01).

Trata-se da Arqueologia-Peças antigas, ossos, de um determinado povo que habitou certa região em determinado espaço. (A-02).

Tenho pouco conhecimento. Sei apenas aquilo que é passado pelos livros e televisão. (A-03).

Patrimônio Arqueológico estuda costumes, culturas de civilizações do passado em que as provas são objetos encontrados nas escavações e documentos arquivados em museus que comprovam. (A-04).

É a herança de toda a humanidade e de grupos humanos, adquirida através do conjunto de restos materiais por eles deixados, associados às ocupações por eles exercidas. (A-05).

Patrimônio Arqueológico são bens culturais e ossadas em formas de vestígios deixados por um povo e resgatados através de um estudo e de um trabalho minucioso realizado pelos arqueólogos. São fontes históricas. (A-06).

É o estudo de diferentes culturas através dos materiais recolhidos e expostos para a ciência estudar de forma crítica a realidade do objeto. (A-07).

É uma forma de estudar e interpretar como viveram as populações do passado, economia, crenças e processos adquiridos em sua cultura. (A-08).

É a herança que civilizações antigas nos deixaram e que são descobertas através de escavações. (A-09).

Patrimônio Arqueológico são bens que estuda os costumes e a cultura dos povos antigos, com documentos, objetos encontrados em escavações (A-10).

É a porção do patrimônio material que fornecem conhecimento das populações primárias. É tudo como um recurso cultural frágil e não renovável (A-11).

Na 7ª questão foi: *Escreva qual é o valor do Patrimônio Arqueológico para você.*

Percebeu-se que os professores tem a noção da importância do Patrimônio Arqueológico para a sociedade e para a humanidade, pois relatam a importância de se conhecer os vestígios para saber a identidade dos antepassados, resguardando a memória dos nossos antepassados e a nossa história. Alguns relacionaram o valor financeiro, mesmo que de forma a enaltecer o seu valor. Também, houve a comparação da valorização do patrimônio arqueológico para as áreas de conhecimento e não para as pessoas:

“Não houve resposta deste professor (A-01).

Ele é de extrema importância, pois como já disse, através dele conseguimos detectar datas, fatos, povos e outras informações importantes para o desenvolvimento de um povo (A-02).

Valor apenas histórico, pois não é possível mensurar o seu valor financeiro (A-03).

É que os restos materiais do passado guardam respostas importantes sobre a cultura de povos que não vivem mais. Através destes vestígios materiais, podemos compreender a relação entre passado, presente e futuro (A-04).

É a melhor forma da humanidade não perder o referencial histórico-cultural dos povos que habitam sequencialmente uma região (A-05).

Através dele podemos obter maior conhecimento e aprofundamento da história da humanidade (A-06).

Valor histórico e geográfico de muita importância (A-07).

Para mim, só se tornou importante a partir do momento em que iniciei uma investigação para saber algo a respeito de alguns comportamentos e

Objetos do passado, deixado pelos meus antepassados. Enfim, possibilitar o reconhecimento e a legitimação do passado de minorias e a garantia futura que às gerações saibam lidar com os fatos da história. (A-08).

Tem valor incalculável. Não se negocia, pois pertence a humanidade. (A-09).

Nas análises feitas das respostas seguintes no segundo momento, percebeu-se que os professores demonstraram ter visão a respeito do valor do patrimônio arqueológico para o resgate da memória e da cultura imaterial, preservando assim, a história existente do passado, do presente e do futuro. Houve argumentações significativas a respeito do valor do Patrimônio Arqueológico:

“É grande, pois podemos conhecer e resgatar a história de um povo. É através desse patrimônio que conhecemos a identidade de um povo em determinada época (A-01).

É a permanência de determinados hábitos. É a manutenção do que somos, de nossas origens (A-02).

Parta mim o patrimônio arqueológico não possui valor financeiro. O valor é incalculável (A-03).

Devemos valorizar o Patrimônio Arqueológico porque são restos materiais do passado que guardam respostas importantes sobre a cultura de povos que não vivem mais. Através desses vestígios materiais, podemos compreender a relação entre passado, presente e futuro. (A-04).

A possibilidade de resgatar a memória, de entender o comportamento herdado

através dos restos materiais deixados pelas populações desde os primórdios da existência humana. Permite ao homem, identificar suas raízes culturais e sociais. É uma herança cultural, associada às idéias de memória e de

cidadania. (A-05).

É de grande valor porque através dele você conhece, resgata e preserva a identidade de um povo, de um tempo. (A-06)

O valor do patrimônio arqueológico é inestimável tanto material ou espiritual, que permite ter uma visão de mundo. (A- 07).

É uma forma de estudar e interpretar como viveram as populações do passado, economia, crenças e processos adquirido em sua cultura. (A-08).

Para mim trata-se de um modo de conhecer os vários momentos que a humanidade viveu e passou para que atingíssemos o grau de desenvolvimento que temos hoje. Acredito que estamos constantemente fazendo história, e que as gerações futuras poderão conhecer o nosso modo de vida atual. Portanto é um valor inestimável pois, isso é conhecimento e o conhecimento uma vez adquirido ninguém nos tira. (A- 09).

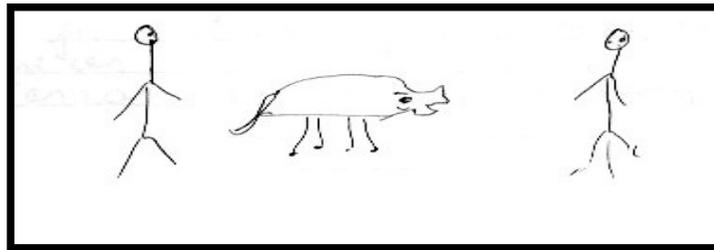
O valor do Patrimônio Arqueológico consiste para mim o estudo e a interpretação no modo de vida das populações do passado, sua economia, suas crenças e processos adquiridos em sua cultura (A-10).

O patrimônio arqueológico possibilita o acesso à informações contidas nos mais diversos contextos espaciais, temporais e sociais dando testemunho de toda a diversidade da expressão humana que já existiu (A-11).

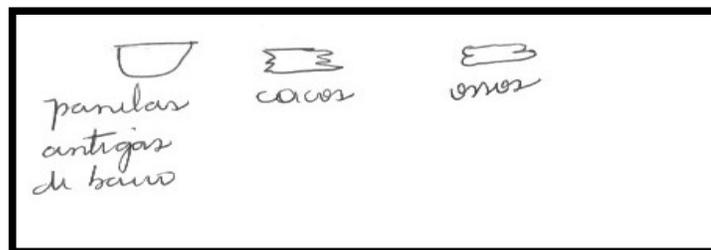
A 8ª questão foi: *Faça um desenho que represente algum Patrimônio Arqueológico, segundo a sua opinião.*

Na primeira representação os professores tiveram dificuldades em expressar o que sabiam sobre o Patrimônio Arqueológico, através do desenho, porque vários deixaram em branco. Outros representaram a arte rupestre e ainda teve aquele que desenhou um esqueleto completo, na superfície. Percebeu-se que os professores precisaram de uma abordagem mais sistemática sobre a Arqueologia, para que possam internalizar e expressar o entendimento sobre o Patrimônio Arqueológico. Seguem os comentários sobre os desenhos:

“(A-01) Fez o desenho a arte rupestre. Não se sabe um qual contexto.

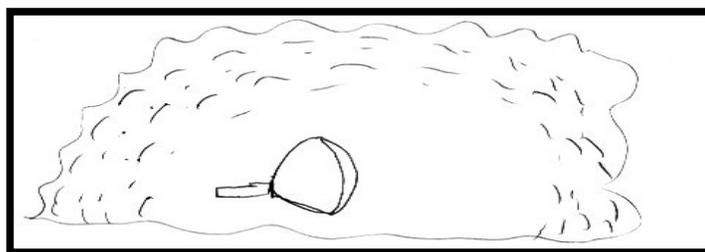


A-02) Desenhou painelas de barro, cacos e ossos. Sem contextualizar os desenhos.

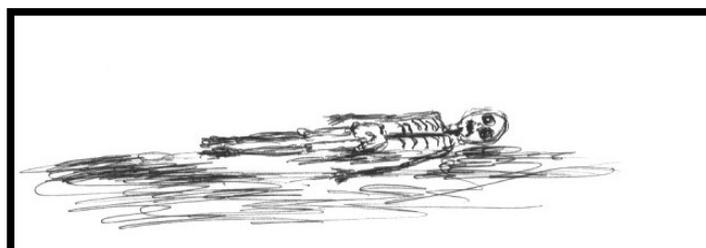


(A-03) Não desenhou nada.

(A-04) Desenhou algo que a pesquisadora teve dificuldades para interpretar.



A-05) Desenhou um esqueleto completo na superfície.

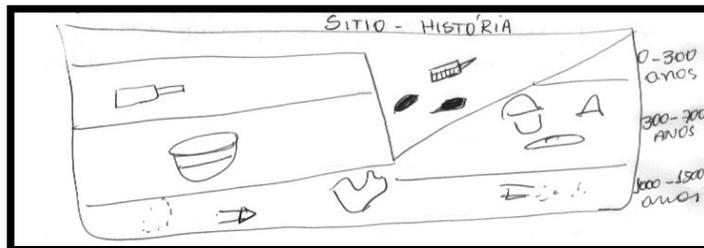


(A-06) Desenhou pinturas rupestres.



(A-07) Não desenhou nada.

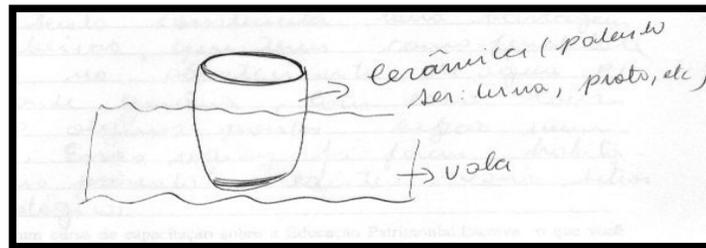
(A-08) Fez um desenho de um sítio histórico, com vários objetos em vários locais do subsolo, com a datação de anos passados.



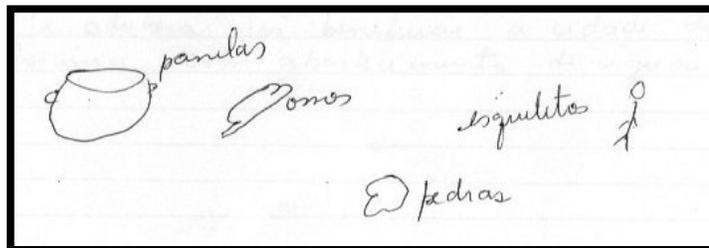
(A-09) Não desenhou nada.

Depois do curso de Educação Patrimonial, percebeu-se uma assimilação dos conteúdos aplicados no curso, porque os professores conseguiram manifestar através dos desenhos, muitos bens materiais cerâmicos, houve demonstrações da arte rupestre que foi representada e o museu como um dos espaços que é utilizado para a exposição de alguns materiais arqueológicos diversificados, de acordo com o objetivo de cada exposição. São os desenhos:

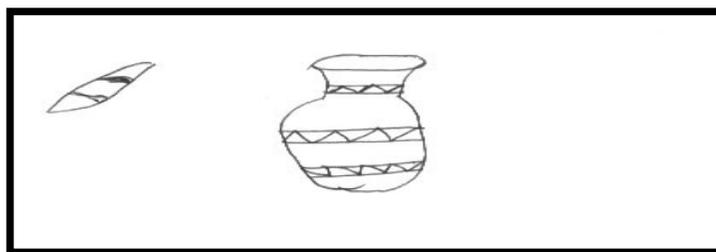
(A-01) Fez outro desenho: de um pote cerâmico, podendo ser urna, prato, etc., que foi explicado que estaria localizado no subsolo.



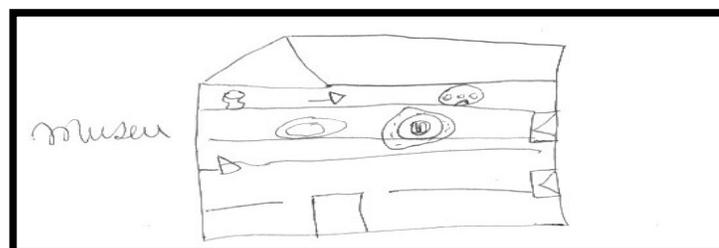
(A-02) Foram desenhados panelas de barro, ossos, esqueleto e pedras, que seriam instrumentos de pedra.



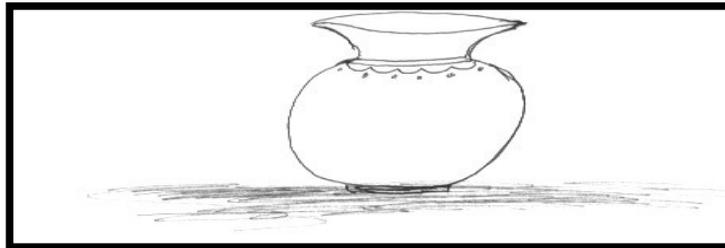
(A-03) Desenhou potes cerâmicos. Demonstrando que o professor conseguiu expressar um entendimento sobre o assunto.



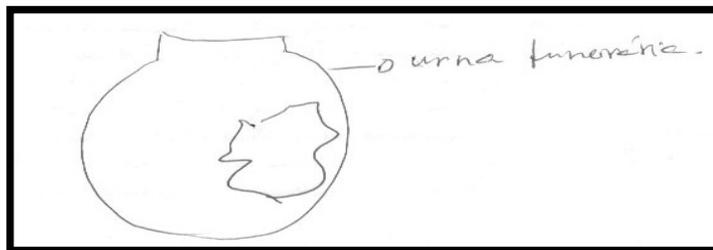
(A-04) Fez o desenho de um museu e dentro dele vários bens materiais do patrimônio arqueológico representados.



(A-05) Desenhou um pote cerâmico.



(A-06) Desenhou uma urna funerária.

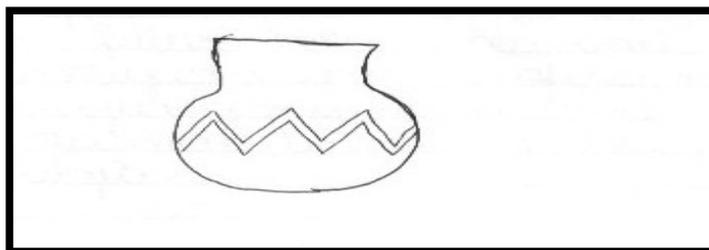


(A-07) Não desenhou nada.

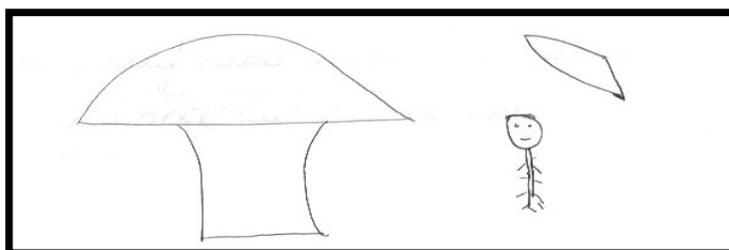
(A-08) Fez o desenho de um pote cerâmico, utensílios, como tigela e um desenho de arte rupestre.



(A-09) Desenhou um pote cerâmico.



-(A-10) Desenhou uma machadinha e uma pessoa ao lado.



- (A-11) Fez o desenho de uma pintura da arte rupestre.



A questão de número 9 foi a seguinte: *Atualmente, na escola em que você está atuando como docente, você conhece algum projeto relacionado ao patrimônio? Se houver, cite.*

Os professores responderam que não há nenhum projeto sendo realizado na escola que seja relacionado com este tema do patrimônio. Somente dois professores citaram um, que se propôs a dar início, no ano de 2004, por ter sido participante do curso de Educação Patrimonial, da SME, mas que não deu continuidade ao projeto que elaborou, mesmo sendo pré-requisito para o término do curso do referido ano, (Ex. “A-04”) e o “A-08”, que iriam desenvolver na EMPAT, em parceria, o projeto da “A-04”:

“Não (A-01).

Não (A-02).

Não conheço. Imagino que será feito porque a escola fica próxima da barragem do Ribeirão João Leite (A-03).

Apenas houve um curso, oportunizando a um servidor participar, ocorrido no ano de 2004. Porém não houve interesse do corpo docente em estar desenvolvendo o projeto, portanto o mesmo ficou apenas no papel (A-04)

Não (A-05).

Não (A-06).

Não (A-07).

Superficialmente. Procuramos desenvolver um projeto dessa natureza, mas o mesmo não atingiu o esperado, uma vez que o trabalho educativo está permeado de contradições. No entanto houve uma iniciativa (A-08).

*Não (A-09)”.
.*

Na segunda etapa das respostas do questionário, após a realização do curso, houve uma mudança de praticamente todos os professores que citaram o projeto de Educação Patrimonial que está sendo desenvolvido na escola e na turma selecionada (H-01), como referencial. Somente um professor (A-03), relatou que na escola não havia nenhum projeto relacionado ao patrimônio:

“ O Ciclo III da escola desenvolve um projeto de educação patrimonial com o objetivo de preservar a bacia do João Leite, onde existem vários sítios arqueológicos (A01).

Sim. A partir do momento que um grupo de professores participou do curso sobre patrimônio, passamos a desenvolver com os alunos um projeto de valorização do patrimônio (A-02).

Não (A-03)

‘Sim, estamos desenvolvendo um projeto de Educação Patrimonial com os alunos do Ciclo III e realizamos uma visita com os educadores e a coordenadora do projeto em um sítio na cidade de Jaraguá (A-04).

Educação Patrimonial (A-05).

Agora, o turno matutino está trabalhando o projeto de Educação Patrimonial a partir dessa proposta (A-06).

Não, mas felizmente a escola foi premiada com este projeto (A-07).

Positivo. Estamos desenvolvendo um projeto: Educação Patrimonial na nossa escola. (A-08).

Estamos desenvolvendo agora a partir desse curso. Numa perspectiva artística, estamos passando aos nossos alunos alguns conhecimentos sobre arte rupestre. (A-09).

Sim. A escola que atuo está desenvolvendo um projeto: Educação Patrimonial (A-10).

Sim. O projeto de Educação Patrimonial proposto pela UCG, responsável pesquisadora V.L. (A-11)”.

A próxima questão nº.10, perguntou-se: *Dentro das áreas de conhecimento, onde você encaixaria o Patrimônio Cultural? (Dentro do currículo escolar).*

Percebeu-se, na primeira etapa, que os educadores tiveram uma visão de uma perspectiva interdisciplinar a respeito da aplicação dos conteúdos referentes ao Patrimônio Cultural, e que o trabalho pedagógico poderia ser desenvolvido integrando qualquer área do conhecimento, porém, enfatizando que o mesmo está inserido nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacional) como Tema Transversal, da Pluralidade Cultural , o Meio Ambiente., a Ética e Cidadania. Seguem as respostas:

“ Acredito que em todas as áreas (A-01).

História, Geografia, Português, Matemática, Arte, Ed. Física, Ciências e Inglês. (todas)(A-02).

Identificação geográfica das áreas (A-03).

Geólogos, Geógrafos, físicos, químicos, biólogos, etnólogos, estatísticos, outros. É possível haver uma interdisciplinaridade relacionada ao tema (A-04).

Nos temas transversais (A-05).

História, Geografia, Artes, Ciências, Português (A-06).

Os desenhos descobertos sobre as práticas físicas ao longo da história (A-07).

A pretensão é que seja um trabalho interdisciplinar, uma vez que é importante a inclusão da Educação Patrimonial numa linha de ações necessárias, integrantes dos conteúdos escolares (A-08).

Acredito que seja interdisciplinar (A-09)”.

Na segunda etapa das respostas, após a participação do curso, os professores continuaram com a mesma visão de que a abordagem dos conteúdos relacionados à Educação Patrimonial, em que se propõem em trabalhar com a interdisciplinaridade dos Temas Transversais.

A respeito da interdisciplinaridade, Lück (2007, p.59) ilustra, dizendo:

A interdisciplinaridade no campo da Ciência, corresponde à necessidade de superar a visão fragmentada de produção do conhecimento, como também de articular e produzir coerência entre os múltiplos fragmentos que estão postos no acervo de conhecimentos da humanidade. Trata-se de um esforço no sentido de promover a elaboração de síntese que desenvolvam a contínua recomposição da unidade entre as múltiplas representações da realidade. Busca-se estabelecer o sentido de unidade na diversidade, mediante uma visão de conjunto, que permita ao homem fazer sentido dos conhecimentos e informações dissociados e até mesmo antagônicos que vem recebendo, de tal modo que possa reencontrar a identidade do saber na multiplicidade de conhecimentos.

Seguem as respostas dadas:

“ Todas as áreas podem trabalhar a respeito, o resgate e a identidade do ser humano (A-01).

Em todas as áreas (A-02).

Acho que praticamente em todas as áreas do conhecimento (A-3).

Arqueologia, História, Geografia, Antropologia e outras (A-04).

História, Geografia, Ciências, Matemática. Enfim, é um tema interdisciplinar (A05).

História, Geografia, Artes, Ciências, Matemática, Português (A-06).

Encaixaria dentro da história da Educação Física e das necessidades d o homem primitivo de fazer monumentos (A-7).

Dá para encaixar em todas as áreas do conhecimento, bem como, na área que eu atuo no momento (Ciências) (A-8).

Em todas as áreas (História, Artes, Geografia, Português, Matemática, Ciências) (A-09).

Na área de conhecimento lingüístico(A-10).

História, Geografia, Arte, Ciências e Português (A-11)”.

A 11ª questão foi a seguinte: *Segundo seus conhecimentos, há algum Patrimônio Cultural existente em Goiânia? Se houver, cite o (s) que você conhece.*

Alguns professores responderam que não sabiam e houve relatos sobre patrimônios materiais, tais como monumentos (ex. Coreto da Praça Cívica, Teatro Goiânia, Museus etc.), que se destacam por serem mais divulgados. Ninguém citou algo sobre o patrimônio imaterial, o que demonstra desconhecimento a respeito do assunto e a necessidade de aprofundamento a respeito deste patrimônio, nem tampouco sobre Patrimônio Arqueológico:

“Sim, a arte presente nos prédios na praça cívica, entre outros (A-01).

Sim. Teatro Goiânia, Casa de Pedro Ludovico de outros (A-02).

Não conheço (A-03).

Museu Antropológico da UFG, Museu Zoroastro Artiaga, Memorial do Cerrado da UCG, Museu Pedro Ludovico Teixeira, Cine Teatro Goiânia, Coreto, Palácio das Esmeraldas (A-04).

Bandeirantes, Monumento das três raças (A-05).

Sim. Teatro Goiânia, Estação Ferroviária, Coreto da Praça Cívica, Grande Hotel, etc. (A-06).

Não respondeu nada (A-07),

Estação Ferroviária de Goiânia (A-08),

Não me lembro de nenhum (A-09).”

Na segunda etapa da pesquisa, pouco se acrescentou a respeito do patrimônio cultural, somente dois professores citaram o patrimônio arqueológico e a arte indígena, após a visita ao Centro Cultural Jesco Putekamer. Percebeu-se que houve pouca assimilação dos conteúdos durante a participação do curso de Educação Patrimonial, das abordagens feitas a respeito do patrimônio imaterial, realizadas com os professores. Sugeriu-se que se fizesse a retomada deste assunto, junto ao grupo de professores, o que aconteceu logo após este momento:

“A Praça Cívica, Teatro Goiânia, diversas casas no centro e Estação Rodoviária (A-01).

Casa de Pedro Ludovico, relógio (A-02).

Ouvi falar de um sítio arqueológico na região próximo da minha escola (A-3).

Museu Antropológico da UFG, Museu Zoroastro Artiaga, Memorial do Cerrado da UCG, Museu Pedro Ludovico Teixeira, Cine Teatro Goiânia, monumentos históricos, praças, Igrejas, Lago das Rosas (A-04).

O coreto da Praça Cívica, o Grande Hotel, o relógio da avenida Goiás, A Estação Ferroviária (A-05).

Sim, por exemplo: Teatro Goiânia, Trampolim do Lago das Rosas, Coreto da Praça Cívica e de Campinas, diversas casas no centro, Estação Ferroviária etc.(A-06).

A cultura indígena no Centro Cultural Jesco Putekamer. (A-07).

Vários, prédios, praças, igrejas e outros (A-08).

Sim. Objetos cerâmicos, edifícios com arquitetura em arte deco (A-09).

Sim, Igrejas, praças, monumentos, museus... (A-10).

Acervo arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia tombados e geridos como patrimônio histórico: Coreto da Praça Cívica, Edifício Grande Hotoel, Festa de Folia de Reis, Catira, Arroz com Pequi, identidade rural, as Feiras Livres...etc. (A-11)”.

Na 12ª questão perguntou-se: *Escreva qual é o seu interesse em trabalhar com o tema Patrimônio Cultural em suas aulas.*

De um modo geral, nas respostas, colocou-se sobre a importância de se conhecer, para preservar o patrimônio cultural, a importância de se resgatar tais conhecimentos, tanto para os alunos, como na comunidade, para a preservação da identidade, da memória e da cultura, (Ex. “A-01” e “A-04”):

“ Preservação do meio ambiente e dos valores culturais de nossa terra (trabalhar com os alunos) (A-01).

Atualmente estou na direção de uma escola, mas o tema é de suma importância para o crescimento do alunado (A-02).

Preparar meu aluno para entender a história dos seus antepassados (A-03).

Conscientizar os educandos e comunidade em geral, sobre a importância da preservação do Patrimônio Cultural para as gerações futuras, respeitando sua legitimidade (A-04).

Mostrar ao educando a importância do patrimônio histórico, como referência cultural na vida dele (A-05).

Políticas públicas desenvolvidas ou não desenvolvidas, como por exemplo, pesquisas sobre educação patrimonial (A-06).

Rever os conteúdos referentes ao assunto (A-07).

Na segunda etapa das respostas, observou-se que algumas categorias, tais como: identidade, cultura material, memória e as manifestações culturais, foram acrescentadas às respostas, (ex. “A-01”, “A-04”, “A-06” e “A-09”), demonstrando assimilação dos conteúdos vistos:

“Trabalhar com os alunos a importância do resgate histórico de um povo e a importância da preservação da identidade/cultura de um povo (A-01).

É de suma importância por isso tenho total interesse (A-02).

Acho muito importante, pois os alunos vão poder entender o passado dos nossos ancestrais, na vivência (A-03).

Trabalhar de forma integrada e interdisciplinar com o objetivo de contribuir para a preservação dos bens culturais através da devolução social dos conhecimentos gerados a partir das pesquisas e estudos da cultura material das populações extintas (A-4).

Levar ao educando a possibilidade de conhecer suas raízes, através da herança material e cultural deixadas por seus antepassados, além de despertá-los para a observação e para a pesquisa (A-05).

Mostrar para os alunos a importância do resgate e da preservação memória de um povo, de uma época para a compreensão da nossa história (A-06).

O meu interesse em trabalhar Patrimônio Cultural é mostrar a importância dos bens materiais ou não, da região ou lugar onde moram e preservá-los (A-07).

Procurar resgatar esse tema na escola é levar para meu aluno conhecimentos que até então eram só meus. Repassar valores desses grupos que viveram no passado (A-08).

Trazer conhecimento aos meus alunos, ensinando-os a valorizar culturas diversas e a entender que estamos em constantes mudanças. (A-09).

Resgatar o valor existente em cada pessoa (A-10).

A facilitação do processo de aprendizagem, a formação pessoal e cidadã de uma ética de ações (A-11)”.

Como propôs-se em trabalhar com os professores o curso de Educação Patrimonial, partindo do projeto da Adutora do Ribeirão João Leite e sabe-se que a EMPAT fica localizada próxima a esta região, perguntou-se na questão nº. 13: *O que você conhece, ou já ouviu falar a respeito da Adutora do Ribeirão João Leite?*

O objetivo desta questão foi o de fazer um levantamento das concepções prévias dos educadores, para, a partir dos seus conhecimentos, planejar e organizar, dentro das oficinas, os conteúdos que ainda não sabiam, ou redimensionar o que já sabiam.

Na primeira etapa da pesquisa, os professores demonstraram pouco conhecimento sobre o assunto, já ouviu falar somente através da mídia, mas que têm interesse em saber mais sobre a barragem do Ribeirão João Leite. Somente um professor diz conhecer a barragem do João Leite:

“ Eu já tive a oportunidade de conhecer a barragem e a quantidade de terras a serem alagadas (A-01).

Não conheço, mas já ouvi falar que será feito um represamento de água (A-02).

Apenas através de jornais locais (A-03).

Tenho pouco conhecimento sobre o assunto, porém pretendo melhorá-lo (A-04).

O aproveitamento da nascente, a fim de aproveitá-la futuramente, evitando a falta de água na região do entorno (A-05).

Um grande empreendimento que irá abastecer Goiânia até 2025. Causará um grande impacto ambiental, pois atinge uma vasta área a ser inundada, Há um projeto de cunho turístico empresarial para o lago que se formará (A-06).

Somente em propaganda de jornais e televisão (A-07).

Muito pouco em relação ao que preciso saber (A-08).

Não conheço (A-09).

Após a participação do Curso de Educação Patrimonial, os professores tiveram a oportunidade de conhecer e discutir a respeito deste assunto. Houve a ampliação da visão que tinham, pois demonstraram interesse em conhecer mais, por serem mediadores deste conhecimento para os alunos da EMPAT, tendo um

papel social grande e importante, não só para os alunos da escola, mas para a comunidade local. Muitos professores e alunos residem na localidade e manifestaram o interesse da divulgação desses conhecimentos, porque é um papel de transformação social, pois causará transformação no espaço local, impactando e transformando vidas.

Percebeu-se que houve entendimento nas respostas dos professores em relação ao assunto, (ex. “A-01”, “A-04”, “A-05”, “A-06”, “A-07”, “A-08” e “A-09”, demonstrando que houve assimilação dos assuntos abordados:

“ Está sendo construída uma barragem no Ribeirão, que tem como finalidade ajudar no abastecimento de água para a grande Goiânia, com essa construção alguns pontos serão inundados. Essas regiões já foram habitadas no passado e existem vários sítios arqueológicos (A-01).

A adutora irá beneficiar a cidade de Goiânia com abastecimento de água (A-02).

Conheço pouco a respeito dessa adutora. Sei apenas que o lago do João Leite vai abranger uma área enorme (A-03).

Preservar as nascentes e as margens dos rios e córregos faz parte do Patrimônio ambiental que está sendo ameaçado devido a grande devastação em suas áreas motivadas pela falta de cobertura vegetal. Reportagem publicada em “O Popular” em que trata da questão acima. É sabido da construção da barragem que formará um novo reservatório de água (A-04).

Que se destina ao abastecimento público de água em Goiânia e que a área a ser inundada foi parcialmente desapropriada. Que terá uma tomada d 'água que se inicia na Barragem do Ribeirão João Leite, chegando até na Avenida Santos Dumont, no Setor Negrão de Lima (A-05).

Está sendo construída para o abastecimento de água da região metropolitana de Goiânia até 2025. Também que há projetos empresariais gananciosos de transformar o lugar num pólo temático com centro de convenções, locais para shows, etc. Através desse curso tomei conhecimento do rico sítio arqueológico encontrado no local (A-06).

Segundo os governantes a Adutora do Ribeirão João Leite abastecerá a grande Goiânia nas próximas décadas, E que ninguém sabe ou a maioria faz

que não sabe é que por debaixo das terras inundadas têm inúmeros sítios arqueológicos (A-07).

A bacia do João Leite é a principal fonte de abastecimento de água da capital. Que ultimamente está ameaçada, devido a devastação, ou seja, a sua cobertura vegetal atualmente é 18% apenas. Enquanto profissionais, cabe a nós conscientizarmos também nossos alunos. Reportagem publicada em 22/06/08 - Jornal "O Popular", nos faz refletir bem sobre essa questão e outras. (A-08).

Ouvi falar que na construção da adutora foram feitas escavações onde descobriu - se peças antigas e que profissionais da área de arqueologia estão escavando toda a região na tentativa de salvar esse patrimônio arqueológico (A-09).

Sim. Conheço e ouvi falar sobre a adutora do ribeirão João Leite (A-10).

O desenvolvimento da adutora se dará, de maneira em geral, no talvegue do Ribeirão João Leite com as distâncias varando de 20 a 400m do seu leito. Se destina esta adutora ao abastecimento público. A área a ser inundada foi parcialmente desapropriada e é uma área que fica próxima ao Parque Ecológico de Goiânia (A-11)".

A 14ª questão foi: *Você fará um curso de capacitação sobre a Educação Patrimonial. Escreva o que você conhece sobre o tema.*

Os professores abordaram, na primeira resposta das questões, respostas que demonstram o conhecimento a respeito da importância do tema e querem aprofundar mais para que saibam aplicar os conhecimentos adquiridos em suas aulas, (ex. "A-03", "A-04" e "A-08"). Notou-se que a participação deles no curso de Educação Patrimonial os ajudará a resolver essa vontade de maior compreensão a respeito do referido tema:

" Educar para conhecer e preservar os patrimônios culturais (A-01).

Creio que já respondi anteriormente. Educação Patrimonial é hoje necessário a todos os indivíduos, para que os mesmos enxerguem a necessidade de se preservar (A-02).

Espero aprender a utilizar tudo que vou aprender como os meus alunos (A-03).

Tenho alguns conhecimentos, através de livros, revistas, visitas a museus, cidades históricas, mas tenho expectativas de poder aumentar o meu acervo de conhecimentos através deste curso. (A-04).

Nada (A-05).

Acredito que o objetivo do curso é capacitar o professor a transmitir ao educando o significado, o valor e a importância de um patrimônio, como também, trabalhar a conscientização do dever de todos de cuidar de sua preservação (A-06).

A preservação dos patrimônios já existentes (A-07).

Pouca coisa, que só veio despertar o gosto na busca de conhecer bem mais (A-08).

Acredito que Educação Patrimonial é estarmos aptos a formar, educar nossos alunos a valorizar e preservar patrimônios culturais (A-09).”

Após a participação do curso sobre a Educação Patrimonial, percebeu-se argumentação teórica por parte dos professores, acrescentando às concepções prévias sobre o referido tema, as respostas dadas mostraram que esta afirmativa procede e, também, que os objetivos foram cumpridos. E que será possível a aplicação destes conteúdos, através de discussões, que podem ser feitas com seus alunos, em sala de aula:

“ Esse curso me possibilitou conhecer, entender e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial existente em nossa região. Com esse conhecimento posso contribuir para a preservação da nossa identidade cultural (A-01).

O curso já foi feito e o que eu entendo sobre o assunto já foi expressado anteriormente nas questões respondidas (A-02).

Espero que o curso me traga mais informações para que eu posso transmitir aos meus alunos (A-03).

Já realizamos o curso que nos trouxe vários conhecimentos teóricos importantes, bem como práticas que nos possibilitou desenvolvermos atividades prazerosas aos nossos educandos (A-04).

É o estudo da consciência e a identificação de um povo com a sua história, estudando-se a cultura material e testemunhos de ocupações humanas passadas e suas atividades (A-05).

A Educação Patrimonial possibilita ao aluno conhecer, valorizar e significar os patrimônios existentes em sua cidade, país, do mundo, e assim, ser agente da preservação desses patrimônios, dessa riqueza, como também, valorizar suas história (A-06).

Sítio arqueológico, manifestações artísticas e culturais, crenças (A-07)

Ao preencher este questionário, (fiz já o curso), foi extremamente importante, pois adquiri teoricamente muitos conhecimentos, bem como conhecimentos práticos, relacionados ao Patrimônio Cultural (A-08).

Hoje, o meu conhecimento está um pouco mais avançado, pois eu desconhecia sobre esse tema e agora tenho informações sobre sítios arqueológicos dentro de Goiânia, características arquitetônicas do centro de nossa cidade e outros (A-09).”

Que o curso capacitou os profissionais sobre a importância da Educação Patrimonial, com o objetivo de transmitir a importância da valorização cultural (A-10).

No caso do curso, já foi concluído e todas as respostas até aqui dadas foram obtidas com o estudo e pesquisa que realizei durante e depois do curso (A-11)”.

A próxima questão, de nº. 15, enfatizou a prática pedagógica dos professores. Foi colocada para eles: *Escreva o que você espera acrescentar em sua prática pedagógica, ao terminar de fazer este curso de capacitação sobre a Educação Patrimonial “.*

De uma maneira geral a expectativa foi de desenvolver um trabalho de caráter interdisciplinar com os alunos. Pois, nesta primeira resposta, os professores mostraram interesse em serem mediadores dos conhecimentos, que seriam apreendidos, para levarem, através de discussões, aos seus alunos:

“ Um estudo mais aprofundado sobre o assunto e conhecer alguns patrimônios históricos (A-01).

Espero poder implantá-lo junto aos alunos da escola (A-02).

Espero aprender a utilizar tudo que vou aprender como os meus alunos (A-03).

Elaborar projetos de ação educativa, juntamente com professores, coordenadores, colocando-os em prática (A-04).

Material suficiente para que as aulas sejam dinâmicas, a fim de despertar o interesse do aluno para o assunto (A-05).

Ter maior conhecimento sobre o tema, um referencial mais seguro para abordá-lo em sala de aula, principalmente sobre a Adutora João Leite (A-06).

Somar mais reconhecimento sobre o assunto (A-07).

Estimular debates, sobre o tema, bem como poder integrar aos conteúdos, ou seja, nos processos do conhecimento e reconhecimento do Patrimônio Histórico Cultural e vir a ser desenvolvido de forma interdisciplinar (A-08).

Espero acrescentar mais conhecimento acerca do tema e poder enriquecer minhas aulas (A-09).

Percebeu-se, que os professores conseguiram aplicar os conhecimentos adquiridos na sala de aula, mesmo antes do término do curso, já iniciaram com as abordagens referentes ao Patrimônio Cultural, através das aulas de Educação Patrimonial. Houve, também, uma boa aceitação por parte dos educadores que não participaram do curso. Outras turmas, de todos os turnos da EMPAT, além da que foi selecionada para a realização da pesquisa (H-01), estão participando de projetos e atividades relacionadas ao Patrimônio Cultural, contando também com a orientação da pesquisadora em todos os planejamentos das atividades pedagógicas. Tomou-se tal atitude, por uma questão de respeito e ética profissional, já que houve um grande interesse por parte dos professores, que tornaram-se multiplicadores destes assuntos abordados, cumprindo um dos objetivos desta pesquisa, que foi muito bem aceita por toda a comunidade escolar. Seguem as respostas dadas pelos professores:

Os relatos dos professores, após a participação do curso confirma o que foi dito acima:

“ Conhecer e aprofundar sobre o que é cultura, patrimônio e preservação da nossa história, das nossas riquezas (A-01).

Eu acrescentei muito. Conhecia muito pouco sobre Patrimônio e acredito que todo professor deveria passar por este curso (A-02).

Espero que eu consiga apreender mais sobre este tema tão importante (A-03).

Poder repassar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de forma tranqüila e precisa sobre Patrimônio Cultural (A-04).

Maior clareza de informação, exposição e apresentação ao público-alvo, do tema, despertando-o para a importância do mesmo para a sociedade, o município, o estado e o país (A-05).

Maiores conhecimentos e aprofundamento sobre o tema e aprender formas de abordagens e procedimentos para melhor trabalhar o tema com os alunos (A-06).

Espero resgatar os padrões de conhecimentos adquiridos pelos nossos antepassados (A-07).

Que o mesmo venha possibilitar aos meus alunos conhecer, valorizar e reconhecer a importância para as civilizações do futuro (A-08).

Já estou trabalhando com meus alunos sobre a Arte Rupestre e a importância de conhecermos nossa história através do passado (A-09).

Conhecimento, formar mais do que informar, ensinar para desenvolver a autonomia pessoal, tentar formar cidadãos através deste curso (A-10).

*Com certeza acrescentou meios e métodos para transmitir mais esse conteúdo (A-11)”.
”*

A última questão, de nº. 16 foi a seguinte: *Este espaço é para você acrescentar algo que não foi abordado, a respeito deste assunto, sobre: o Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico.*

Como na primeira pesquisa, os conteúdos ainda não haviam sido abordados, orientou-se que escrevessem quais conteúdos relacionados ao tema gostariam que fossem abordados no curso de Educação Patrimonial. Somente quatro abordagens foram feitas, em que sugerem para acrescentar mais conteúdos ao curso. São elas:

“ Não escreveu nada (A-01).

Não escreveu nada (A-02).

Não lembro (A-03).

Relacionado aos bens patrimoniais tombados na cidade de Goiânia (A- 04).

Não escreveu nada (A-05).

Políticas públicas desenvolvidas ou não desenvolvidas, como por exemplo, pesquisas sobre educação patrimonial (A-06).

O meio ambiente (A-07).

Na minha opinião, espero que durante o curso, este “algo mais” venha acontecer (A-08).

Não escreveu nada (A-09)”.

Depois da realização do curso, houve alguns questionamentos a respeito de políticas públicas relacionadas a aplicação de verbas específicas para esta área. Outra colocação que será atendida com os alunos (visita a Barragem da Adutora do Ribeirão João Leite). O restante, manifestou respostas pessoais relacionadas ao curso. Um professor colocou a respeito da visita em museus e sítios. Essas atividades foram contempladas durante a realização deste curso de Educação Patrimonial de que participaram. Seguem as respostas dadas:

“ Não escreveu nada (A-01).

Não escreveu nada (A-02).

É muito difícil acrescentar algo, acho que o tema foi bastante abordado nessa pesquisa (A-03).

Verificar a possibilidade de levar os educandos a visitar os sítios arqueológicos e adutora do Rio João Leite, próximo à unidade escolar (A-04).

Não escreveu nada (A-05).

O porquê de poucos investimentos, ações e projetos dos órgãos governamentais nessa área (A-06).

Não escreveu nada (A-07).

Não escreveu nada(A-08).

Não escreveu nada (A-9).

Não escreveu nada (A-10).

Faltou visitas aos locais onde estão importantes patrimônios históricos e culturais de Goiânia (A-11)”.

10. Análises das respostas dos alunos da turma pesquisada da EMPAT

Ao iniciar as análises das respostas dos alunos, recorda-se que houve a aplicação de dois questionários, um aplicou-se antes do início do trabalho de Educação Patrimonial realizado por um período de três meses (junho, agosto e setembro de 2008), contando com uma carga horária de 38 horas, e outro no final do trabalho. Foram feitas treze perguntas relacionadas ao assunto estudado.

A 1ª pergunta foi a seguinte: *Escreva quantas pessoas há em sua casa, contando com você. (Dê os nomes e o grau de parentesco de cada um). Ex: Pai, mãe, tio...* Como as respostas são as mesmas, as duas respostas serão colocadas somente em uma análise:

“(B-01) 5 pessoas: Epaminondas(Vô), Etelvina (Vó), Isabelita (Tia), Carlos (Tio), e (Eu).

(B-02) 4 pessoas: Eu), Pai (Francisco), mãe(Cristiane) e irmão(Cássio).

(B-03) 4 pessoas: Pai (Jean), vó (Marieta), irmão(Tauan) e eu).

(B-04) 7 pessoas: Mãe(Antonia), pai(Jorge), irmã (Daiane), mãe (Dalita), irmã(Débora), irmão(Douglas) e eu.)

(B-05) 5 pessoas: mãe(Cludia), pai(Jean), irmã (Michele), irmã(Letícia) e eu.

(B-06) Só colocou 5 pessoas, sem os nomes.

(B-07) 6 pessoas: Maria Lúcia(Mãe), Braulino (Pai), Ricardo (irmão), Suzane (irmã), Talyanne (irmã)e eu.

(B-08) 3 pessoas; Mãe(Suane), irmão (Ytallo) e eu.

(B-09) 6 pessoas:Mãe(Antonia), irmão (Mateus), Antonia (avó), Cícero(tio), Francisco (tio) e eu.

(B-10) Só colocou nove pessoas” .

A 2ª pergunta foi : *Você faz alguma atividade, além de estudar? Escreva quais são elas.* Também são as mesmas respostas dadas nos dois questionários, por serem respostas idênticas, não há variedade, portanto serão citadas somente uma resposta de cada aluno:

“Cuidar da casa, ajudo minha vó (B-01).

Não faço nada, além de estudar (B-02).
Sim. Arrumo a casa(Faço faxina) (B-03).
Ajudo minha mãe, arrumo a casa (B-04).
Não (B-05).
Eu só jogo bola (B-06).
Não (B-07).
Faço escolinha de futebol (B-08).
Faço natação e dança (B-09).
Não respondeu. (B-10)”.

Percebeu-se que somente dois alunos fazem alguma atividade, além de estudar, que a escola é, praticamente, o único lugar de socialização existente em suas vidas.

A 3ª pergunta foi: *O que você costuma fazer para se divertir, quando não está em sua escola?* O que seria uma extensão da segunda pergunta, mas agora pontuando o lazer, as atividades culturais, esportivas, ou seja, as diversas possibilidades de convivência que acontecem fora da escola.

Muitos alunos vão para a *lan house*, o que demonstra que pode ser que são alunos que têm um perfil de carência econômica, que podem ou não ter computador em casa, ou não ter acesso à *internet*. E, ainda, visitam os parentes e amigos.

Serão mostradas somente uma das respostas dos questionários, porque esta pergunta é pessoal e as respostas foram as mesmas:

“ Passear, ir a casa dos meus amigos, parentes, ir a lan house, algumas festas (B-01).
Assistir televisão e escutar música (B-02).
Mexer no computador e conversar com os amigos (B-03).
Na Lan house, passear, várias coisas (B-04).
Vou pra casa dos meus tios, avós. Vou na Lan House (B-05).
Eu solto raia, jogo bola e vou para festas (B-06).
Vou pra casa dos meus primos, avó (B-07).
Gosto de ir na Lan House (B-08).
Futebol com amigos, vídeo game e tv (B-09).

Eu vou passear com os meus amigos(B10)”.

Na 4ª questão perguntou-se: *Você tem alguma religião? Se sim, qual? Participa de algum tipo de festa Religiosa?*

Das respostas dadas, quatro alunos são Evangélicos, dois são Católicos e o restante não têm religião. A única festa citada foi a de Trindade, o restante somente citou eventos das igrejas, ou não citaram nada. As respostas foram às mesmas, portanto, serão exemplificadas com uma resposta de cada participante:

“Sim. Católica. Participa da Festa de Trindade(B-01)

Não tem religião e não tem nenhuma festa (B02).

Sim. Evangélica. Participa de vigílias e encontros (B-03).

Sim. Evangélica. Participa de encontro de jovens (B-04).

Não tem religião e não participa de nenhuma festa religiosa (B-05)

Sim. Evangélica. Participa de passeata (B-06).

Não tem religião e não participa de nenhuma festa religiosa (B-07).

Sim é Católica e não participa de nenhuma festa religiosa (B-08).

Sim. Evangélica e participa de retiros e encontros (B-09).

Não tem religião e não participa de nenhuma festa religiosa (B-10)”.

A 5ª pergunta refere-se a festa popular: *Você conhece alguma festa popular? Qual? Participa de alguma delas?*

A quadrilha, conhecida como Festa Junina, foi a festa mais citada, por ser a que mais conhecem, mas alguns não dançam, outras festas citadas foram: carnaval, cavalgada, cavalhadas e o pagode.

Percebeu-se que a festa junina é bem conhecida porque os alunos participam desta festa, tanto na escola e na comunidade local. É a manifestação cultural que muitos têm como referência mais próxima da realidade em que vivem, demonstrando que têm uma carência cultural, ou seja, têm pouco acesso aos bens culturais, como: uma visita em um museu, assistir uma peça teatral, passeios pela cidade para conhecer a história do próprio local em que vivem etc. As respostas foram as seguintes:

“ Sim. Pagode, quadrilha, carnaval ,etc. Participo de quadrilha, pagode (B-01).

Festa Junina, mas não participo (B-02).

Sim. Quadrilhas, carnaval, pagode. Participo de todas essas que eu escrevi (B-03).

Pagode, carnaval e quadrilha (b-04).

Sim, quadrilha, Mas eu não participo (B-05).

Eu pratico a cavalgada (B-06).

Sim, quadrilha, mas eu não participo (B-07).

Quadrilha, de vez em quando eu danço (B-08).

Sim. Quadrilha, carnaval, cavalhadas...Participo de quadrilhas (B-9).

Não respondeu nada (B-10)”.

Após a participação das aulas de Educação Patrimonial, os alunos acrescentaram pouco a respeito da visão que tinham sobre o assunto, somente a Folia de Reis e o Frevo foram colocadas, porque foram citadas praticamente às mesmas festas populares:

“Sim, várias: Festa Junina, Carnaval. Sim, participo às vezes da festa junina (B-01).

Eu não participo de nenhuma festa popular (B-02).

Conheço o carnaval, festa junina, frevo e outros. Participo de vez enquanto de carnaval e festa junina(B-03).

Eu conheço,só que não participo(B-04).

Sim, conheço quadrilha, mas não participo (B-05).

Sim, eu participo da cavalgada da SGPA, no mês de maio (B-06).

A quadrilha, o folclore, mas eu não participo de nenhuma (B-07).

Conheço, quadrilha e carnaval. Já dancei quadrilha cinco vezes e o carnaval nunca participei (B-08).

Sim. Carnaval, Festa Junina, cavalhadas,folia de reis. Participo da festa junina e carnaval (B-09).

Não respondeu (B-10)”.

Na 6ª questão perguntou-se: *Próximo ao seu bairro(Jardim Pompéia), passará a Adutora do ribeirão João Leite. O que você sabe sobre este assunto?*

Das respostas dadas, alguns alunos não responderam a respeito deste assunto, dois alunos deram respostas que demonstraram entendimento sobre a Barragem do João Leite e o restante deu respostas sem sentido. Por ser um assunto específico, de pouca divulgação, o curso de Educação Patrimonial conseguirá retirar essas dúvidas e o desconhecimento a respeito do referido assunto. As respostas dadas foram as seguintes:

“ Que vai fazer uma espécie de represa para que não falte água futuramente (B-01).

Eu não sei nada sobre o Ribeirão João Leite (B-02).

Sei que vai fazer uma barragem. Só isso que sei (B-03).

Que é uma espécie de represa e também problemas de água (B-04).

Eu não sei nada. Porque eu não moro aqui no bairro (B-05).

Eu fiquei sabendo que vai ter um que vai ver se acha faces de antepassados que moravam na Barragem do João Leite (B-06).

Eu não sei. Moro lá perto, mas não sei (B-07).

Muito bom, porque eu quero o melhor para nós (B-08).

Não sei nada (B-09).

Nada que eu saiba (B-10)”.

Os alunos fizeram a visitação ao local da Barragem da Adutora, tiveram uma palestra educativa sobre os impactos ambientais, culturais e sociais e como estes impactos podem ser compreendidos, dentro do contexto do meio ambiente e da comunidade. Puderam vivenciar, na prática, ao conhecerem a Barragem de onde percorrerão os tubos da adutora do Ribeirão João Leite, que abastecerá vários municípios da região metropolitana de Goiânia.

Percebeu-se que o envolvimento dos alunos nesta atividade foi grande, porque além desta visitação, foram abordados estes assuntos nas aulas de Educação Patrimonial, o que percebeu-se compreensão e entendimento a respeito do tema, pois houve a percepção de que haverá impacto e mudança, tanto em suas vidas, quanto no ambiente em que vivem, em toda a comunidade local. Houve a demonstração de que os objetivos foram cumpridos e que os alunos assimilaram os conteúdos referentes ao assunto:

“ Que a adutora do ribeirão João Leite vai abastecer a água do nosso setor e também outros. E que via alagar uma parte para que isso aconteça (B-01).

Fomos a Barragem do Ribeirão João Leite, achei bastante interessante e porque eu ao saber de nada do que foi falado e agora faço idéia do tanto que foi importante saber destas coisas(B-02).

Sei que eles vão fazer uma barragem de 53 m de altura, com uma janela no meio, para ter a passagem da água que vai abastecer cinco municípios:

Goiânia, Aparecida, Nerópolis, Anápolis e Teresópolis.(B-03).

Que a adutora vai passar no nosso bairro para abastecer água para nós. E grande parte do bairro e do rio será alagada (B-04).

Nós fomos a adutora , eu fiquei sabendo muitas coisas sobre esse assunto, fiquei sabendo que eles vão fazer a adutora para abastecer dois milhões de pessoas, sendo em cinco municípios (B05).

Eu sei que é um bom projeto que vai nos ajudar no presente, para não deixar faltar água na nossa cidade e em outras cidades associadas (B-06).

Eu entendo que eles estão fazendo uma barragem no Rio João Leite para não alagar algumas áreas, principalmente, o sítio arqueológico (B-7).

Eu sei que o João Leite alaga o sítio bananeira do Parque Ecológico, é muita coisa para ser alagada (B-08).

Eu sei que essa adutora irá distribuir água a dois milhões de pessoas em um território que abrange cinco cidades, contando com Goiânia (B-09).

Sei que daqui a oito meses a barragem estará construída e será alagada (B-10)”.

A 7ª questão foi a seguinte: *Ainda, sobre a Adutora do João Leite, escreva o que você gostaria de saber.*

Esta pergunta é uma continuidade da pergunta anterior. Na primeira etapa, os alunos colocaram dúvidas a respeito da Barragem da Adutora João Leite, demonstrando um grande interesse em saber sobre este assunto:

“ Qual o objetivo, por que está mudando isso? (B-01).

Tudo sobre o João Leite (B-02).

Gostaria de saber tudo que não sei (B-03).

Eu quero saber tudo por que é do meu setor, quero saber mais (B-04).

Todas as coisas, relacionadas ao João Leite, o máximo de informação possível (B-05).

Eu quero saber se o João Leite agüenta até no nosso futuro, se ele via dar conta de nos fornecer a sua água (B-06).

Eu gostaria de saber de todas as coisas relacionadas ao João Leite (B-07).

Quem é que criou esse nome para o rio (B-08).

Eu gostaria de saber quantos anos ele tem, o João Leite (B-09).

Não respondeu nada (B-10)”.

Na segunda etapa, após as aulas e a visitação do local, dos dez alunos, 9 responderam que esclareceram suas dúvidas. Somente um aluno colocou a sua preocupação a respeito da água, quando abaixar a quantidade, o nível da água, como via ficar? Esta dúvida, foi esclarecida para o aluno, lembrando o que foi dito na visita feita, que no período de seca, há uma diminuição da quantidade de água e o uso consciente da água por todos nós, ajuda neste período. Seguem as respostas:

“ Nada, Eu acho que esse projeto já ensinou muito (B-01).

Eu já tirei todas as minhas dúvidas sobre a Adutora do João Leite (B-02).

Quando a água abaixar de novo, como vai abastecer os municípios? Ess e negócio da água subir e descer o nível, como fica? (B-03).

Eu já tirei todas as minhas dúvidas, por isso que eu não tenho mais nada para saber (B-04).

Tudo que eu gostaria de saber eu já sei (B-05).

O que eu tinha dúvida em aprender, aprendi ontem, quando eu fui na adutora (B-06).

Tudo que eu queria saber, os professores já falaram (B-07).

Já sei de tudo ,eu aprendi na aula da visita, que foi muito importante (B-08).

Tudo que eu queria saber foi esclarecido ontem na visita à adutora (B-09).

Nada (B-10).

A 8ª questão foi: *Quando falamos sobre cultura, o que te faz lembrar?*

Alguns alunos citaram sobre os costumes, outros deram respostas muito amplas, respondendo que cultura é tudo, outros relacionaram o conceito aos antepassados e ao meio ambiente. Percebeu-se que os alunos têm noção do que

seja cultura, mas que com as aulas terão mais conhecimento sobre este conceito. Seguem as respostas dadas, na primeira etapa:

“ São os conhecimentos gerais sobre o ambiente, o desenvolvimento da sociedade, dos povos, etc. (B-01).

Não respondeu (B-02).

Tudo, pois tudo na vida é cultura (B-03).

Tudo, pois tudo na vida é cultura (B-04).

Me lembra do antepassado, do meio ambiente, coisas que estão relacionadas com o cotidiano (B-05).

Dos antigos costumes e das festas (B-06).

Me lembra do antepassado e do meio ambiente (B-07).

Me faz lembrar uma fazenda muito antiga (B-08).

Me faz lembrar de costumes e lendas (B-09).

Não respondeu (B-10)”.

No curso de Educação Patrimonial, este tema: Cultura foi abordado através de metodologias diversificadas que contemplaram o lúdico, através da viabilização de aulas dinâmicas e planejadas, com o objetivo de chamar a atenção dos alunos a respeito a importância de conhecer às diferentes culturas para ter a intenção de preservar e de conhecer o patrimônio cultural.

Percebeu-se que os alunos, em suas respostas, demonstraram que os conhecimentos discutidos e vistos, através dos conteúdos abordados, que houve um entendimento sobre o que seja cultura. As respostas foram diversificadas, porém ricas nas abordagens. Somente um aluno não respondeu nada:

“ É o conjunto de tradições. Que cada país tem seus costumes, seu jeito de ser, a comida, pratos típicos (B-01).

Cultura é o conjunto de várias tradições, que passam de geração em geração (B-02).

Para mim, cultura é vida, cada pessoa tem sua cultura, coisas feitas a mão, pinturas e várias outras coisas (B-03).

Cultura são alguns costumes de geração em geração que se passa. Cada

país tem seus costumes. Nossa cultura é comer pequi com arroz e mais coisas (B-04).

Eu entendi que cultura é tudo, o costume e tradição que a minha família tem e vai passando de geração em geração (B-05).

Dos meus antepassados, da tradição (B-06).

Me faz lembrar de nossos antepassados (B-07).

Ancestrais que foram deixados pelos índios (B-08).

Me faz lembrar que a cultura é passada de pai para filho e aprende seus hábitos e necessidades. A cultura muda de acordo com o local onde se vive (B-09).

Não respondeu (B-10)”.

A 9ª questão foi: *O que você entende por patrimônio?*

Nas respostas dadas, alguns alunos colocaram que patrimônio está relacionado a bens de uma pessoa, colocaram o sentido da palavra aos patrimônios materiais da cidade, relacionando-o com a cultura, demonstrando que entendem sobre o que seja patrimônio:

“ É um conjunto de bens, materiais culturais e afetivos (B-01).

É tudo que uma cidade ganha, que relembra a história da cidade (B-02).

Não muito. Mas sei que patrimônio são os bens de uma pessoa (B-03).

É um conjunto de bens materiais culturais e afetivos (B-04).

Eu entendo de um grupo de pessoas fazendo coisas juntas (B-05).

O patrimônio como praças públicas, porque é de todos nós (B-06).

Eu entendo de um grupo de pessoas fazendo coisas juntas (B-07).

Eu entendo que são materiais, culturais e eventos (B-08).

Não respondeu (B-09).

Patrimônio são bens materiais culturais (B-10) ”.

Os alunos demonstraram, após a participação das aulas de Educação Patrimonial que a noção de patrimônio foi grande, devido às colocações feitas, a respeito dos patrimônios culturais materiais e imateriais, colocando a idéia de valor, mostrando que o sentimento de pertencimento foi internalizado e compreendido,

portanto, os objetivos propostos, com a intenção de compreensão sobre o assunto, foram cumpridos:

“ Que são os bens materiais e imateriais que tem valor para gente (B-01).

Patrimônio são os bens materiais e imaterial de valor (B-02).

Patrimônio é um bem, que a gente herda da família, sendo emocional financeiro e material (B-03).

São os bens imateriais e materiais que tem valor (B-04).

Eu entendi que patrimônio é conhecer a nossa cultura para preservar e ir passando para os descendentes (B-05).

Que é uma herança que nós recebemos dos nossos ancestrais (B-06).

São os bens culturais que a gente tem que conhecer para preservar (B-07).

São as festas (B-08).

O que eu entendo sobre patrimônio é que isso é uma herança deixada por antepassados e que podem ser usados para pesquisas e que podem ser usados para pesquisa arqueológicas (B-09).

Patrimônio é uma herança deixada pelos antepassados (B-10)”.

A 10ª questão foi: *Você já ouviu falar alguma coisa sobre a Arqueologia? Escreva.*

Foi aplicada para os alunos na primeira etapa e percebeu-se que a conversa informal ocorrida antes da aplicação deste questionário acabou influenciando às respostas, porque foram dadas respostas muito parecidas e com conceitos que ainda não tinham sido trabalhados. Uma das professoras de Língua Portuguesa influenciou-os nas respostas. Portanto, estas questões deixaram de ser utilizadas como referenciais para a realização da pesquisa. Seguem as respostas dadas:

“ É a parte da ciência que estuda os antepassados através de vestígios deixados por eles(ossos, cerâmicas, pinturas, objetos) (B-01).

Sim. Arqueologia é a parte da Ciência que estuda os antepassados, através de vestígios deixados por eles (B-02).

Sim. Na Arqueologia as pessoas escavam procurando coisas antigas (ossos, pisos, etc.) (B-03).

É a parte da ciência que estuda os antepassados através de vestígios

deixados por eles (pintura, objeto, osso, etc.) (B-04).

Sim, na televisão (B-05).

Sim, um pouco eu sei que é pessoa que procura artes perdidas no passado (B-06).

Sim, na televisão (B-07).

É a parte da ciência que estuda os antepassados através de vestígios deixados por eles (B-08).

Não respondeu (B-09).

Não respondeu (B-10)”.

Depois das aulas, os alunos mudaram as abordagens feitas sobre os conceitos, colocando idéias mais próximas do entendimento que realmente tiveram sobre o que entenderam e internalizaram sobre o que sabem sobre a Arqueologia. Houve uma compreensão do conceito, porque a maioria fez referência aos estudos dos nossos antepassados e às suas culturas, mas alguns alunos ainda confundem a função do Arqueólogo, por ser ainda uma profissão pouco conhecida por parte da sociedade:

“É o conjunto da cultura de nossos antepassados (B-01).

Arqueologia é o conjunto de cultura dos nossos antepassados (B-02).

Sim. Arqueologia é você saber coisas de antepassados, de séculos antigos (B-03).

Arqueologia é gente ou antepassados da nossa vida (B-04).

Sim. Arqueologia estuda o conjunto de cultura dos nossos antepassados (B-05).

Sim. Em bom trabalho porque nós descobrimos toda a vida do passado (B-06).

Sim. São todos os vestígios dos nossos antepassados (B-07).

Já, minha vó tem um vaso que era do tataravô dela (B-08).

Sim, já ouvi falar que Arqueologia estuda objetos antigos (B-09).

Sim. Arqueologia é quem pesquisa e quem estuda objetos de antiguidades (B-10)”.

Dando continuidade a respeito da Arqueologia, perguntou-se na décima 11ª pergunta: *Escreva, em sua opinião, para que serve a Arqueologia.*

Todos relacionaram a função da Arqueologia com a função de estudar e procurar entender os nossos antepassados. Notou-se que alguns alunos entendem a função da Arqueologia para a sociedade, mas que confundem ainda significados, inclusive confundindo as funções de Arqueólogos, com paleontólogos:

“Para tentar entender um pouco mais sobre os assuntos que já tem muito tempo (B-01).

Para estudar sobre os antepassados (B-02).

Para as pessoas aprenderem mais (B-03).

Serve para aprender muitas coisas do antepassado e antigamente (B-04).

Para estudar antepassados. Exemplo: ossos e pinturas (B-05).

Eu acho que para encontrar fósseis de plantas, animais etc. Porque sem eles nós não iríamos saber, por exemplo sobre os dinossauros(B-06).

Para estudar os antepassados através de vestígios deixados por eles. Ex: ossos, pinturas (B-07).

Eu acho que é para os cientistas acharem ossos, cerâmicas e pinturas (B-08).

Para descobrir coisas, que já ocorreram há muito tempo (B-09).

Para descobrir objetos que foram usados no passado por tribos indígenas entre outros (B-10) ”.

Os alunos, nesta segunda etapa das respostas mostraram que entendem que a Arqueologia tem várias funções, dentre elas a de estudar os vestígios dos nossos antepassados, tentando compreender como estes viviam. Notou-se, que eles assimilaram às aulas sobre Arqueologia que foram dadas e que os conteúdos foram compreendidos:

“Para sabermos tentar entender como era a vida antes de nós, dos nossos antepassados (B-01).

Arqueologia serve para estudar a vida de nossos antepassados que viveram antes de nós (B-02).

Para a gente saber o que houve antigamente, o que eles usavam e várias

outras coisas (B-03).

Serve para estudar a vida dos nossos antepassados que viveram antes de nós (B-04).

A Arqueologia serve para estudar os nossos antepassados (B-05).

Eles descobrem os vestígios passados (B-06).

Serve para a gente lembrar dos antepassados (B-07).

Para lembrar os antepassados (B-08).

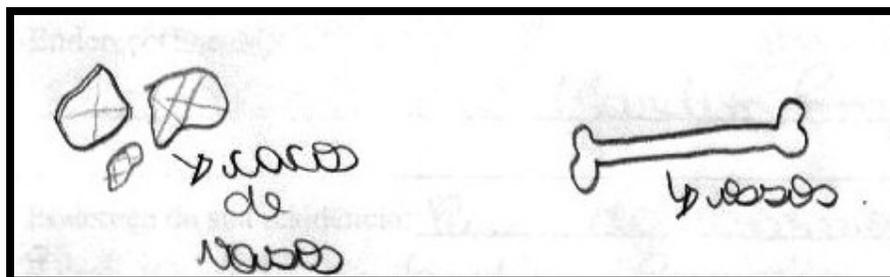
Serve para estudar o passado, com fatos, retirados de objetos antigos escavados e descobrir como era a vida antigamente (B-09).

Não respondeu (B-10)”.

A 12ª questão foi: *Faça um desenho explicando o que é Arqueologia para você.*

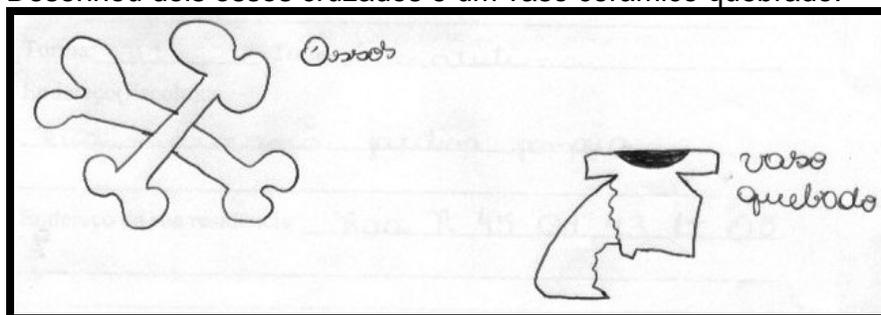
Percebeu-se que há pouca compreensão a respeito do conceito de Arqueologia, pois somente alguns alunos conseguiram expressar de maneira correta. Verificou-se que as aulas de Educação Patrimonial poderão corrigir esses entendimentos que foram demonstrados:

“(B-01) Desenhou cacos de vasos cerâmicos e um osso.

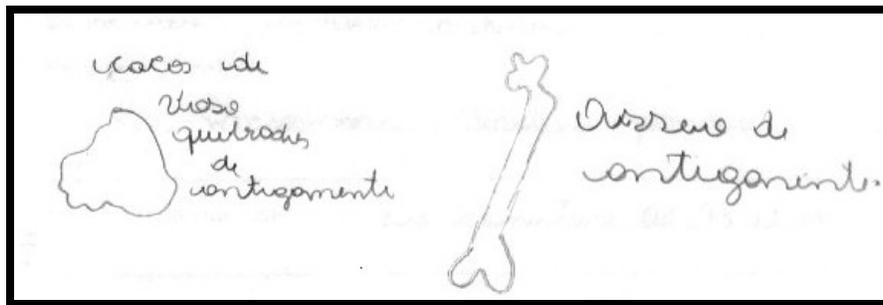


B-02) Não desenhou nada.

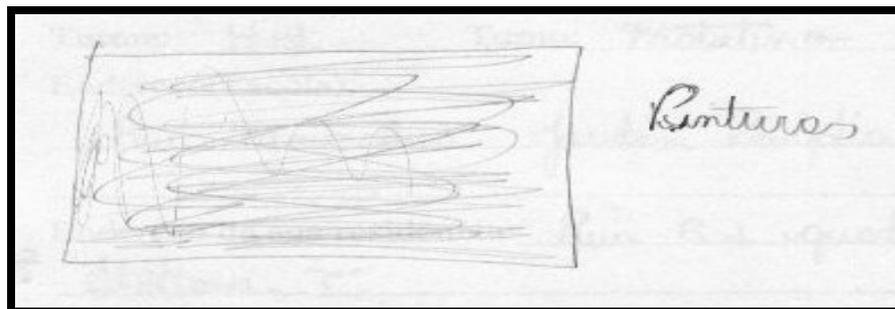
(B-03) Desenhou dois ossos cruzados e um vaso cerâmico quebrado.



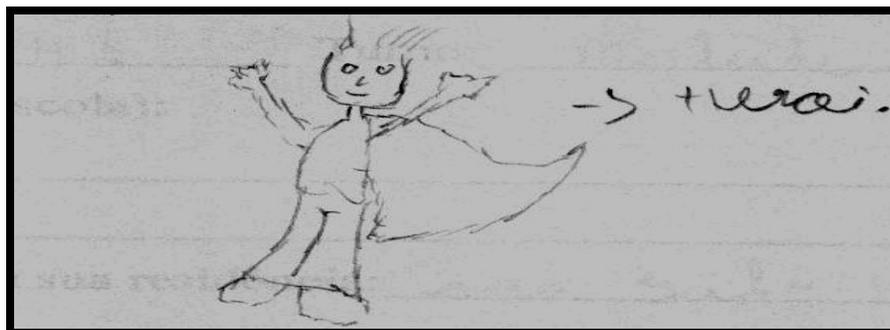
(B-04) Desenhou cacos de vasos quebrados de antigamente e ossos.



(B-05) Desenhou pinturas, sem explicação do que seja.



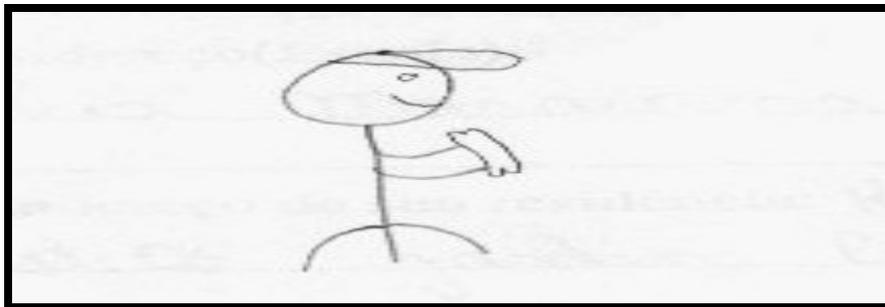
(B-06) Desenhou um super-herói. Esta é a imagem que se passa do que seja um Arqueólogo, uma visão totalmente estereotipada da realidade.



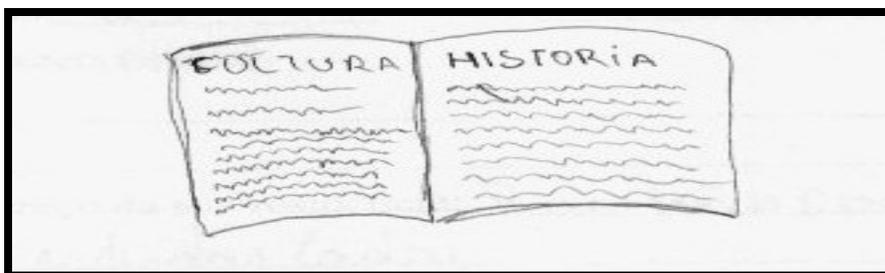
(B-07) Desenhou um quadro pintado e ao lado escrito pinturas. Como não há explicação, a representação ficou superficial.



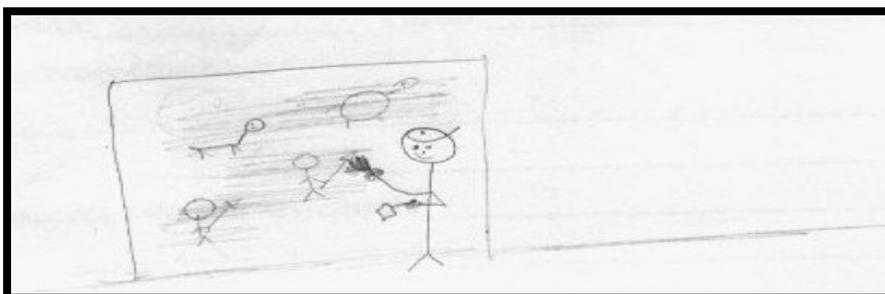
(B-08) Desenhou um menino em forma de garatuja, sem nenhuma contextualização que explique esta representação feita.



(B-09) Desenhou um livro onde contém duas palavras escritas: Cultura e história. Também sem nenhuma contextualização que explique o desenho.



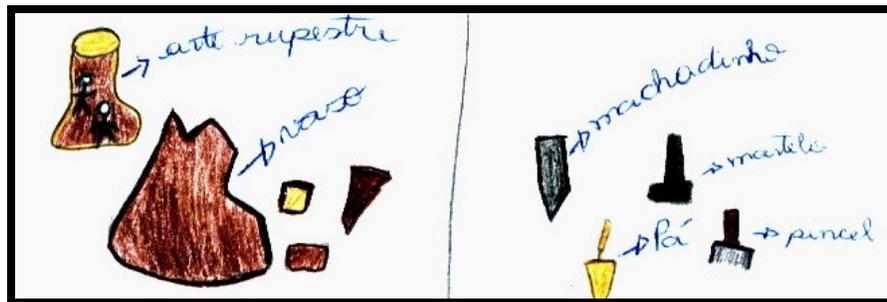
(B-10) Fez o desenho de um Arqueólogo trabalhando em um sítio arqueológico que tem registrado a arte rupestre” .



Após a participação de várias oficinas relacionadas com a Arqueologia (construção da árvore genealógica, arte rupestre, vestígios cerâmicos, construção dos vasilhames de argila, a ida ao Sítio Arqueológico etc.), em que houve a manifestação de interesse em estudar e saber mais sobre o assunto. Notou-se que os desenhos tiveram mais compreensão, em que expressaram-se que a abordagem

dos conteúdos foi entendida, incluindo o profissional Arqueólogo desempenhando sua função. A estética dos desenhos demonstrou que os alunos gostaram do que fizeram nas aulas, porque ao colorirem os desenhos, configurou interesse por parte deles:

“(B-01) Fez o desenho da arte rupestre e de um vaso cerâmico quebrado.

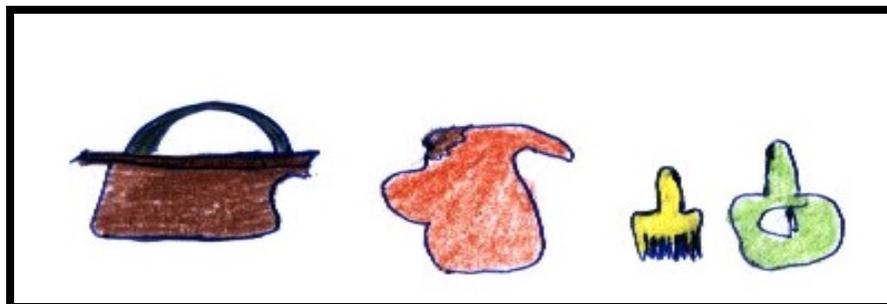


Desenhou os materiais que são utilizados pelo profissional da Arqueologia.

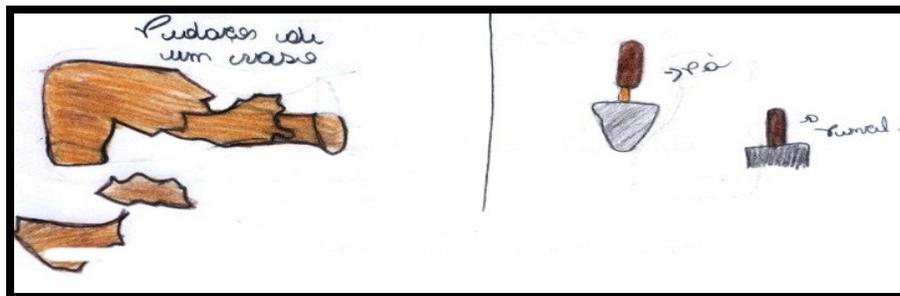
(B-02) Fez o desenho de um sítio arqueológico com vestígios materiais dentro e dos instrumentos utilizados pelo Arqueólogo.



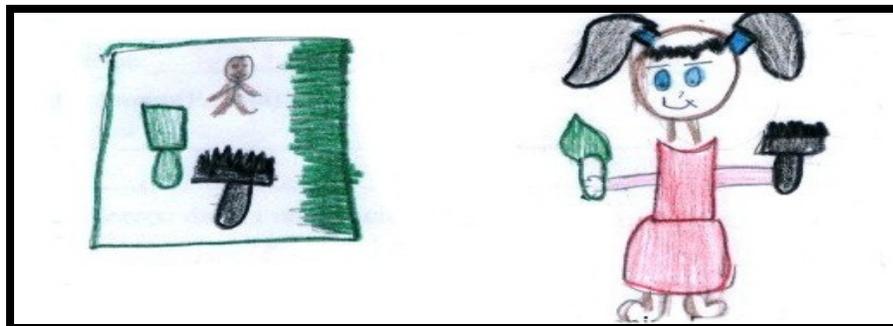
(B-03) Desenhou os instrumentos utilizados pelo Arqueólogo em suas pesquisas.



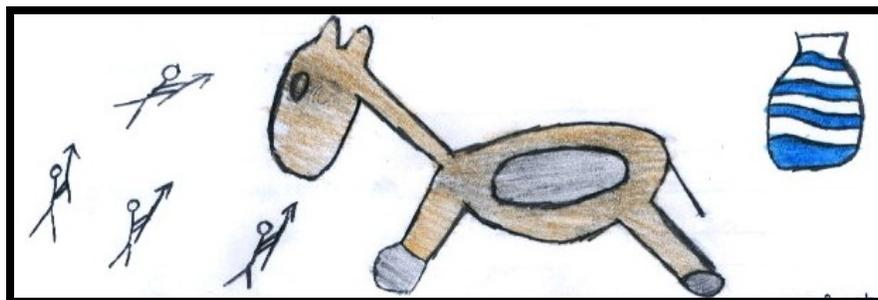
(B-04) Desenhou pedaços de um vaso, que são os vestígios materiais encontrados e os materiais utilizados pelos Arqueólogos.



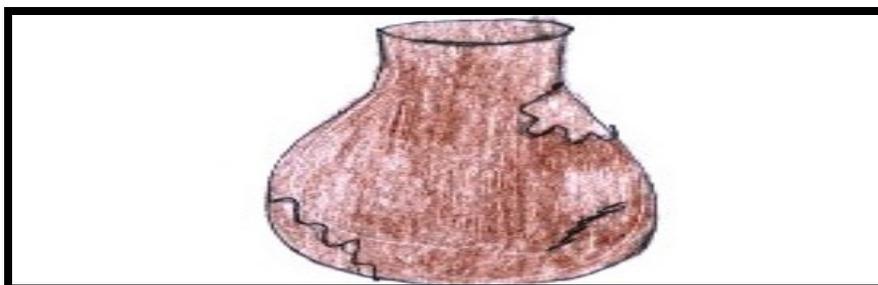
(B-05) Fez o desenho de uma arqueóloga trabalhando com seus materiais e ao lado um sítio, com uma sondagem aberta e dentro dela outros instrumentos sendo utilizados no trabalho de pesquisa.



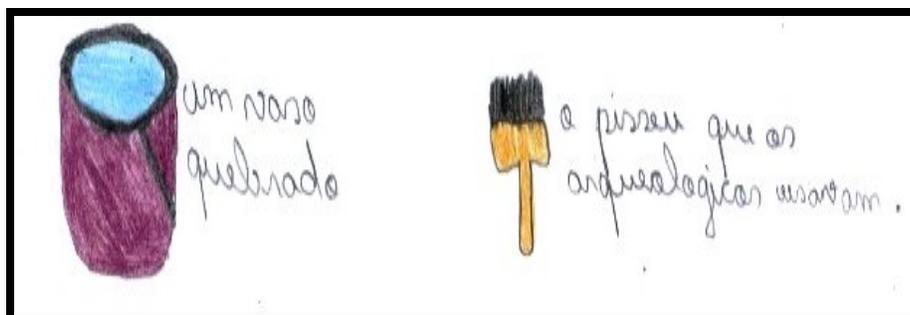
(B-06) Desenhou a arte rupestre.



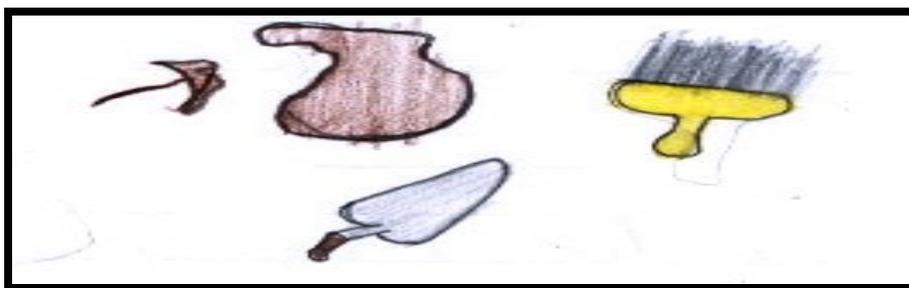
(B-07) Desenhou uma urna funerária.



(B-08) Desenhou um vaso quebrado e um pincel utilizado pelos Arqueólogos em seus trabalhos de pesquisa.



(B-09) Desenhou os instrumentos utilizados pelos Arqueólogos em seus trabalhos.



(B-10) Fez o desenho de um sítio arqueológico”.



A última questão nº.13 é a seguinte: *”Você estudará sobre a Educação Patrimonial. Escreva o que você sabe sobre este assunto.*

Os alunos responderam que não sabem nada a respeito da Educação Patrimonial, somente um aluno tentou responder, por não conhecerem a respeito do assunto em questão, deixaram de responder. Espera-se que com as aulas, consigam melhorar o quadro apresentado:

“ É a educação que se tem em casa, na escola entre um patrimônio. Porque é necessário que se tenha educação para conviver (B-01).

Nada (B-02).

Não sei nada sobre isso (B-03).

Eu saber mais e mais coisas sobre patrimonial (B-04).

Não sei nada (B-05).

Eu não conheço sobre o Patrimônio, só sobre o Patrimônio Público (B-06).

Não sei (B07).

Eu não sei nada (B-08).

Não respondeu (B-09).

Não, eu não sei nada sobre este assunto (B-10)”.

Após as aulas, percebeu-se que houve entendimento sobre o que é a Educação Patrimonial, suas metodologias e abordagens. Os alunos citaram várias ações que foram realizadas neste período das aulas e relacionaram os conteúdos abordados com a prática das aulas. O resultado foi satisfatório, pois houve demonstração de aprendizagem, revertendo o quadro anterior, que era de total desconhecimento sobre o referido assunto:

“ Durante esses meses estudamos sobre os nossos antepassados, através de alguns trabalhos com argila, fomos ao Parque Ecológico e vimos alguns pedaços de cerâmicas que eles fizeram e muito mais (B-01).

Eu aprendi esses dois meses que Educação Patrimonial tem muitas coisas interessantes, como trabalhar com argila, a gente fez uma árvore genealógica e foi muito bom (B-02).

Eu entendo que devemos preservar as coisas de antigamente, porque eram coisas de pessoas importantes (B-03).

Durante esses dois meses eu senti um pouco do que nossos antepassados deixaram, fiz uma panela de argila, eu gostei muito. Vi os registros do nosso passado (B-04).

Eu sei sobre a Adutora, o que é Patrimônio, cultura, arte rupestre (B-05).

Eu sei que é uma herança dos nossos antepassados, que deixaram para nós (B-06).

Os bens culturais que tem valor (B-07).

Sei muita coisa, os vasos de argila que nós fizemos (B-08).

Eu sei que todos nós devemos cuidar do Patrimônio, que é nosso, pois ele desvenda o nosso passado (B-09).

Não respondeu nada B-10).

11. Análises das respostas dos questionários aplicados aos professores que participaram do curso proposto pela SME, no ano de 2004

Para fazer a seleção dos dez professores participantes desta pesquisa, utilizando a técnica por amostragem, que segundo Barbeta (2001, p.41) a amostragem é naturalmente usada em nossa vida diária [...] Num levantamento por amostragem, a seleção dos elementos que serão efetivamente observados deve ser feita sob uma metodologia adequada, de tal forma que os resultados da amostra sejam informativos, para avaliar características do que se quer pesquisar.

Dos 49 professores participantes do curso de Educação Patrimonial, realizado no ano de 2004 pela SME, a seleção dos 10 professores se deu através da realização da técnica por amostragem aleatória simples, seguindo a metodologia proposta por Barbeta, onde foi feita a listagem completa de todos os professores, selecionando a amostra por meio de um sorteio, sem restrição.

Antes da aplicação do questionário foi também aplicado um termo de compromisso, que explicitava os objetivos da pesquisa e solicitava a autorização com a assinatura individual de cada professor. O questionário está estruturado em sete questões, relacionadas ao curso de 2004, aos conteúdos abordados, à metodologia utilizada e à opinião dos participantes em relação à continuidade de tal curso.

A 1ª questão aplicada foi a seguinte: *Faça uma avaliação do curso que você participou, em 2004: “Prazer em conhecer, compromisso de preservar” – Projeto de curso – Patrimônio Cultural e Educação. Registre os pontos positivos e negativos.*

Todos os professores colocaram vários pontos positivos, relatando o quanto o curso foi importante, completo em relação aos conteúdos abordados, metodologia, nível excelente dos professores que ministraram os módulos, os coordenadores, que desempenharam bem suas funções. Ao analisar as avaliações feitas pelos mesmos

professores, ainda no ano de 2004, no relatório final do referido curso, percebeu-se que as respostas são idênticas, o que comprova a boa aceitação do curso dos mesmos, tendo um professor que relata, ter sido curso, o melhor de que teve oportunidade de participar.

Somente três professores citaram como pontos negativos, a não continuidade do curso, que foi interrompido, sem a conclusão das atividades que foram propostas, os outros questionamento é em relação ao tempo (carga horária proposta), achando que foi pouco e que poderia ter havido uma melhor distribuição por módulos, sendo que uns tinham mais horas que outros:

*“Positivos: aprendizado maior em relação a algo do dia-a-dia, cultura oral, etc.
Negativos: O tempo poderia ser maior com mais visitas aos locais goianos (C-01).*

O curso foi excelente e muito completo, tanto a teoria, como a prática. Os profissionais que palestraram, tinham uma bagagem muito boa e transmitiram com muita propriedade seus conhecimentos. Acho que não vejo pontos negativos neste curso (C-02).

Para mim este curso trouxe apenas pontos positivos. Hoje, ao chegar para responder este questionário reencontrei com profissionais que conheci curso e todos nós comentamos ter sido este o melhor curso que já fizemos na rede.

Os orientadores do curso se mostraram sempre muito atenciosos e comprometidos, bem como, a maior parte dos cursistas (C-03).

Introdução ao estudo de Arqueologia, aprendi noções e reconhecimento de sítios arqueológicos de algumas áreas do município de Goiânia. O cuidado com objetos e documentos nos trabalhos e nos museus e a própria conservação do patrimônio das escolas (C-04).

É a melhor possível, até hoje ainda não fiz um curso tão completo e com pessoas tão sérias e engajadas (C-05).

Positivos: Qualidade significativa dos temas abordados e seus respectivos palestrantes/ministrantes. Favorecimento à valorização e conscientização da importância em se preservar o patrimônio. Vivenciar práticas (city tour em Goiânia) (C-06).

O tempo destinado a cada módulo foi um ponto a ser repensado, pois teve módulo que exigiu mais do que outros. De um modo geral foi muito bom, a capacitação foi muito válida, pena que não continuei na escola para dar continuidade, mas sempre que há oportunidade tento encaixar o tema minhas propostas de ensino (C-07).

O curso foi ótimo, com um farto material didático e de ótima qualidade, o que contribuiu muito para a valorização do curso. Após quatro anos, lembro-me apenas dos pontos positivos, mas colocaria como ponto negativo a falta de continuidade do curso (C-08).

Foi um curso riquíssimo. De alta qualidade. Abriu novos horizontes para um fazer pedagógico na minha área. Se tiveram pontos negativos, já me esqueci (C-09).

Tive uma boa aprendizagem participando desse curso, para mim o curso em si foi muito positivo. O que achei negativo é que não consegui implantar o curso na escola em que trabalho (C-10)."

A 2ª questão aplicada foi: Dos conteúdos abordados nos oito módulos do curso: (Mód. 1: Educação Patrimonial, Mód.2: Patrimônio Arqueológico, Mód.3: Política de preservação do patrimônio Cultural, Mód.4: Patrimônio e memória, Mód. 5: Os lugares de memória e a Educação, Mód.6: A arte e a Educação, Mód.7: Visitas técnicas, Mód.8: Sensibilização dos projetos de Educação Patrimonial das Unidades Educacionais). Quais conteúdos você considera mais importantes? Por quê?

Em todas as respostas citadas pelos professores, há uma abordagem de que nos módulos existiu uma continuidade e que esta seqüência foi importante para a

composição do todo. Praticamente não houve demonstração de preferências de conteúdos, pois foram entendidos e avaliados como importantes, dentro do contexto apresentado. Alguns professores citaram como conteúdos preferidos, os lugares de memória utilizados nas visitas, outros colocaram o Patrimônio Arqueológico, como sendo um conteúdo que chamou a atenção deles. Enfim, houve assimilação dos conteúdos, por parte dos professores:

“Patrimônio e memória. Os lugares de memória e a Educação/ Arte e Educação / política de preservação do patrimônio cultural. Foram os que me despertaram para uma nova visão! (C-01).

Acho que não tem um conteúdo mais importante, já que são partes que formam um todo e um se liga ao outro. Talvez eu possa dizer que Patrimônio Arqueológico foi o que mais chamou a minha atenção e por isso foi interessante, descobrir o passado através das escavações e objetos deixados por outras civilizações (C-02).

Eu diria que um módulo completa o outro, portanto cada um tem sua importância dentro do curso. Porém, tive dificuldade em trabalhar com o Patrimônio Arqueológico. Achei interessante o tema, mas na prática fiquei meio perdida com os alunos (C-03).

Educação Patrimonial, Arqueologia, patrimônio e memória, os lugares de memória e educação, visitas técnicas (C-04).

Todos, pois um vai complementando e norteando o conhecimento (C-05). Considero que todos os conteúdos são importantes, pois cada um aborda aspectos relevantes para se conhecer, conscientizar, valorizar o patrimônio cultural e intervir de modo significativo ao aplicá-los na educação enquanto formadora(C-06).

Todos os módulos são pertinentes à proposta do curso de Educação Patrimonial, sendo que trabalhar os temas dos módulos 1, 3, 4 e 5 são fundamentais seguidos dos módulos 2, 6, 7 e 8, que complementam e finalizam a proposta em questão (C-07).

Considerarei todos os conteúdos importantes, porém, sem dúvida o módulo que trabalhamos com visitação foi o que mais me sensibilizou. Comecei a ver a cidade com outros olhos (C-08).

Todos foram importantes, mas as visitas técnicas, acredito ter me seduzido mais a desenvolver este projeto com meus alunos (C-09).

Para mim, todos os módulos foram importantes, pois aprendi muito (C-10).”

Na questão de nº. 3 houve uma extensão da questão de número dois, dando continuidade a respeito da abordagem feita a respeito dos conteúdos, mas sobre a aplicação destes na prática pedagógica, no planejamento: *Quais conteúdos você trabalha com seus alunos atualmente, ou utiliza em seus planejamentos? De que forma esses temas são trabalhados?*

Constatou-se que a metade dos professores pesquisados não está atuando em sala de aula, está desempenhando outras funções, tais como: direção de escola, coordenação de turno, pedagógica, e outras atividades relacionadas a educação, mas que são distantes da sala de aula, portanto não há como efetivar diretamente, a utilização dos conteúdos relacionados ao patrimônio. Somente uma professora se referiu coordenar as ações pedagógicas dos professores e que sempre que possível, por ser dirigente de uma unidade escolar, trabalha com projetos relacionados com a cultura e a história e que esses assuntos passaram a fazer parte da proposta pedagógica da referida instituição.

Dos outros professores, dois citaram que utilizam o patrimônio e memória, os lugares de memória e a educação, através de visitação em vários lugares históricos, ou trabalhando a sensibilização dos alunos com a cultura popular, outros dois colocaram que trabalham os conteúdos integrados com a proposta interdisciplinar e outro colocou que não utiliza nenhum conteúdo:

“Patrimônio e memória / Os lugares de memória e a Educação. Atualmente estou com Ciências e levo os alunos a se sensibilizarem com a cultura popular dos chás caseiros, por exemplo (C-01).

Atualmente estou fora da sala de aula. Sou coordenadora de turno (C-02). Desde 2005, todos os anos revemos o projeto que fiz durante o curso na escola em que trabalho no matutino e estamos constantemente reformulando e trabalhando-o como um todo. Procuramos trabalhar o projeto sempre de forma interdisciplinar (C-03).

Os lugares de memória e a educação, fotos, vídeos e visitas técnicas: Cidade de Goiás e alguns museus de Goiânia (C-04).

Basicamente a história da construção de Goiânia e art deco. É permeado dentro de Geografia, no momento em que estudamos municípios (C-05).

Não trabalho no momento com os educandos em sala de aula, atuo com coordenadora de um Centro de Apoio à Inclusão- CEMAI (C-06).

Atualmente não estou trabalhando os temas propostos, pois não estou atuando em sala de aula diretamente, isto é, acompanho um projeto de formação para o primeiro emprego para menores aprendizes (C-07).

Atualmente estou na coordenação e na época do curso também, contudo coordenei na época todos os trabalhos voltados para o projeto e continuamos trabalhando e orientando os alunos sobre o que é Patrimônio Cultural de uma cidade (C-8).

Apesar de estar “fora de sala” de aula desde 2003, não deixei de incentivar a realização de projetos que valorizassem nossa história e cultura. Mesmo estando na direção desta unidade escolar, realizei o projeto com os alunos do Ciclo II e o mesmo foi estendido ao Ciclo III e EAJA. Passou a fazer parte da nossa proposta político pedagógica, quando desenvolvemos um projeto em 2005, 2006, 2007 e 2008, sobre a história e construção de Goiânia e a história da nossa escola (C-9).

Não estou trabalhando nenhum conteúdo (C-10).”

A 4ª questão foi a seguinte: *Você elaborou um projeto, que foi pré-requisito para a finalização de participação do curso. Escreva em linhas gerais, quais foram os objetivos que você propôs no referido projeto e se eles foram cumpridos .*

Antes de iniciar a análise das respostas das questões, fêz-se uma reflexão a respeito do conceito: projeto, com o objetivo de deixar clara a compreensão do termo, devida a sua importância no contexto escolar. Recorrendo-se ao dicionário Aurélio encontrou-se o seguinte verbete que trás a definição da palavra projeto: (do lat. *projectu,* 'lançado' para diante). S. m. 1. Idéia que se forma de executar ou realizar algo, no futuro; intento, desígnio. 2. Empreendimento a ser realizado dentro de determinado esquema.

Segundo Vasconcelos (2000, p.140), o projeto deve ter uma articulação viva com a prática pedagógica, é fundamental que o professor tenha uma participação direta com ele, desde a elaboração, até a execução final, contando com a interação dos outros professores e dos alunos.

Quando da elaboração do projeto, o professor deve ter a lucidez de que os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula não devem ficar limitados aos conceitos, informações, etc. Para que tenhamos uma formação integral da pessoa, necessário se faz articular este trabalho com o conhecimento - que é fulcral e até definidor da especificidade da contribuição da escola neste processo educativo - com outras dimensões, a saber, o desenvolvimento de habilidades e a criação de atitudes favoráveis...

Portanto, para que haja uma prática pedagógica de qualidade, se faz necessário utilizar a pedagogia de projetos nos planejamentos diários, tendo como suporte teórico a interdisciplinaridade e o trabalho coletivo.

Os professores responderam a respeito de seus projetos e dos objetivos:

“C-01): Projeto: Conhecendo a Casa de Pedro Ludovico; Objetivos: Despertar no aluno interesse em conhecer mais sobre a história de Goiânia; Valorizar o trabalho coletivo na construção da cidade de Goiânia. Realizamos visitas ao

local e pesquisamos sobre a vida de alguns personagens.

(C-02): Projeto: Memórias. O objetivo do projeto era iniciar a Educação Patrimonial na escola. Como o objeto de estudo era o coreto, conhecê-lo, sua importância social para valorizá-lo como monumento histórico.

(C-03): Projeto: Contando e Encantando com a Nossa História. Objetivo geral: Despertar o interesse dos alunos para o conhecimento crítico e a averiguação consciente do seu patrimônio, a fim de edificar a preservação sustentável desses bens e fortalecer os sentimentos de identidade e cidadania. Bom, na escola onde trabalho atualmente acho que conseguimos cumprir com esses objetivos de forma bem satisfatória.

(C-04): Projeto: Um novo olhar para o antigo contextualizando o novo. Objetivos: Despertar nos alunos o interesse de valorizar e preservar o antigo e o novo. Observar a arquitetura dos centros históricos de Goiás e Goiânia.

(C-05): Projeto: Visita ao Centro Histórico de Goiânia. O principal objetivo é levar o aluno a conhecer e valorizar o nosso patrimônio cultural, e não só no momento, mas até hoje valorizo, não só com os alunos, mas com as pessoas mais próximas a mim.

(C-06): Projeto: Nos tempos da Vovó. Os objetivos propostos visava possibilitar a compreensão da importância de se preservar o Patrimônio Cultural, oportunizando o conhecimento, reconhecimento, valorização e resgate de memórias, costumes e hábitos dos nossos antepassados.

(C-07): Projeto: Bairro de Campinas - Berço e Mãe da História de Goiânia. O objetivo deste projeto era resgatar, socializar e divulgar o complexo histórico e cultural do bairro de Campinas – Goiânia, aos alunos da última etapa do Ciclo II, do Ensino Fundamental da Escola Municipal Padre Pelágio, no Bairro de Campinas, considerados significativos para a população local e da cidade de Goiânia.

(C-08): Projeto: Memorial do Cerrado. Objetivos: Conhecer, valorizar e respeitar, conservando e preservando o Patrimônio Cultural da cidade onde moram. Os objetivos foram cumpridos e teve a participação de todos.

(C-09): Projeto: Museu Pedro Ludovico Teixeira. Teve como objetivo apresentar aos alunos a história desse pioneiro, para que eles conhecendo, pudessem valorizar a história da construção da nossa cidade. Desenvolver o prazer de buscar na história a compreensão do nosso presente. Valorizar, conhecer e respeitar nossos patrimônios. Foram cumpridos (objetivos), sem dúvida.

(C-10); Projeto: Vila da Saudade. Objetivos: Promover a observação, através de uma visita ao Memorial do Cerrado, focando a Vila Cenográfica e estimulando a percepção visual da mesma. Não foi possível concretizar, pois na época geraria ônus para os alunos.

A próxima pergunta, de número 5, é continuidade da nº. 4, por referir - se ao projeto elaborado, mas é a execução na escola, de todos os professores pesquisados, somente um não houve continuidade dos projetos elaborados, todos executaram, ou executam o mesmo projeto, ou outro que nasceu das idéias anteriores, o que mostra que houve interesse e um excelente aproveitamento do curso proposto pela RME, no ano de 2004.

Segue a pergunta feita: *Após quatro anos, houve execução do projeto que você elaborou na escola em que atua, ou atuou, com seus alunos? Explique a sua resposta.*

“No final do ano de 2004 realizamos várias atividades para a execução de projeto. Como não houve continuidade do curso e eu tive de ministrar aulas de Ciências não pude dar continuidade da forma que havia imaginado nos anos de 2005, 2006 e 2007 (C-01).

Eu mesma não executei, mas a Escola desde então do curso, inclui nos projetos executados pelos alunos e professores o projeto: Goiás, sua Cultura

e seus Valores, onde a Educação Patrimonial é inserida através dos conteúdos trabalhados (C-02).

Sim. Como eu disse na questão nº. 3, desde o ano de 2005, venho junto com a equipe em que trabalho executando o projeto elaborado durante o curso e reformulando-o de acordo com as necessidades da escola. A cada ano percebo uma maior participação dos professores, bem como dos alunos e freqüentemente escuto os professores comentando que gostariam de fazer este curso (C-03).

Dentro do nosso projeto político pedagógico está incluído a educação e preservação do espaço escolar (C-04).

Sim, foi um momento único e foi propiciado pelo curso. E neste ano pude retomar com os alunos da turma E, uma excursão pelo centro histórico com ênfase na art deco (C-05).

Onde elaborei o projeto, o mesmo foi executado na íntegra, de modo interdisciplinar, onde todas as áreas do conhecimento participaram ativamente do processo em si, culminando na ida ao Memorial do Cerrado e em uma Mostra de exposição (C-06).

No período em que estava na Escola Municipal Padre Pelágio, colocamos em prática a proposta neste projeto, apesar de não ter contado com o apoio dos colegas naquele momento (C-07).

Houve execução do projeto com sucesso e até hoje trabalhamos isso com os alunos, sempre que vamos aos museus. Inclusive na Escola Laurício Pedro Rasmussem, o projeto foi executado e, 2005, 2006, 2007, sendo que neste ano (2007), culminou com uma festa com a participação da SME (Secretaria Municipal de Educação) e até o prefeito Iris Resende esteve na comemoração do aniversário da escola e do bairro. Agora em 2008, o projeto continuou, revivendo a memória cultural da escola. O projeto foi tema da Mostra Pedagógica da SME em 2007(C-08).

Sim. Continuamos desenvolvendo projetos sobre Educação Patrimonial, tendo sempre como objetivo, valorizar o patrimônio em que está inserido, os espaços que usufrui. Aprendendo a amá-lo para que ele possa ser preservado (C-9).

Infelizmente não (C-10)."

A próxima questão de nº. 6 foi a seguinte: *Como foi a aceitação dos alunos da escola, em relação ao projeto que você desenvolveu? (Só responda se houver a execução).*

Notou-se que esta questão ainda está relacionada ao projeto elaborado e executado pelos professores, mas a referência é sobre a aceitação e o aproveitamento dos alunos em relação ao seu desenvolvimento. Das dez respostas, oito colocaram como ótimas, excelentes, os alunos aceitaram muito bem a participação e houve um envolvimento nos projetos. Dois professores não responderam à questão:

"A aceitação primeiro dos colegas para depois entrar com a proposta de sensibilizarmos juntos aos alunos. Tanto alunos do matutino, como do noturno aproveitaram de uma forma positiva todas as atividades desenvolvidas (C-01).

Não respondeu (C-02).

Na minha avaliação a aceitação foi ótima, apesar de alguns alunos terem reclamado muito das visitas em campo, terem sido divididas por equipes que em seguida fizeram a troca de experiências na escola. O motivo dessa divisão foi puramente financeiro. Seria interessante a Secretaria oferecer condições de transporte gratuito para os alunos (C-03).

Foi ótimo, pude ver nos olhos atentos dos alunos a mesma alegria e curiosidade que eu tive ao fazer o curso (C-05).

Foi extremamente positiva. Os professores acreditaram na proposta. Investiram nos dias de planejamento coletivo ao se apropriarem do trabalho em si, elaborando as metodologias que seriam aplicadas para a efetiva execução. Os alunos gostaram bastante, participaram com entusiasmo (C-06).

A aceitação dos alunos foi além do esperado, pois desbravamos a implementação da proposta na escola. Acredito que o aproveitamento por parte dos educandos também foi surpreendente, pois a curiosidade em desvendar as riquezas tão perto deles foi um dos pontos fortes da execução do projeto (C-07).

A aceitação foi ótima, todos colaboraram e o coletivo se mostrou disposto a continuar com o projeto (C-08).

Excelente. Houve um envolvimento muito grande, principalmente pelos alunos da EAJA e Ciclo III, história e geografia de Goiânia e da nossa escola. Houve muitos pontos em comum (C-09).

Não respondeu (C-10).

A questão nº. 7 refere-se a uma das propostas desta pesquisa, que é de reimplantação do curso de capacitação para os professores da RME, em 2009. Segue a pergunta: *Você considera positivo a reimplantação do curso de capacitação de Educação Patrimonial para os professores da Rede Municipal de Goiânia?*

Todos os professores responderam que sim, que esta iniciativa de reimplantar um curso tão importante e com a qualidade que demonstrou, em 2004, tanto na execução, quanto dos conteúdos desenvolvidos nos módulos, dos professores que ministraram os módulos, deve ter, sim, continuidade, devido ao interesse dos professores que ainda não fizeram o curso e também, que outros professores devem ter acesso aos conhecimentos referentes ao patrimônio cultural, para posteriormente mediar, discutir e levar estes assuntos para a sala de aula, com os alunos:

“Sim. Espero que mais pessoas tenham acesso a todas as informações que tivemos. E que aqueles que realizaram o primeiro curso possam aprofundar nos nossos conhecimentos (C-01).

Sim. Acho que todos os professores deveriam participar de um curso como este. (C-02).

Ouçõ sempre colegas perguntando sobre este curso e demonstrando grande interesse em fazê-lo, pois mesmo entre os professores o desconhecimento em relação a Educação Patrimonial é muito grande. Acredito que com um maior número de profissionais capacitados teríamos reais condições de implantar efetivamente uma Educação Patrimonial de qualidade (C-03).

Considero uma iniciativa muito positiva e importantíssima para a Rede (C-04).

Sim, pois todos merecem ter a mesma oportunidade que nós tivemos de ver uma cidade de outra forma (C-05).

Sem dúvida alguma, pois é de extrema importância se conhecer a história e a forma de vida de um povo, para que se desenvolva o respeito às diferenças e às diversidades culturais. Somente conhecendo que se é possível valorizar e cuidar (C-06).

Sim, tudo que contribui para a capacitação do profissional de educação é muito bem-vindo e principalmente quando trata-se do resgate histórico e cultural de nossa cidade (C-07).

Claro, pois foi através deste curso que a semente foi lançada e todos são sempre incentivados a conhecer, valorizar e respeitar a memória do lugar onde vivem (C-08).

Muito. É uma formação e tanto! (C-09).

Sim, com certeza, assim como eu tive uma grande aprendizagem, outros colegas provavelmente terão o mesmo aprendizado. Fico triste por não ter dado continuidade ao projeto, mas quem sabe isso acontecerá no próximo ano. (C-10)”.

A última questão, de nº. 8 foi a seguinte: *Este espaço está reservado para que você expresse algo que foi deixado de ser abordado ao assunto que estamos pesquisando.*

Abriu-se um espaço livre, para que cada professor expressasse o que quisesse, em relação ao assunto abordado na pesquisa. As respostas foram diversificadas, devido à liberdade de expressão que foi dada. De um modo em geral, os professores abordaram a importância da iniciativa da pesquisadora deste projeto em propor a reimplantação do referido projeto para 2009, elogiando e apostando neste futuro curso. Três professores não manifestaram nenhuma opinião. Os assuntos abordados foram bem diversificados.

Propuseram a organização de um grupo de estudo referente ao assunto (Patrimônio Cultural), a necessidade de se trabalhar esses assuntos com os alunos da RME. Houve a abordagem de um outro curso que dois professores fizeram no ano de 2007, promovido pela AGETUR, intitulado por Vila Cultural, que é um programa que visa revitalizar a área central de Goiânia.

Segundo o presidente da AGETUR, Barbosa Neto, o programa Vila Cultural envolve a construção da Casa do Turismo e a recuperação da infra-estrutura urbana do Centro da capital, faz parte da sua revitalização e prevê, entre outras ações, a demolição de todas as construções existentes ao redor do Teatro Goiânia e a restauração de prédios históricos construídos em art déco na área central da cidade. Os professores foram capacitados para serem multiplicadores nas instituições em que atuam como educadores.

Houve ainda, a abordagem de uma professora que tem a formação acadêmica em Artes e manifestou a sua opinião a respeito da inclusão desta área de conhecimentos em algumas ações da SME:;

“Que bom que alguém se preocupou (Da secretaria) em retornar um curso

tão importante como este!!! Se possível marque uma reunião geral com todos nós que fizemos o curso (de 2004). Era proposta do grupo de permanecer com grupos de estudos, em relação a alguns assuntos específicos (C-01).

Acho que a expectativa para um próximo curso é muito grande, espero que seja igual ou melhor que o primeiro, recheado de muitas novidades, já que o empenho para tal está sendo grande (C-02).

Na justificativa do meu projeto começo dizendo que a defesa e preservação do patrimônio histórico, cultural, ambiental, material e intelectual é uma tarefa extremamente importante em todos os setores da vida. Após colocar em prática este projeto e ver alguns frutos florescerem, reafirmo em meu íntimo a necessidade urgente de trabalharmos efetivamente com a nossa juventude. Constantemente estamos vendo na TV, os políticos falarem da implantação de ambiente informatizado nas escolas, porém, acredito ser mais urgente a implantação de uma Educação Patrimonial, pois assim, os alunos terão consciência plena do meio que os cerca preservando e valorizando sua escola, sua casa e sua cidade (C-03).

Não escreveu nada (C-04).

Acredito que esta pergunta seja melhor colocada as pessoas que pensaram e elaboraram o projeto. Somente um ponto: que aumente a carga horária do curso (C-05).

Sinceramente, não me lembro de nenhum aspecto que não fora abordado. Acredito que os de maior relevância foram contemplados (C-06).

Acredito que os temas abordados neste curso contemplaram a proposta da época. Hoje, talvez seria necessário aprofundar um pouco mais alguns temas abordados, a título de maior conhecimento. Desde modo, achei que não faltou nada para aquele momento (C-07).

Não sei se ficou algo sem ser abordado, mas este ano participei de outro curso que tratava do mesmo assunto, o: “ Vila Cultural “ , patrocinado pela

AGETUR e Secretaria de Cultura. Posso lhe garantir que o outro curso foi ótimo também e de excelente qualidade, tanto nas aulas, quanto no material didático e de grande interesse por parte dos professores participantes, o que vem mostrar que se o curso de Educação Patrimonial for reimplantado na rede, terá um público garantido (C-08).

Particpei recentemente de outro curso, organizado pela AGETUR e Secretaria de Cultura, até bem melhor e de mais qualidade do que o de 2004.

Porém nada impede que os organizadores deste projeto, busquem junto a esses órgãos parcerias, para que trocando idéias possam trazer mais qualidade ao curso. Tive a oportunidade de conviver com colegas de outras áreas, que faz as discussões serem mais profundas e ricas. Acredito que os mesmos devem ter tido sucesso, assim como eu, na implantação dos seus projetos em suas escolas. Mas nenhum projeto deste porte pode ser executado apenas por uma área, tem que ser um trabalho coletivo, abrangendo várias disciplinas. Acho que a SME, deveria, ao reimplantar esse projeto, não esquecer o quanto o profissional da área de Arte é importante. Não só para o desenvolvimento do projeto, mas como um elo que faz toda a diferença quando se trabalha com formação humana, com Ciclo de desenvolvimento humano. Valorizar, respeitar, resgatar, seduzir, instigar, criar... e tantas outras coisas é papel do Arte Educador. Nossa Rede está deixando isso de lado. Vamos rever essa questão, agora é conteúdo "indispensável" para os Ciclos I, II, III, EAJA e Educação Infantil. Espero ter contribuído de alguma forma. Sucesso nesse projeto! (C-09).

Nada a declarar (C-10).

12. AVALIAÇÃO

Ao final do curso, os educadores - participantes serão avaliados a partir do projeto a ser elaborado por eles. Espera-se que enfoquem temáticas das diversas faces do Patrimônio Cultural e utilizem metodologias que possibilitem o conhecimento de elementos essenciais que trazem em seu bojo, as diferentes formas de manifestações culturais entre outras abordagens que retratem conteúdos que despertem a consciência preservacionista e fortaleçam a noção de identidade com o Patrimônio Histórico Cultural.

Será exigida a frequência mínima de 75% e nota mínima de 7.0, no trabalho final, para obtenção do certificado, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

O desenvolvimento do curso, bem como o alcance de seus objetivos, será avaliado pela equipe de coordenação, por intermédio de relatórios produzidos na execução do projeto, apresentados pelos cursistas. Neles, será descrita a situação de aprendizagem, relacionada aos conteúdos abordados nos módulos, os conteúdos trabalhados na Unidade Educacional e as observações que julgarem necessárias.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de desenvolvimento desta pesquisa partiu do interesse da análise e do alcance das ações educativas voltadas para o Patrimônio Cultural, entendido como instrumento para o fortalecimento e para a construção da cidadania, da identidade, da memória e do sentimento preservacionista. Ela surgiu também para verificar o conhecimento dos educadores que atuam na RME acerca deste tema.

Notou-se, por meio desta pesquisa, que os professores têm desconhecimento a respeito da amplitude e das especificidades relacionadas ao tema Patrimônio Cultural. As ações educativas que se propõem implantar, por meio do curso de Educação Patrimonial servirão para dar instrumentos e subsídios aos educadores para levarem esses assuntos para serem discutidos e refletidos em sala de aula com os alunos.

Houve o interesse por parte dos professores em trabalhar esse tema, bem como avaliar a dimensão dos conteúdos apreendidos durante os encontros, a partir da abordagem metodológica utilizada para tal fim, que foi a análise qualitativa das respostas dos questionários aplicados durante a realização do curso de Educação Patrimonial.

A intenção de se aplicar tais questionários foi avaliar os resultados das ações educativas realizadas em anos anteriores. Pôde-se ver a viabilidade de um curso de capacitação de Educação Patrimonial na Rede Municipal de Educação, iniciado no ano de 2004 e não foi reeditado.

Pela análise qualitativa das respostas dos professores da EMPAT, percebeu-se que o curso acrescentou conhecimentos sobre os conceitos de Cultura, Patrimônio, Patrimônio Cultural. Colaborou também para o fortalecimento de suas identidades, na noção de amplitude das tradições culturais, presentes em diversas manifestações culturais. Algumas dessas categorias eram desconhecidas ou eram superficialmente conhecidas.

É importante salientar que há necessidade de se trabalhar com esses temas relacionados ao Patrimônio Cultural nas instituições escolares, tendo em vista que possibilitam fortalecer a relação das pessoas envolvidas com suas heranças culturais e estabelecem um vínculo afetivo desses com os bens culturais materiais e imateriais. Possibilita, desse modo, a criação de sentimento de pertencimento, trazendo para si a responsabilidade e o desejo de preservação desse patrimônio, fortalecendo a vivência de uma real cidadania.

Das abordagens feitas com os alunos da EMPAT, o que mais se destacou foi o processo de construção dos professores acerca, sobretudo, do conceito de Arqueologia. O termo deixou de ser algo inalcançável. Essa relação de proximidade com o patrimônio arqueológico se estendeu, também, aos alunos, que demonstraram um grande interesse nas aulas relacionadas ao tema, conforme se verifica nos anexos 4.

Janice Lima (2007, p.8) afirma que

a Arqueologia é uma atividade profundamente sedutora e o patrimônio arqueológico exerce grande fascínio sobre o público. Essa atração, quando bem canalizada pela educação, gera respostas muito positivas. O valor social desse patrimônio começa a falar mais alto, os indivíduos passam a ser identificar com ele, e cria-se a condição empática necessária para a sua proteção e defesa.

Nos discursos dos professores feitos sobre o patrimônio cultural, destaca-se também a apropriação de termos como preservação, o processo inter-relacional entre patrimônio público (oficial) e não-oficial, bem como a continuidade e assimilação de conhecimentos tradicionais (saber fazer), transmitidos de geração em geração. A memória também foi relacionada ao patrimônio arqueológico, quando se refere, entre outras, à herança material deixada para a humanidade. Vejamos isso em alguns relatos dos educadores:

Patrimônio Cultural é a identidade material ou imaterial manifestada de um povo, de uma sociedade, civilização em um tempo. É a memória viva de um povo. (A-06).

Patrimônio Cultural é a herança deixada por algum povo ou nação em relação às características de vida moral ou material que compuseram o estilo de vida de uma época. (A-09).

Ainda em relação ao discurso dos professores da EMPAT ressaltamos que houve envolvimento, participação efetiva no curso de Educação Patrimonial e adesão de outros professores que, indiretamente, foram seduzidos pelas atividades relacionadas ao Patrimônio Cultural e passaram a inserir tais conteúdos em suas aulas. Dessa forma, demonstraram que a educação patrimonial teve uma boa repercussão em relação ao envolvimento e à compreensão dos conteúdos, por parte dos educadores, pois mostraram uma prática pedagógica viável ao levarem para a escola as reflexões, articulando os saberes no processo de ensino/aprendizagem.

Assim, houve um redimensionamento da prática pedagógica da EMPAT e do planejamento coletivo. A rigidez em relação ao planejamento que acontecia individualmente, sem a articulação coletiva dos professores das áreas de conhecimento, que ora se apresentava como realidade nesta instituição, cedeu lugar a uma organização interdisciplinar, integrando as áreas de conhecimento para ajustar e integrar os conteúdos em torno de um eixo comum, referente ao Patrimônio Cultural.

Para efetivar o interesse em expandir o curso para outras instituições escolares, será apresentada junto à Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, a proposta de reimplantação do curso de capacitação de Educação Patrimonial para os professores da RME.

A partir da avaliação das respostas dadas pelos professores da SME, percebe-se com clareza a possibilidade de retomada do curso de capacitação de Educação Patrimonial na rede municipal de educação do município de Goiânia:

Ouçõ sempre colegas perguntando sobre este curso e demonstrando grande interesse em fazê-lo, pois mesmo entre os professores o desconhecimento em relação a Educação Patrimonial é muito grande. Acredito que com um maior número de profissionais capacitados teríamos

reais condições de implantar efetivamente uma Educação Patrimonial de qualidade (C-03).

Considero uma iniciativa muito positiva e importantíssima para a Rede (C-04).

Sim, pois todos merecem ter a mesma oportunidade que nós tivemos de ver uma cidade de outra forma (C-05).

Sem dúvida alguma, pois é de extrema importância se conhecer a história e a forma de vida de um povo, para que se desenvolva o respeito às diferenças e às diversidades culturais. Somente conhecendo que se é possível valorizar e cuidar (C-06).

Alguns pontos positivos e negativos podem ser conferidos:

O curso foi ótimo, com um farto material didático e de ótima qualidade, o que contribuiu muito para a valorização do curso. Após quatro anos, lembro-me apenas dos pontos positivos, mas colocaria como ponto negativo a falta de continuidade do curso (C-08).

Assim, a educação patrimonial é um dos meios de formação da consciência educadora para que os professores possam se tornar profissionais sensíveis para a questão do Patrimônio Cultural brasileiro. Assim, a educação patrimonial pode contribuir para que a cidadania seja exercitada e se fortaleça a relação dos atores envolvidos com os bens culturais. Os professores podem atuar e mudar suas práticas pedagógicas, despertando para que os conteúdos sejam inseridos em seus planejamentos. Em contrapartida, espera-se que eles viabilizem as condições para que tais conteúdos cheguem até os alunos, com abordagem transversal, por meio de aulas diversificadas e lúdicas, bem como contribuam para reflexões maduras.

Ao serem mediadores do processo de ensino/aprendizagem dos conteúdos que são abordados e relacionados ao Patrimônio Cultural, os educadores terão a possibilidade de articular atividades que envolvam a Educação Patrimonial com abordagens interdisciplinares. Essas ações serão efetivadas por meio da implantação do curso de capacitação para os professores da SME, que se propõe, a

partir do ano de 2009, com a previsão de ampliação nos três anos seguintes, ou seja, até 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1995.

BARBETA, Pedro Alberto. **Estatísticas aplicadas às ciências sociais**, 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

BEZERRA de Almeida, M. - **O Australopiteco corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências - Concentração em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, USP, São Paulo, 2002.

_____ Educação [Bem] Patrimonial e escola. In: Najjar Carrijo, S. Educação se faz (na) política. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 226.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 47 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar - Ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, Rj: Vozes, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. 9 ed, Petrópolis, Rj, 2007.

_____ **Primeiras lições sobre a sociologia**. Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 2003.

CAFÉ, Maria Helena. Pessoa humana – Identidade. Curso de professores de Bela Vista de Goiás. 2000.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura e patrimônio histórico. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/ Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

CUNHA, Danilo F. S. Patrimônio Imaterial. IN: Patrimônio Cultural - Proteção legal e constitucional. Rio de Janeiro: Letra Legal. 2005.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus, 1989.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Organização de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. (org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 12 ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

_____. (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 6 ed. São Paulo: Editora Moraes. 1986.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda - Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade**: as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira, Grunberg, E. A.Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro. 2004.

HOBSBAWN, Eric e Terence Ranger (Organizadores). **A invenção das tradições**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Janice Shirley Souza. **Mediações culturais com o patrimônio arqueológico, material de apoio à ação patrimonial**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém - PA, 2007.

LIMA, Tania, Andrade (org.) Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação, **In: Revista do patrimônio-histórico e artístico nacional**, n. 33, Brasília- DF, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar** - Fundamentos Teóricos- Metodológicos. 14 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

MACHADO, Nilson José. **A universidade e a organização do conhecimento: a rede, o tácito, a dádiva**. São Paulo: ed. Superior, Serviços e estudos avançados, 2001.

MANSO, Celina Fernandes Almeida, (Organização). **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento**. *Goiânia*: Seplan, 2004. Vol.1.

MEC/SEEC (eds.): **Sinopse estatística do ensino primário – 1972**, Rio de Janeiro, 1973.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. **Identidade cultural e arqueologia: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n. 20, 1984.

MINAYO, M. Cecília (org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis. 18 ed. 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO. 2003.

NÓVOA, Antônio (Org.). **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Publ. Dom Quixote, p.25, 1995.

PCNs. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PCNs. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PCNs. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: bases legais**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

PIAGET, VYGOTSKY, WALLO. **Teorias psicogenéticas em discussão/ Yves de la Taille, Marta Koht de Oliveira, Heloysa Dantas**. – São Paulo: Summus, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social. Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine. **O pequeno príncipe**. Rio de Janeiro, 33 Ed., 1988.

SILVA, Eurides Brito da (org.). **A educação básica pós- LDB** . São Paulo: Pioneira, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença** - A perspectiva dos Estudos Culturais. 4 ed. Petrópolis Vozes, 2005.

TAVARES, Dirce Encarnacion. *A interdisciplinaridade na contemporaneidade-qual o sentido? In: Ivani Fazenda (org.) O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VARINE-BOHAN, H. **Patrimônio cultural: a experiência internacional. Notas de aula, São Paulo: FAU –USP, 1974 Mimeografado.**

VIANA, s.; Barbosa, M, O; Mello, P. j. C. **Relatório parcial do sítio arqueológico vale dos sonhos**. Goiânia: IGPA/UCG, 2002.

VIANA, S. A. e SOUZA, M.A. **Projeto de levantamento do patrimonio arqueológico e histórico-cultural, na área impactada pela implantação das adutoras de água, da estação de tratamento de água e a estação de bombeamento, "Booster" ETAG, do sistema de abastecimento do Rio João Leite**, IGPA, UCG. Goiânia, 2007.

Legislação Consultada

DECRETO- LEI nº .25, de 30 de novembro de 1937- IPHAN

LEI nº. 3924, DE 26 DE Julho de 1961- Brasília

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Resolução CONAMA Nº. 0001, de 23 de Janeiro de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Portaria nº. 230, de 17 de dezembro de 2002, do Departamento de Proteção, do IPHAN

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº. 5.692 de 1971

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº. 9.394 de 1996

Plano Diretor do Município de Goiânia, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1

Projeto do Curso de Capacitação sobre Educação Patrimonial (Para os Professores e Alunos da EMPAT)

1. APRESENTAÇÃO

O projeto de pesquisa que se apresenta tem o objetivo de trabalhar a Educação Patrimonial no *lócus* escolar localizado próximo à área da Adutora do Ribeirão João Leite, na região Norte do município de Goiânia, cumprindo assim a legislação em nível nacional acerca da preservação do Patrimônio Arqueológico em área de impacto ambiental. A referida área, é contígua àquela impactada pela Barragem do Ribeirão João Leite, onde foram registrados e estudados 23 sítios arqueológicos pré-históricos, sendo 13 sítios históricos. Esse sítios foram trabalhados durante a implantação do projeto de levantamento e resgate do patrimônio arqueológico, desenvolvidos por Viana e Barbosa (2004), em convênio entre a UCG/Fundação Aroeira e SANEAGO.

O objetivo desse projeto é de realizar, em duas etapas, ações educativas que promovam a valorização do Patrimônio Histórico Cultural, em especial, aquele localizado no Estado de Goiás. A primeira etapa consiste em oferecer um curso de capacitação para professores, sobre a Educação Patrimonial, com a carga horária prevista, de 40 horas. O trabalho se desenvolverá com 11 educadores que trabalham no turno matutino, que atuam no Ciclo III, da Escola Municipal Professor Aristoclides Teixeira (EMPAT).

Os participantes do curso serão os multiplicadores para a realização da segunda etapa, que acontecerá através da realização de oficinas lúdicas pedagógicas, palestras, visitas a sítios arqueológicos, enfim, atividades práticas e teóricas com os alunos da turma H-01, do Ciclo III, do turno matutino.

O curso ressaltará a importância da Educação Patrimonial como forma de resgatar a identidade e a memória histórica, procurando conhecer e valorizar a comunidade local através da reflexão da problemática cultural presente na região. Em todas as etapas, no início e no final de cada uma, haverá a aplicação de questionários com os professores e os alunos, visando compreender e avaliar os resultados.

É importante, ainda, ressaltar, que nesta etapa, que o educando enquanto indivíduo social, após adquirir as noções sobre a importância sobre o patrimônio

cultural, seja capaz de sentir-se pertencente a um grupo social. É de fundamental importância que a sua identidade cultural seja compartilhada, através da interação com outros membros, de forma que seus costumes, tradição, suas heranças culturais, crenças, sejam compartilhados, estabelecendo um melhor relacionamento deles com os bens culturais, percebendo a responsabilidade de cada indivíduo da comunidade de valorizar e de preservar o patrimônio cultural, fortalecendo assim, as suas relações sociais.

2. JUSTIFICATIVA

Esse projeto: Curso de Educação Patrimonial para os professores e alunos da EMPAT, além de cumprir uma exigência legal determinada pela Portaria 230, do IPHAN, promulgada em 2002, tem um caráter social, junto à comunidade localizada próxima a área de impacto da adutora.

A palavra “patrimônio” tem sua origem etimológica derivada do latim *pater*, que significa pai, e *nomos* que significa lei, usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família, quanto de uma cidade. A herança de família geralmente a paterna, aquela em que os bens materiais são transmitidos de geração em geração, de pai para filho, sendo o termo utilizado, até atualmente, como herança social na França, Pós-Revolucionária, (séc. XVIII), no contexto da Revolução Francesa, quando o Estado resolveu proteger as antiguidades nacionais que tinham grande significado histórico para a nação. Essas ações européias constituem-se nas primeiras medidas de proteção ao patrimônio pelo Poder Público. Assim, esse conjunto de bens, nominados como herança do povo de uma nação, resultantes das suas respectivas experiências, coletivas ou individuais e vivenciadas por um grupo social para se tornarem perpétuas, passou a se chamar de Patrimônio Histórico Cultural.

A concepção histórica do Patrimônio Cultural de um determinado local, seja ele tangível ou não, é visualizada enquanto recurso imprescindível de partilha individual e coletiva, de memórias e materializada pelos atos individuais e coletivos que despontam com melhorias eficazes no seio da comunidade. Não apenas participando de sua destruição ou conservação, mas há implicitamente uma relação aberta de controle, proposição ou de iniciativas patrimoniais, que dão sentido à comunidade (VARINE, 1974, p.4).

O termo Educação Patrimonial, veio da tradução do *Heritage Education* (expressão inglesa) que foi adaptada ao Brasil a partir de longos debates sobre o tema e também da necessidade de se preservar o Patrimônio Cultural. Então, no 1º Seminário sobre o uso educacional de museus e monumentos, realizado em 1983,

no Museu Imperial de Petrópolis, RJ, surgindo nesse evento, o princípio básico que norteia o trabalho da Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho individual e coletivo. A partir da experiência do contato direto com as evidências e manifestação de cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar às crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA et al , 1999, p. 6).

A discussão sobre o patrimônio no Brasil intensificou-se no início da República, momento em que emergem novos grupos sociais, as cidades cresceram de maneira intensa, houve a reorganização da estrutura produtiva, que era basicamente agrária, a economia brasileira anuncia-se para a substituição das importações e a reorganização da estrutura produtiva. O movimento modernista lança as bases da discussão sobre a dependência cultural e o nacionalismo. Nesse contexto, as discussões sobre a identidade nacional traduzem-se na preocupação com o patrimônio histórico nacional, implementado por uma nova elite da base que se opunha ao predomínio das elites agrárias (GONÇALVES, 1996, p.39).

A respeito da legalidade que garante a proteção do Patrimônio Histórico Cultural, houve ainda a criação da Lei Federal nº.3.924, de 26 de Julho de 1961, Art. 13, que diz: A União, bem como os Estados e Municípios mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interesse da arqueologia e da pré-história em terrenos de propriedade particular... Tornando, assim, obrigatória no Brasil a realização de pesquisas previamente à destruição de sítios arqueológicos.

Diante dessas perspectivas, a respeito da Educação Patrimonial, representada pelo Patrimônio Histórico e Arqueológico e da confirmação que o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens e fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA et al, 1999).

A proposta desse projeto, dividido nas duas etapas já mencionadas, contempla uma abordagem mais específica apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos Temas Transversais, no volume 10 e do Volume específico para o Terceiro e Quarto Ciclos (1ª e 2ª Partes), do Ensino Fundamental, ambos intitulados como Pluralidade Cultural.Os PCN's,

É uma proposta do Ministério da Educação, proposto em 1998, que é um documento que tem a intenção de servir de apoio às discussões e ao desenvolvimento de projeto educativo das escolas brasileiras, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento das aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos ... (pág.6-PCN), sendo considerada flexível, o que possibilita mudanças, ampliando a inserção de novos conteúdos, de acordo com o contexto que será trabalhado. sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta et al, 1999, p. 6).

A viabilização ou implantação desse projeto, então facilitará para os educadores da escola pesquisada (EMPAT), a utilizarem novas propostas pedagógicas, diferentes procedimentos, linguagens e fontes de informação e recursos didáticos em seus planejamentos, facilitando, assim, o acesso dos alunos ao conhecimento e entendimento do que seja o Patrimônio Cultural. Segundo o educador Paulo Freire:

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta a minha responsabilidade com os homens (2001, p.20).

Os alunos da turma piloto, da referida escola, participarão na segunda etapa do projeto, através das ações pedagógicas que serão ministradas pelos professores que foram capacitados no curso de Educação Patrimonial. Esses professores serão mediadores neste importante processo, com a implementação de ações educativas de investigação, apropriação e valorização do Patrimônio Histórico Cultural, despertando nos alunos o interesse em aprender, de valorizar a cultura local e reconhecer seu próprio patrimônio cultural. Assim, perceber-se integrante, pertencente, reconhecendo aquilo que é seu, como agente transformador, percebendo que o Patrimônio Cultural é um bem coletivo com uma identidade coletiva, que sendo agente participativo desse processo educativo, percebendo, assim, que os bens culturais lhes pertencem e que é necessário a sua preservação.

Essa noção de preservação, não é um hábito arraigado, o que se pretende é um eterno construir, conscientizando-os, e também seus familiares e amigos mais próximos, através da sua sensibilização. Manso, considera, no trabalho da Educação Patrimonial, que:

Para ter sua identidade, o ser humano tem de se reconhecer naquilo que é seu e, posteriormente, preservar os patrimônios individuais que interferem em seu dia-a-dia, há a necessidade de que lhe seja solicitado que se conscientize também da necessidade de preservar o patrimônio cultural, que muitas vezes passa despercebido, apesar de sua exposição constante, quando se trata do patrimônio físico. Cabe à escola, além de outras instâncias, sensibilizar o cidadão para a consciência dos bens patrimoniais. Essa sensibilização é muito eficaz quando se concretiza durante a infância do indivíduo, que carregará consigo essa consciência do bem cultural (patrimonial) de seu lugar de origem ou vivência e por certo cuidará de sua preservação. (Horta et al, 2004 ,p.75).

Assim, essa pesquisa, em suas duas etapas, se constitui num instrumento importante de novas alternativas visando contribuir com a disseminação do Patrimônio Cultural de nosso país e consolidação da Educação Patrimonial como instrumento imprescindível do desenvolvimento da consciência de preservação desse Patrimônio Cultural, da identidade e memória, tanto dos professores, quanto dos alunos e da sociedade da qual todos estamos inseridos.

2.1 Potencial Arqueológico do Entorno da Área de Impacto da Adutora do João Leite

Pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas áreas de Impacto próximas à Adutora do João Leite apontam um alto potencial arqueológico que estão presentes na região.

No que se refere à ocupação rural da região, deve-se notar que ocorreu uma ocupação mais antiga. Nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto “Levantamento e resgate do patrimônio arqueológico da barragem no ribeirão João Leite” (VIANA e BARBOSA, 2004), foi identificado um conjunto de sítios cuja ocupação inicial remonta à segunda década do século XIX, indicando a presença desse tipo de assentamento em um momento anterior à cidade de Goiânia.

Considerando esse contexto, há pelo menos duas possibilidades, no que se refere à identificação de evidências materiais ligadas ao patrimônio histórico-cultural na área de influência do empreendimento. Uma primeira possibilidade liga-se à existência potencial de assentamentos rurais da segunda metade do século XIX ou início do século XX. Uma segunda possibilidade liga-se à identificação de processos de expansão urbana da cidade de Goiânia. Ainda que esse seja um evento relativamente recente, será possível, ao longo desta pesquisa, acrescentar conhecimentos sobre a dinâmica urbana da cidade.

Em um contexto mais amplo, pode-se considerar que esta pesquisa pode permitir identificar a história ocupacional dessa região, que pode ter passado de uma vocação rural, possivelmente iniciada ainda no século XIX, para uma vocação essencialmente urbana, já a partir da primeira metade do século XX, precipitada pela fundação de Goiânia.

Fazendo-se um breve panorama acerca das informações arqueológicas disponíveis nessa área e inserindo-as num contexto regional mais amplo, observou-se que o potencial arqueológico da região é bastante importante para uma compreensão mais ampla da ocupação pré-histórica na região. Em termos de ocupação pré-histórica, verificou-se na área a presença marcante de vestígios culturais da tradição Aratu (CALDERAN,1969). Ressalta-se que sítios arqueológicos da Tradição Aratu estão localizados em vários estados brasileiros, desde o litoral dos estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e em Goiás, no interflúvio dos rios Araguaia e Tocantins e, no sul, até o rio Paranaíba (Shmitz et al.1982 e Wüst,1983).

Na região da Barragem do João Leite também verificou-se uma hierarquia de assentamentos, representada por sítios funcionalmente distintos, onde se destacam os sítios habitação e aqueles formados pelo desempenho de atividades específicas. Na região o assentamento arqueológico que mais expressa essas características é o Sítio Bananeira, com cerca de 300.00 m² e cujo período de ocupação, segundo datações radiocarbônicas, é do século XIV. Os demais sítios pré-históricos apresentam período de ocupação referente aos séc. XI e XII.

A cultura material cerâmica dos sítios da área da Barragem do João Leite está em consonância com os demais sítios da Tradição Aratu, sendo representada por vários tipos de vasilhames utilizados como tralha doméstica, além de grandes e profundos recipientes periformes, esféricos ou elipsóide, que comportam dezenas de litros. Materiais cerâmicos de sítios localizados em outras áreas, como o sítio Vale dos Sonhos, da mesma tradição cultural, situado na área urbana de Goiânia, demonstram que esses grandes recipientes também poderiam ter sido utilizado para enterrar seus mortos (Viana, Mello; Barbosa, 2003).

Sabe-se que pesquisas arqueológicas realizadas em áreas de pequeno-médio porte e artificialmente delimitada, como é o caso daquela desenvolvida por ocasião da Barragem do Ribeirão João Leite, não conseguem captar todo o sistema territorial de ocupação no qual grupos humanos em tempos passados estiveram envolvidos. Esse universo é possível de ser apreendido quando se trabalha em áreas maiores, quando há possibilidade de investigar sistemas de assentamentos, áreas de captação de recursos, entre outros. Por outro lado, áreas em escalas menores podem gerar informações científicas "pontuais", mas qualitativas que irão contribuir para o cenário da pré-história regional. Assim, espera-se que os materiais arqueológicos a serem pesquisados na área impactada pela implantação da adutora, possam se concretizar em dados contextuais acerca do processo de ocupação pré-histórica da região.

É importante ainda ressaltar, a importância da caracterização mais detalhada das áreas de entorno dos sítios arqueológicos, com o objetivo de detectar possíveis fontes de matéria-prima, em especial, rochas para a produção de instrumento, assim, como argila, para confecção de vasilhames cerâmicos. Na região prospectada da barragem do Ribeirão João Leite, área limítrofe da implantação da adutora, foram detectados alguns possíveis pontos, mas que logo foram descartados dada a má qualidade da matéria-prima, no entanto, a presença de sítios arqueológicos com instrumentos lascados e polidos em matéria-prima de boa qualidade aponta para a necessidade de uma investigação mais extensiva na área. Também sobre o material cerâmico, foram detectadas algumas fontes de argila, mas que parecem não corresponder ao total da produção dos sítios da área. Nesse sentido, é possível que os territórios dos grupos que ocuparam os sítios

encontrados na área do lago a ser formado com a barragem do João Leite sejam maiores do que aquele arbitrariamente delimitado para o empreendimento. Assim, a possibilidade de trabalhar em área contígua ao referido empreendimento, significa, dentre outras questões, a possibilidade de uma intensificação da pesquisa na área de entorno.

3. OBJETIVOS

Os objetivos a serem alcançados, nas 1ª e 2ª etapas, são:

1. Contribuir para o desenvolvimento da consciência preservacionista dos professores e alunos, visando o fortalecimento de sua identidade, com o Patrimônio Histórico Cultural e Arqueológico.
2. Incentivar o reconhecimento, o resgate e a apropriação de bens culturais, pela comunidade escolar (professores e alunos) e, de forma indireta, a comunidade que é diretamente envolvida.
3. Sensibilizar os professores e alunos, facilitando a percepção, o conhecimento e a valorização do patrimônio histórico, cultural e arqueológico, via oficinas de Educação Patrimonial, dos diversos grupos sociais a serem preservados por todos, incluindo a comunidade local.
4. Fortalecer a relação das pessoas envolvidas, em especial, os alunos da comunidade escolar, com suas heranças culturais, suas crenças, seus valores, estabelecendo um melhor relacionamento deles com os bens materiais e imateriais, percebendo a responsabilidade de valorização e preservação do Patrimônio, promovendo a vivência real com o imaginário popular, a identidade cultural e a promoção de sua vivência e cidadania, integrando-se com o Patrimônio, desenvolvendo, assim, o sentimento de pertencimento.
5. Contribuir para a formação dos professores como multiplicadores da região através da Educação Patrimonial, tornando-os sujeitos ativos e conscientes de seu papel, tornando-os atentos com seu entorno, exercendo de fato sua cidadania, sendo condição primeira para a transformação social.
- 6- Capacitar e instrumentalizar os professores do Ensino Fundamental, do Ciclo III, da EMPAT, localizada próximas às áreas de impacto das adutoras de água do

Ribeirão João Leite, para atuarem como multiplicadores do Patrimônio Cultural na perspectiva da Educação Patrimonial.

7- Estimular o debate sobre a inclusão da Educação Patrimonial na Rede Municipal de Educação de Goiânia, nos currículos do Ensino Fundamental, numa perspectiva interdisciplinar.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Políticas Públicas acerca do Patrimônio Cultural

A ação oficial de preservação do patrimônio no Brasil, teve seu início com a criação do Ministério de Educação e Cultura, no governo Getúlio Vargas, em 1937, e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo à frente Mário de Andrade e depois, Rodrigo de Melo Franco (CHAUÍ, 1992).

O Decreto-Lei nº. 25 de novembro de 1937, configurado pelo jurista Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi o primeiro instrumento jurídico brasileiro sobre patrimônio, que constitui a norma legal que instituiu a proteção do Governo Federal aos bens de interesses, incluindo aí o acervo histórico patrimonial. Esse Decreto normatizou a atividade de preservação, assinalando o pioneirismo do país em relação à América Latina, delimitando esferas de atuação, critérios de tombamento e estabelecendo os direitos individuais de propriedade sobre os bens móveis e imóveis. Nele encontramos a seguinte definição de patrimônio:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por se achar vinculados a fatos da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico ou artístico.

No Brasil, as primeiras iniciativas de proteção do patrimônio cultural se deram o Estado do Paraná e remontam o ano de 1938, com o tombamento nacional de inúmeros bens, entre eles, edifícios e acervos museológicos, tais como a Igreja de São Francisco das Chagas, em Paranaguá, a Fortaleza da Ilha do Mel, a Matriz de Guaratuba, a Casa Lacerda na Lapa, entre outros. (Bezerra, 2002).

Destaca-se a criação da Lei Federal nº. 3.924, de 26 de Julho de 1961, Art. 13, que diz: A União, bem como os Estados e Municípios mediante autorização federal, poderão proceder a escavações e pesquisas, no interesse da arqueologia e da pré-história em terrenos de propriedade particular [...] Tornando, assim, obrigatória no Brasil a realização de pesquisas previamente à destruição de sítios arqueológicos (Machado, 2004).

No que diz respeito especialmente sobre a proteção do Patrimônio Arqueológico, ela está prescrita na forma de leis federais, estaduais e municipais (presentes em alguns estados) ou recomendações para os países que são membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, do qual o Brasil faz parte, e de conselhos como o *International Council on Monuments and Sites* – ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) de 1965, voltados para a proteção do patrimônio cultural mundial. Então, esta recomendação que define os princípios internacionais a serem aplicados em matérias de pesquisas arqueológicas, bem como a recomendação de Nova Délhi, resultante da Conferência Geral da UNESCO de 1956, consideram que “[...] a história do homem implica no conhecimento das diferentes civilizações” (CURY, 2000:70).

A Constituição Federal, promulgada em 1988, em seu artigo 216, Título VIII (da Ordem Social), Capítulo III (da Educação, da Cultura e do Desporto), Seção II (da Cultura) considera como integrantes do patrimônio cultural do Brasil as referências culturais de todos os grupos formadores da solidariedade brasileira, reconhecendo assim a sua composição pluriétnica:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Grifo nosso).

Situando o presente projeto na Política Nacional do Meio Ambiente e do Sistema Nacional do Meio Ambiente, mediante a Resolução nº. 001, de 23 de Janeiro de 1986, constatamos que o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, criou a obrigatoriedade da elaboração dos Estudos de Impactação Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para iniciar-se o processo de licenciamento para a implantação de uma série de empreendimentos

potencialmente danosos ao meio ambiente. O Patrimônio Cultural está contemplado nessa Resolução, que considera:

Os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade como parte do meio sócio-econômico, e que portanto devem ser tratados pelos processos contidos na lei como previsão de impactos negativos e proposição de medidas mitigadoras. Essa pesquisa tem sido chamada de “arqueologia de contrato, ou ainda “arqueologia de salvamento”, tem sido prática desenvolvida no âmbito empresarial, contribuindo para o aumento do número de sítios arqueológicos cadastrados no país.

Diante dessa visão de preservação e de proteção do Patrimônio Cultural, emite a Portaria 230, de 2002 é emitida pelo IPHAN, onde considera a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, com empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico, desse modo, faz saber que são necessários vários procedimentos para a obtenção das licenças ambientais, e a realização da Educação Patrimonial com a comunidade, referentes à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas no país, instituiu :

1º- Art.1-Nesta fase, dever-se-à proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

Art. 7º O desenvolvimento dos estudos arqueológicos ... em todas as suas fases....do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial, os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma.

Esta Portaria (230) vem disciplinar de forma clara os procedimentos arqueológicos a serem executados por qualquer requerente que deseje realizar empreendimentos potencialmente causadores de danos a matriz finita do Patrimônio Cultural Arqueológico.

No âmbito do Estado de Goiás, as primeiras medidas de preservação do Patrimônio Cultural ocorreram com a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico, em 1948, juntamente com a Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, por meio da Lei Estadual nº. 112 de outubro de 1948.

Até o início do século XX, as principais manifestações culturais observadas no Estado de Goiás eram relacionadas a arte e cultura, como saraus, jograis, artes plásticas, literatura, arte culinária e cerâmica - além de um ritual único no Brasil, a Procissão do Fogaréu, realizada na Semana Santa na antiga Capital goiana, que teve origem no ano de 1745.

A nova capital do Estado, projetada em 1935 pelo urbanista Atílio Correia Lima, possui um acervo arquitetônico considerado como um dos mais significativos do país. Construído nas décadas de 40 e 50, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pela portaria de número 507 em 18 de novembro de 2003.

Ainda, falando de importantes patrimônios históricos do estado de Goiás, da década de 30, temos em Anápolis que possui apenas nove monumentos considerados, por Lei, patrimônio histórico. Dentre eles a Estação Ferroviária Central, que foi tombada pela Lei 1824, no ano de 1991, juntamente com a Casa de Zeca Batista, hoje Museu Histórico; o prédio da atual escola de Artes, antiga Cadeia, e o atual Palácio da Cultura, que já foi a Prefeitura Municipal e Fórum da cidade. De todos estes patrimônios históricos certamente a Estação é a que se encontra em pior estado de conservação.

Em estilo Art Déco ela foi inaugurada em 1935 e é tida pelos historiadores como o maior símbolo do desenvolvimento econômico da cidade. Notadamente na década de 30 ele influenciou diretamente no crescimento do comércio e da agricultura comercial, o que favoreceu o crescimento urbano e fez de Anápolis o maior centro comercial de Goiás.

4.2 Referencial teórico

A Arqueologia é um instrumento, duplamente, importante para a Educação. Em primeiro lugar porque ao tratar de questões que implicam o estudo de diferentes culturas através da cultura material, permite aos alunos o reconhecimento de sua

própria identidade cultural. Em segundo lugar, como disciplina científica, a Arqueologia pode contribuir sobremaneira para despertar o interesse dos educandos pela ciência de uma maneira geral, sendo um ponto fundamental para o desenvolvimento de um espírito crítico em relação à realidade.

A inclusão da Arqueologia em projetos educacionais nas escolas é favorecida por vários fatores, entre eles: sua natureza interdisciplinar, a fascinação que exerce sobre as crianças e sua forma de investigação. A partir desses fatores, é possível a elaboração de atividades que atendam a propósitos da Arqueologia (Bezerra, 2004).

Com o objetivo de subsidiar a compreensão do estudo referente ao Patrimônio Cultural e Histórico, de forma coerente alusivas às questões do processo educacional, incluindo a Educação Patrimonial, a arqueologia pública, a partir de 1987, desenvolveu-se sobre esta temática uma literatura devotada à relação entre o Patrimônio Arqueológico e à etnicidade, ao nacionalismo, à identidade cultural e à política, imbricando-se com as questões materiais, surgindo das relações ideológicas entre a exploração, dos conflitos econômicos e das lutas políticas, conflitando-se com a ética, engajando-se socialmente, o que nos auxilia na viabilização neste projeto, porque suas diretrizes englobam um conjunto de ações e reflexões que objetivam saber a quem interessa o conhecimento por ela produzido, com um mínimo de autenticidade. Sendo assim,

Busca compreender de que forma as pesquisas realizadas afetam a sociedade em que está inserida, e em como estão sendo apresentadas à sociedade, e desta forma, tendo um compromisso profissional de demonstrar uma arqueologia que é instrumento na construção de sua memória, de sua história, de sua identidade e de sua cidadania. (Funari , 2002).

Segundo AZEVEDO (1999), o espaço público é a área onde a memória se constrói e é produzida, mantida e transformada. É ela quem fornece a matéria-prima para a construção do passado e para sua constante atualização. É no domínio público que os indivíduos tecem suas redes de significado com os símbolos a sua volta e constroem suas histórias e seus referenciais.

Para Jeudy (1990) os sítios arqueológicos fazem parte desses referenciais por duas vias. A primeira, porque remete-se ao passado e são, portanto, parte da história, da memória daquela comunidade. A segunda via, embora remetam ao passado, eles estão inclusos no presente. Eles fazem parte não da paisagem antiga, mas da paisagem atual. É pelos vestígios, pelas ruínas, que os indivíduos elaboram suas representações do passado. Esses elementos materiais que se perpetuam na paisagem não são, em si, a memória, mas a sua fonte constitui a sua base material para a edificação do imaginário histórico.

Bradford (apud, BEZERRA, 2002), diz que o patrimônio arqueológico é parte da memória do povo e um dos seus símbolos de identificação. O cidadão, contudo, não conhece e não se reconhece nesse patrimônio, a memória coletiva parece ser obscura no caso brasileiro. A falta de identidade do povo brasileiro com o patrimônio arqueológico advém do fato de que a maior parte do povo ignora suas raízes e suas origens recentes e mais antigas no caso da pré-história. Acredita-se, entretanto, que o problema não está no desconhecimento, e sim na forma como se conhece e, por consequência, se conhece a linha histórica da nação.

Ainda, segundo o referido autor, a percepção do patrimônio, da memória e da identidade é, no caso do Brasil, um reflexo da imagem que o povo brasileiro tem do nosso país. Nela, os conflitos, as contradições, as diferenças, encontram-se camuflados sob a representação da homogeneidade, da unidade. Podemos dizer que não somos um povo sem memória, mas um povo que não participa ativamente da construção de sua memória e, por essa razão, não se identifica com o patrimônio cultural de forma ampla. Apesar disso, é preciso que a comunidade tenha consciência do significado do patrimônio na construção de sua identidade.

Conforme dito, é preciso nos manter à tona e desmentir a velha crença popular de que o “brasileiro não tem memória”. Acredita-se que o problema esteja ligado à não participação do cidadão na construção dessa memória. Não se trata, portanto, de esquecer, mas de não ter por que e por quem lembrar.

BOSI (2006), a respeito da memória, enfatiza que é preciso reconhecer que muitos de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os

outros, com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossos que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal.

Para além da formação da memória, Halbwachs (2004 p.76-78) aponta:

As lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Podemos criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica.

A lembrança “é uma imagem engajada em outras imagens”. Ou ainda, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 2004: pp. 75-6). Desta forma, segundo este autor, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista. Pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso passado.

A identidade é construída historicamente, portanto, do entrelaçamento das relações sociais existentes entre os indivíduos. Neste sentido, a identidade se insere no “circuito da cultura” e nos remete a outro conceito amplo, porém distinto, que é o de representação; ou seja, não se confunde a identidade real, em sua essência, com a mera representação da identidade em seu sentido radical.

O patrimônio cultural, tanto nas dimensões material e imaterial, tem sido utilizado como instrumento de contribuição para que ações sejam desenvolvidas no âmbito social, histórico, associada à formação da cidadania, assumindo assim um papel educacional, de transformação do indivíduo, sendo um sujeito social. A escola, então, sendo um espaço de socialização, em que essas discussões e ações são possibilidades de se realizar, de uma maneira democrática, seria o espaço ideal

para a construção de um currículo que tenha um diálogo com as culturas locais, com a Arqueologia e com o diferente, tendo acesso aos bens culturais que lhe pertencem por direito, enquanto cidadão que se identifica e reforça os laços de inclusão social.

“[...] a lembrança é a história da pessoa e seu mundo, ‘enquanto vivenciada’”. Não se vive uma história que não é a sua. Esse vazio faz com que a memória individual e a memória social sejam invadidas. “[...] por outra história, por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade” (BOSI, 2006).

5. METODOLOGIA

Segundo Horta et al (1999), a Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural e também instrumento de afirmação de cidadania, cria situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, e envolve os alunos, os professores e a comunidade, despertando neles o interesse em resolver situações significativas para sua vida pessoal e coletiva e na gestão do patrimônio.

A metodologia que se propõe neste projeto é a realização de um curso de Educação Patrimonial, com uma carga horária de 40 horas, para 11 professores do turno Matutino, do Ciclo III, da EMPAT, localizada próxima à Aduora João Leite, no bairro Jardim Pompéia, do município de Goiânia, Goiás. A escolha da referida escola seguiu o critério de adesão espontânea dos membros da instituição (professores, e coordenação) e por estar localizada próxima à região a ser impactada pela Aduora do ribeirão João Leite.

Primeiramente, será trabalhado com os professores o curso de capacitação sobre o Patrimônio Histórico Cultural, em um segundo momento, será tratado especificamente, o Patrimônio Arqueológico, esta hierarquia se fundamenta nas ações educativas de investigação, apropriação e valorização do patrimônio, fazendo um resgate da memória, dos valores que originalmente os levaram a construção da identidade, da capacidade de compreender o mundo, sendo multiplicadores, instrumentalizando-os para posteriormente, em suas aulas, levarem aos alunos, os conteúdos que foram aprendidos.

Para facilitar o trabalho pedagógico dos professores em relação aos conteúdos que serão abordados em relação a Educação Patrimonial, será montado um kit para cada educador que participará do curso, em que conterà objetos diversos que apresentam os aspectos e os significados das expressões culturais locais e regionais, tais como: fotografias que enfoquem os lugares que ficam próximos à Aduora João Leite, a diversidade cultural brasileira, regional e local, os objetos arqueológicos (pedra, vasos cerâmicos, xerox de textos relacionados aos assuntos abordados e cartilhas) e outros materiais didáticos também serão

incluídos, Cd contendo apresentações sobre a abordagem da cultura, patrimônio cultural imaterial e material. DVDS de filmes, etc.

As etapas metodológicas seguirão as proposições de Horta et al (1999), que serão desenvolvidas neste projeto assim definidas: **observação, registro, exploração e apropriação**. Por **observação** entende-se: a identificação do objeto, a sua função, significado, desenvolvendo a percepção visual e simbólica, por meio de exercícios que estimulem a experimentação, manipulação, mediação, anotações, perguntas, comparações, dedução, jogos diversificados.

O **registro** é configurado por meio da fixação do conhecimento percebido, do aprofundamento da observação (através de desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas), será feita uma análise crítica através do desenvolvimento da memória, do pensamento lógico, intuitivo e do operacional.

A **exploração** é realizada a partir do desenvolvimento das capacidades de interpretação, por meio de pesquisas em outras fontes (bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas), análises do problema, levantamento das evidências, hipóteses, questionamentos, havendo um julgamento crítico, avaliando assim, os significados apresentados).

A última etapa metodológica é a **apropriação**, que consiste na releitura, na recriação, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão que têm o envolvimento afetivo, a internalização, através da capacidade de auto-expressão, apropriação e a participação criativa, visando a valorização do bem cultural).

Após a realização deste trabalho com os professores (curso de capacitação de Educação Patrimonial) e, posteriormente, com os alunos da turma H-01, do Ciclo III, do turno Matutino, serão realizadas, como parte integrante do trabalho, entrevistas com os professores e alunos, no início e final de cada etapa (1ª e 2ª), além de servir de parâmetro avaliativo acerca das ações aplicadas, o resultado servirá como parâmetro para a realização da terceira etapa do projeto.

Essa etapa, como mencionou-se anteriormente, será desenvolvida em nível de mestrado em que propõe-se a reimplantação do curso de Educação Patrimonial, que foi realizado no Centro de Formação, da Secretaria Municipal de Educação e coordenado pela Divisão de Estudos e Projetos, no ano de 2004.

6. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO – PROFESSORES DA EMPAT

6.1 Público Alvo

Professores e alunos do Ciclo III, do turno matutino, da Escola Municipal de Educação, do Bairro Jardim Pompéia, do município de Goiânia, que fica localizada próxima a área de impacto da implantação da Adutora de água bruta do ribeirão João Leite.

6.2 Número de vagas

Serão oferecidas até 11 vagas para os professores que atuam no Ciclo III, podendo se estender aos demais professores da escola, que se interessarem. E também serão oferecidas 27 vagas para a turma de alunos, da H-01, do turno matutino.

6.3 Período de realização

-Maio, junho: Capacitação dos professores do Ciclo III

-Junho, agosto e setembro: Oficinas de Educação Patrimonial para os alunos da turma H-01 (Ciclo III).

6.4 Carga horária

O curso dos professores terá uma carga horária de 40 horas, sendo todas essas horas contadas como atividades presenciais. Dos alunos serão 38 horas.

6.5 Local

O curso acontecerá na EMPAT no IGPA, na Universidade Católica no Laboratório do Curso de Arqueologia, havendo possibilidade de ocorrer em outros locais.

6.6 Estrutura dos cursos dos professores e dos alunos da EMPAT

Esta organização dos módulos, da carga horária encontra-se nos anexos do Relatório Final desta pesquisa.

7. Avaliação

Participação, interesse e frequência dos professores e dos alunos envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Cecília da Silva . **Essa pobre moça indefesa - Estátua da liberdade da Vila Kennedy. In: Paulo Knauss. (Org.). Cidade Vaidosa - Imagens urbanas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

BARBETA, Pedro Alberto. **Estatísticas aplicadas às ciências sociais**, 4ª ed. Florianópolis: ed da UFSC, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federal.** Art. 216, Título VIII, Cap. III, Seção III. Brasília: Senado Federal, 1988.

BEZERRA DE MENEZES, U. **Identidade cultural e arqueologia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** n. 20. p. 36. 1984.

BEZERRA DE ALMEIDA, M. - **O Australopiteco corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola.** 2002. Tese (Doutorado em Ciências - Concentração em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, USP, São Paulo, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos.** 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Boudieu.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: bases legais.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999

CHAUÍ, Marilena. **Política cultural, cultura e patrimônio histórico.** In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo : Secretaria Municipal de Cultura/ Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

CURY, Isabelle (org). **Cartas patrimoniais.** 2ª Ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 25.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, (Educação e comunicação), v. 1.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu.e Noelli, Francisco Silva. **Pré-História do Brasil,** São Paulo: Contexto. 2.ed- (Repensando a História).

FUNARI, Pedro Paulo, ***A arqueologia pública na América Latina e seu contexto mundial, Fronteiras, Revistas de Histórias.2002.*** Universidade Federal de Mato Grosso

Gonçalves, J. R. S. **A retórica da perda - Os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira et alli. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília.1999.

HALBWACHS, Maurice **.A memória coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro. 2004.

IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

JEUDY, H .P. **Memórias do social.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, (Coleção Ensaio e Teoria), 1990.

LIMA, Janice Shirley Souza, Mediações Culturais com o patrimônio arqueológico: Material de apoio à Ação Educativa Patrimonial, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar - Fundamentos teóricos - metodológicos.** 14ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

MACHADO, M. Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial - Orientações para professores do ensino fundamental e médio.** Caxias do Sul: Maneco Liv. & Ed., 2004.

MANSO, Celina Fernandes Almeida, Organização, **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico –dossiê de tombamento.-Goiânia:**Seplan,2004.Vol.1.

Minayo, M. Cecília(org.).**Pesquisa social: Teoria método e criatividade.** Petrópolis.18ª ed. 2001.

SILVA, Eurides Brito (org.) **A educação básica pós-LDB.** São Paulo: Pioneira. 1998.

VARINE-BOHAN, H. **Patrimônio cultural : a experiência internacional. Notas de aula.São Paulo:FAU –USP, 1974.Mimeografado.**

ANEXO 2

- **Questionário-Modelo aplicado aos Professores da EMPAT**
- **Questionário-Modelo aplicado aos Alunos da EMPAT**
- **Questionário-Modelo aplicado aos Professores da SME (Termo de Compromisso)**

QUESTIONÁRIO-MODELO (PESQUISA DE CAMPO)- PROFESSORES DA EMPAT

Estamos convidando-o (a) para participar de uma pesquisa, como voluntário(a), cujo título é **Proposta de reimplantação de um projeto de Educação Patrimonial (Via curso de capacitação dos professores) na Rede Municipal de Educação do município de Goiânia**, proposto pela Universidade Católica de Goiás. A responsável por esta pesquisa é a Profa. Esp. V. L. A. D., mestranda em Gestão do Patrimônio Cultural, na referida instituição, sob a orientação da Profa. Dra. S. A. Vi.

A pesquisa objetiva o levantamento de informações sobre o corpo docente e discente da Escola Municipal Professor Aristoclides Teixeira, que atuam no Ciclo III, no turno Matutino, quanto ao conhecimento, às experiências e ao interesse em desenvolver, na prática pedagógica trabalhos pertinentes ao tema Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial.

QUESTIONÁRIO

Escola:

Ciclo:

Área de conhecimento em que atua:

Turno:

Trabalha em outra escola? () sim () não

Formação acadêmica:

Especialização:

Mestrado:

Doutorado:

1 Para você, qual é o significado da palavra patrimônio?

2 O que você entende por cultura?

3 Juntando, agora, os dois conceitos, escreva o que é Patrimônio Cultural, de acordo com o seu entendimento.

4 Para você, que importância tem o Patrimônio Cultural?

5 Manifeste , através de um desenho, o que é Patrimônio Cultural para você.

6 O que você sabe sobre o Patrimônio Arqueológico?

7 Escreva qual é o valor do Patrimônio Arqueológico para você.

- 8 Faça um desenho que represente algum Patrimônio Arqueológico, segundo a sua opinião.
- 9 Atualmente, na escola em que está atuando como docente, você conhece algum projeto relacionado ao patrimônio? Se houver, cite-o.
- 10 Dentro das áreas de conhecimento, onde você encaixaria o Patrimônio Cultural?
- 11 Segundo seus conhecimentos, há algum Patrimônio Cultural existente em Goiânia? Se houver, cite-o(s) que você conhece.
- 12 Escreva qual é o seu interesse em trabalhar com o tema Patrimônio Cultural em suas aulas.
- 13 O que você conhece, ou já ouviu falar, a respeito da Adutora do Ribeirão João Leite?
- 14 Você fará um curso de capacitação sobre Educação Patrimonial. Escreva o que você conhece sobre esse tema.
- 15 Escreva o que você espera acrescentar em sua prática pedagógica, ao terminar de fazer esse curso de capacitação sobre Educação Patrimonial.
- 16 Este espaço é para você acrescentar algo que não foi abordado sobre o Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico.

QUESTIONÁRIO-MODELO (PESQUISA DE CAMPO- ALUNOS DA EMPAT)

Estamos te convidando para participar de uma pesquisa, como voluntário(a), cujo título é **Proposta de replantação de um projeto de Educação Patrimonial (Via curso de capacitação dos professores) na Rede Municipal de Educação do município de Goiânia**, proposto pela Universidade Católica de Goiás, cujo responsável por esta pesquisa é a pesquisadora V. L. A. D., aluna mestranda do Curso Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, da mesma instituição, tendo como responsável por toda a pesquisa a orientadora, professora **Doutora S. A. V.**

A pesquisa objetiva o levantamento de informações sobre o corpo discente (ou seja, os alunos), que estudam na EMPAT-Escola Municipal Professor Aristoclides Teixeira, na turma H-01, do Ciclo III, no turno Matutino, quanto ao conhecimento, experiências e interesse em desenvolver atividades pedagógicas,

trabalhos na área educacional pertinentes ao tema Patrimônio Cultural, via Educação Patrimonial, durante os meses de junho , agosto e setembro de 2008.

QUESTIONÁRIO

Escola:

Ciclo:

Turma: Turno:

Endereço da escola:

Endereço da sua residência:

1 Escreva quantas pessoas há em sua casa, contando com você. (Dê os nomes e o grau de parentesco de cada um). Ex: Pai, mãe, tio....

2 Você faz alguma atividade, além de estudar? Escreva quais são elas.

3 O que você costuma fazer para se divertir, quando não está em sua escola

4 Você tem alguma religião? Se sim, qual? Tem algum tipo de festa?

5 Você conhece alguma festa popular? Qual? Participa de alguma delas?

6 Próximo ao seu bairro (Jardim Pompéia) passará a Adutora do Ribeirão João Leite. O que você sabe sobre este assunto?

7 Ainda, sobre a Adutora do João Leite, escreva o que você gostaria de saber.

8 Quando falamos sobre cultura, o que te faz lembrar?

9 O que você entende por patrimônio?

10 Você já ouviu falar alguma coisa sobre a Arqueologia? Escreva.

11 Escreva, em sua opinião, para que serve a Arqueologia.

12 Faça um desenho explicando o que é Arqueologia para você.

13 Você estudará sobre a Educação Patrimonial. Escreva o que você sabe sobre este assunto.

QUESTIONÁRIO-MODELO APLICADO AOS PROFESSORES DA SME
TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, portador(a) do RG.
 N°. _____ SSP- _____

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, feita através de um questionário, contendo questões referentes ao Curso de Educação Patrimonial, intitulado: **“Patrimônio: Discussões, práticas e reflexões”** que participei, contendo uma carga horária de 180 horas, no ano de 2004, Na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, que se realizou durante os meses de abril a setembro, do referido ano. Autorizo a utilização das informações contidas neste questionário, tanto integralmente, quanto parcialmente, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data para a pesquisa científica, intitulada: **“Patrimônio: Discussões, práticas e reflexões (Proposta de reimplantação de um projeto de Educação Patrimonial) na Rede Municipal de Educação do município de Goiânia.**

O controle e a responsabilidade pelas informações fornecidas por essa pesquisa é de V. L. A. D., mestranda do Curso de Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural, da Universidade Católica de Goiás, tendo como orientadora, a Profa Dra S. A. V., a quem terão a guarda das mesmas. Assim, sendo, abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Ciente:

 Assinatura

Data: _____

QUESTIONÁRIO

Instituição que estava lotado (a) na época do curso, em 2004:

Instituição que está lotado (a) que está lotado (a) atualmente:

Área de conhecimento em que atua:

Turno:

Formação acadêmica:

Especialização:

Mestrado:

Doutorado:

1- Faça uma avaliação do curso que você participou, em 2004 :” Prazer em conhecer, compromisso de preservar”- Projeto de curso- Patrimônio Cultural e Educação. Registre os pontos positivos e negativos.

2- Dos conteúdos abordados nos oito módulos do curso: (Mód. 1: Educação Patrimonial, Mód.2: Patrimônio Arqueológico,Mód.3: Política de preservação do patrimônio Cultural, Mód.4: Patrimônio e memória, Mód. 5: Os lugares de memória e a Educação, Mód.6: A arte e a Educação, Mód.7: Visitas técnicas, Mód.8: Sensibilização dos projetos de Educação Patrimonial das Unidades Educacionais). Quais conteúdos você considera mais importantes? Por quê?

3- Quais conteúdos você trabalha com seus alunos atualmente, ou utiliza em seus planejamentos? De que forma esses temas são trabalhados?

4- Você elaborou um projeto, que foi pré-requisito para a finalização de participação do curso. Escreva, em linhas gerais, quais foram os objetivos que você propôs no referido projeto e se eles foram cumpridos.

Projeto (Nome)

5- Após quatro anos, houve execução do projeto que você elaborou na escola, em que atua, ou atuou, com seus alunos? Explique a sua resposta.

6- Como foi a aceitação e o aproveitamento dos alunos da escola, em relação ao projeto que você desenvolveu? (Só responda se houve a execução).

7- Você considera positivo a reimplantação do curso de capacitação de Educação Patrimonial para os professores da Rede Municipal de Goiânia?

8 - Este espaço está reservado para que você expresse algo que foi deixado de ser abordado, relacionado ao assunto que estamos pesquisando.

Agradecemos a sua atenção

ANEXO 3

RELATÓRIO FINAL

**Curso de Educação Patrimonial realizado com os
Professores e alunos da EMPAT**

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar as atividades de Educação Patrimonial desenvolvidas no âmbito do projeto “Levantamento do Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural, na Área Impactada pela Implantação das Adutoras de Água, da Estação de Tratamento de Água da Estação de Bombeamento, Booster - ETAG, do sistema de Abastecimento do Ribeirão João Leite” (Viana e Souza), desenvolvido pelo IGPA/UCG, mediante contrato firmado com a SANEAGO. Este trabalho vem cumprir a legislação de 1988, a Portaria n. 07 do IPHAN, que regulamenta a preservação, a proteção e o controle de pesquisas arqueológicas em complemento à Lei n. 3.924 de 1961.

Na área de pesquisa, caracterizada, foram encontrados quatro sítios arqueológicos, sendo dois cerâmicos: Sítio Sophia e Sítio Angico e dois líticos: Sítio Sete couro e Sítio Bacuri.

A Educação Patrimonial passou a ser difundida, no Brasil, em meados dos anos 80. Sua metodologia implementa as ações pedagógicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural em diversas instancias, entre elas, órgãos públicos e instituições governamentais, privadas, educacionais.

A instituição selecionada para se trabalhar a Educação Patrimonial foi a Escola Municipal Professor Aristoclides Teixeira (EMPAT), de onde foi escolhida uma turma do Ensino Fundamental, de alunos com a faixa etária de 13 a 14 anos, da H-01, selecionados pela coordenação da instituição. A escolha dessa escola baseou-se pela sua localização, por ser próxima a região a ser impactada pela Adutora do Ribeirão João Leite, no Setor Jardim Pompéia, em Goiânia, Goiás, e, pelo interesse demonstrado pela coordenação pedagógica da referida escola.

1- Este sítio localiza-se na região Norte, foi trabalhado pela equipe de técnicos do IGPA/UCG, no ano de 2001 (VIANA, MELLO E BARBOSA, 2001).

Propusemos ações educativas relacionadas à preservação do Patrimônio Histórico Cultural e à Arqueologia, reconhecendo a importância histórica e cultural dos sítios arqueológicos existentes, tanto na região pesquisada quanto nas proximidades, como é o caso do Sítio Vale dos Sonhos.



Foto 1: Escola Municipal Prof. Aristoclides Teixeira Foto 2: Escola Pesquisada (Pátio interno)
(Parte externa).

2. CURSO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM OS EDUCADORES DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ARISTOCLIDES TEIXEIRA (EMPAT)

Com o objetivo de desenvolver uma metodologia relacionada à Educação Patrimonial capaz de conduzir os onze educadores participantes a discussões relacionadas ao Patrimônio Histórico Cultural para a sala de aula, especificamente na turma H-1, participante da pesquisa, estruturou-se um curso de Educação Patrimonial, com carga horária de 40 horas, com previsão para se desenvolver nos meses de maio, junho, agosto e setembro de 2008.

Antes do início do referido curso de Educação Patrimonial, houve a aplicação de um questionário, para a verificação e o levantamento das concepções prévias dos educadores, relacionadas aos assuntos que seriam abordados. Nele constavam várias perguntas a respeito do conhecimento de cada um sobre o Patrimônio Cultural e suas interfaces com as várias manifestações culturais. Definiu-se a aplicação de um segundo questionário (com as mesmas questões anteriores) como medida avaliativa do curso. (Ver Anexo 2).

Para a execução do referido curso, foram planejados dez módulos, sendo abordados em cada um, conteúdos específicos e relacionados ao Patrimônio Histórico Cultural e a Arqueologia, contendo a Educação Patrimonial como instrumento de ação.

Módulo I

Ministrante: Profa Ms. Leila Miguel Fraga (UCG/IGPA)



Fotos 3 : Apresentação do Programa do Cursol Foto 4 – Apresentação musical

No primeiro módulo, os conceitos trabalhados foram o Patrimônio Histórico e Cultural, a diversidade cultural, os bens culturais materiais e imateriais, a memória local e a identidade.

A metodologia baseou-se em leituras de vários textos teóricos específicos da área e dos conteúdos programados, assim como debates acerca do filme: Diversidade Cultural (UFG), abordando a temática “Patrimônio Cultural e Diversidade Cultural” e discussões diversas relacionadas ao assunto, envolvendo os professores por meio de participação efetiva.

A cultura e o patrimônio cultural são bens comuns que devem ser considerados como propriedade de todos e não como bens individuais. A visão de coletividade vivenciada com os educadores os fez refletir sobre o quanto a função de multiplicadores desses conhecimentos são de suma importância para a constituição de cidadania, tanto para os alunos, como para eles mesmos.

Para Varine-Bohan (1974, p.12), “o patrimônio cultural se apresenta como um dos aspectos gerais do patrimônio global da humanidade”. Para ele, o patrimônio se compõe, basicamente, do meio ambiente do homem, do conjunto de conhecimentos acumulados e do conjunto de bens culturais, que seria tudo aquilo que o homem produziu com intuito de suprir as necessidades de sua vida e de seu desenvolvimento.



Foto 5: Módulo 1- Profa. Leila Miguel Fraga



Foto 6: Profa. Vera Lúcia Abrantes

Módulo II

Ministrantes: Profa. Esp. Laura Ludovico (Mestranda em Gestão do Patrimônio Cultural na UCG e Arquiteta) e Profa. Ms. Laís Aparecida Machado (UCG/IGPA).

No segundo módulo, trabalhamos os conteúdos referentes aos Patrimônios Arquitetônicos e Histórico – *Art Deco* de Goiânia e manifestações dessa ordem presentes na Região da Adutora do Ribeirão João Leite. Fez-se uma releitura da arquitetura historicamente vivenciada pela sociedade goianiense, desde 1925 até os dias de hoje.

Segundo Manso (2004), o estilo *Art Deco* na história de Goiás representava, na época da construção de Goiânia o elo entre o Brasil e o mundo e entre Goiás e a Federação.



Fotos 7 e 8 : Módulo II - Patrimônios Arquitetônicos e Históricos - *Art Deco* de Goiânia

Houve, ainda, um estudo detalhado, por parte dos educadores, a respeito da arquitetura localizada na área de impacto da Adutora do Ribeirão João Leite. Durante esse estudo, houve a exposição da história das casas localizadas nas fazendas da referida área. Tais casas foram registradas em fotografias, durante os trabalhos de levantamento da equipe de profissionais do “Projeto de Levantamento do Patrimônio Histórico e Cultural, na área Impactada pela Implantação das Adutoras de Água, da Estação de Tratamento de Água e a Estação de Bombeamento “Booster” ETAG, do Sistema de Abastecimento João Leite”.



Fotos 9 e 10 : Fazenda do Sr. Paulo Guimarães (localizada próxima à região da Adutora do João Leite)



Fotos 11 e 12: Fazenda do Sr. Gilberto Guimarães (visita realizada em abril de 2008)

Módulo III

Ministrante: Profa. Esp. Mariza de Oliveira Barbosa (UCG/IGPA)

No terceiro módulo, realizamos abordagens teóricas e práticas acerca do Patrimônio Arqueológico: conceito de arqueologia, de sítio arqueológico, dos tipos de sítios arqueológicos e da pré-história brasileira. Buscamos aproximar a Arqueologia e Educação, demonstrando o importante papel exercido pela Arqueologia na Educação.

Foram oferecidos e debatidos vários textos, o que culminou em uma apostila, contendo documentos teóricos, que servirão de referência para a continuidade do trabalho, quando os professores serão os multiplicadores junto a turma (H-01), que será trabalhada posteriormente.

Houve um aprofundamento nos estudos referentes à arqueologia e acerca da eminente ameaçada do patrimônio arqueológico pelas obras grandiosas que causam impacto no ambiente e sobre a importância de sua preservação.

Como se sabe,

O Patrimônio Arqueológico compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo tipo, na

superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (ICOMOS/ICAHM, 1990, p.70).

Paralelamente, foi realizada uma exposição de materiais arqueológicos na própria sala de aula, por meio da qual os professores puderam manusear vários tipos de materiais arqueológicos, em especial líticos e cerâmicos, alguns pertencentes ao Sítio Vale dos Sonhos e outros provenientes de sítios arqueológicos localizados próximos na área a ser impactada pela construção da Barragem do Ribeirão João Leite. Tivemos por objetivo aproximar os educadores aos materiais relacionados ao Patrimônio Arqueológico da região estudada.

Módulo IV

Ministrante: Profa. Mestranda Vera Lúcia Abrantes D'Osvualdo

O quarto módulo teve por objetivo demonstrar a potencialidade do Estado de Goiás para os bens arqueológicos, para isso, os professores da EMPAT, inteiraram-se, sobretudo, das pesquisas arqueológicas realizadas pela UCG/IGPA sobre os sítios arqueológicos no município de Goiânia e de Anápolis, o sítio encontrado na região da Adutora do João Leite, Vale dos Sonhos e na Ferrovia Norte e Sul.

Os professores puderam conferir por meio de aula expositiva, a contextualização e características dos sítios mencionados. Assim, aproximaram-se, em especial, dos sítios arqueológicos localizados próximos à região da barragem do Ribeirão João Leite, compreendendo a importância de se conhecer o patrimônio cultural, representados pelas culturas pré-históricas e históricas.

Foram demonstrados vários tipos de materiais culturais encontrados na região próxima à adutora (vasilhames cerâmicos, urna funerária, cachimbo, rodela de fuso, machado semi-lunar...).



Fotos 13 e 14: Sítios abordados na exposição das pesquisas realizadas pelo IGPA/UCG



Foto 15: Pesquisa arqueológica na área da Ferrovia Norte e Sul

Módulo V

Ministrante: Profa. Esp. Mariza de Oliveira Barbosa (UCG/IGPA)

O objetivo desse módulo foi vivenciar a arqueologia de modo prático e lúdico, o que constituiu numa oficina prática no laboratório do curso de Arqueologia da Universidade Católica de Goiás. Os professores da EMPAT tiveram aulas teórica e prática a respeito da arte rupestre brasileira e goiana. Foram discutidos o conceito de arte rupestre e as técnicas de confecção das manifestações demonstradas através de pranchas e fotos expostas em lóbras relacionadas à temática em questão.

Os professores participaram ainda de uma oficina onde foi feita uma releitura das informações apreendidas, utilizando um pote de cerâmica e uma rocha de superfície lisa, puderam retratar temas de arte rupestre, tendo como referência

pranchas-modelos, retratando painéis rupestres de sítios arqueológicos de Serranópolis e Caiapônia, região sudoeste do estado de Goiás.

Módulo VI

Ministrante: Profa. Mestranda Vera Lúcia Abrantes D'Osvualdo

Em virtude da extensão do conteúdo, utilizou-se uma carga horária maior. Foi abordado o tema: Educação Patrimonial, desenvolvimento e aplicação da metodologia específica da Educação Patrimonial, por meio de ações pedagógicas, como: oficinas lúdicas, contação de história, dramatização, reconto oral, reprodução ampliada e fatiada, quebra-cabeça, cujo tema centrava no Patrimônio Cultural. Essas oficinas foram preparadas com base na literatura infanto-juvenil relacionada à Educação Patrimonial, tendo como apoio o catálogo comentado de Literatura infanto-juvenil: *Patrimônio e Leitura*, publicado pelo do IPHAN:

É um conjunto de iniciativas do IPHAN, para a criação de linhas de pesquisa que promovam a interdisciplinaridade das áreas de conhecimento afins ao campo do Patrimônio Cultural, que tem como objetivo ampliar o alcance e eficácia das ações de preservação. Trata-se de um instrumento de referência de cunho educativo sobre o Patrimônio Cultural que tem como premissa a noção de que o fenômeno da leitura é a base de todo processo e apropriação do conhecimento. No campo da Educação, a produção literária destinada a jovens e crianças parece possibilitar um tipo de escritura que permite tocar no que é básico e estruturante do conhecimento sobre o mundo, não sendo necessariamente infantil. A formação de leitores é um dos temas mais polarizadores da Educação Básica e do Ensino Fundamental, sendo essa produção objeto de muitos estudos e propostas de ensino para apresentação de diversos conteúdos. Apresenta uma vasta literatura específica da literatura infanto-juvenil que retrata a temática em questão, enfocando o Patrimônio Cultural sendo um rico manancial de registros de modos de vida, manifestações culturais, espaços construídos, concepções de mundo, através dos tempos (REZENDE, IPHAN,2007, p. 7 e 8).

O material de apoio, trabalhado de forma lúdica, possibilita aos educadores utilizarem metodologias diferenciadas, de acordo com o perfil de seus alunos. Sendo assim, uma das obras trabalhadas foi *A pedra com o menino*, de Ronaldo Simões Coelho, que trata da apropriação de um legado sob a ótica da “descoberta”, que é própria do processo de desenvolvimento das crianças, mas que remete ao processo mais geral da humanidade de lidar com o passado ou, mais especificamente, com a herança que recebemos das gerações passadas, tratando da memória e da identidade local como requisitos necessários para que o indivíduo adquira o

sentimento de pertencimento de um determinado bem cultural, que faz parte do seu universo cultural.

Outra obra literária utilizada foi *Dirceu e Marília*, de Nelson Cruz. Esta obra tematiza especificamente o patrimônio cultural, pois a história tem como cenário a antiga Vila Rica, Ouro Preto, cidade mineira. O leitor é transportado no tempo e convidado a percorrer (conhecer) Ouro Preto, para testemunhar, *in locu*, o amor impossível dos dois famosos amantes, Marília e Dirceu, personagens da obra do poeta inconfidente e, na vida real, representados por Maria Dorothéia e Tomás Antônio Gonzaga. Esse “leitor-testemunha”, segundo a obra literária, é metaforizado pelas carrancas dos chafarizes, que permeiam todo o livro, emoldurando as páginas de texto, lembrando que esses monumentos são nossa herança, e que o sentido da sua permanência no tempo é o de dar testemunho à nossa história, presentificá-la, tratando de despertar o interesse do leitor sobre conteúdos, no caso, sobre a história do Brasil, da literatura brasileira e sobre o patrimônio cultural.

Também foi trabalhada a obra *Chico Rei*, de autoria de Renato Lima. Nesta obra, o narrador revive a lenda que cerca Chico Rei, personagem que participou da história da escravidão africana em Minas Gerais, retratando, por meio das memórias coletiva e individual, a tradição da cidade de Ouro Preto.

Ainda serviu como material de apoio a obra *Pindorama: Terra dos Palmares*, de Marilda Castanha. O livro se propõe a mergulhar no universo indígena brasileiro, pinçando aspectos importantes de sua cultura e momentos significativos da sua história, ressaltando as perseguições e discriminações sofridas desde o período anterior à chegada dos portugueses no Brasil, fazendo conexões históricas com a atualidade.

A obra *Uma Cidade de Carne e Osso*, de Maria José Silveira, que trata da memória sob o ponto de vista da oralidade. Também foram utilizadas as narrativas identificadas com as histórias da tradição oral, dando significado à memória que é passada de geração em geração, através dos “causos”, possibilitam a construção de identidades, individuais e coletivas, locais, regionais e nacionais.

Para Horta *et al* (1999, p.6),

A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados.



Fotos 16 e 17: Oficina de Educação Patrimonial realizada com os educadores

Outra atividade realizada foi inspirada na obra de Horta *et al* (1999), para desenvolver a atividade denominada de “cerâmica em pedaços”, cujo objetivo foi o de iniciar o aluno, neste caso, os professores da EMPAT, na compreensão da evidência cultural e nos diferentes modos de analisá-la, levando-os a perceberem o processo de reconstrução do passado, por meio dos fragmentos e vestígios observados no presente. A experiência pode ser usada como preparação para o estudo de qualquer evidência, de objetos de museus a monumentos em ruínas ou sítios arqueológicos. Ao realizar a atividade, o educando deverá fazer perguntas que levem a uma interpretação deste fragmento em evidência e da importância de cada fragmento para a construção do “todo”.



Fotos 18 e 19: Oficina – Cerâmica Quebrada - Reconstituição do passado por meio de fragmentos cerâmicos



Foto: 20: Reconstituição dos objetos cerâmicos

Foto 21: Construção da árvore genealógica

Módulo VII

Ministrante: Profa. Sibeli A Viana e Mariza de Oliveira Barbosa

No sétimo módulo, realizou-se a oficina prática no laboratório da UCG. Houve abordagem das técnicas de confecção de vasilhames cerâmicos e dos saberes e fazeres tradicionais, tomou-se por base, o documentário de uma ceramista do Vale do Rio Manso/MT. Essa ceramista, mediante uma cadeia operatória de gestos e saberes técnicos permeando cada ato, desenvolveu todas as etapas de produção de um vasilhame cerâmico. Além do saber-fazer envolvidos nessa produção, enfatizou-se questões como, a relação entre os indivíduos e a paisagem, já que nela se constitui não somente o local das matérias-primas, mas também o universo social onde se desenvolvem às relações sociais.

Para Leroi-Gourhan (1986, p.12),

A cadeia operatória é um encadeamento de fatos técnicos, atos e gestos constituindo um processo cujas operações são articuladas como malhas ao longo de um processo, tecendo a um certo resultado, de tal maneira que o observador possa relacionar um ato técnico mesmo que isolado da série na qual ele faz sentido, tecnicamente e socialmente.

Os professores puderam vivenciar essa arte cultural milenar, construindo seu próprio objeto cultural, com a argila. Eles também puderam, no laboratório, reconhecer certos estigmas tecnológicos que atestam o saber empírico do ceramista, como: os diferentes aditivos presentes na pasta de cerâmica, a queima, a técnica de confecção de vasilhames e o modo de utilização destes vasilhames no cotidiano da época retratada.

Módulo VIII

Ministrantes: Profa. Dra. Sibeles Aparecida Viana e Vera Lúcia A. D'Osvualdo

Assunto: Os lugares de memória e a educação - Visita técnica ao Sítio da Ferrovia Norte-Sul

Consistiu na visita *in locu* de um sítio arqueológico em processo de escavação. Foram observadas algumas técnicas de escavação e de registro de material arqueológico. Os vestígios cerâmicos deste sítio arqueológico, despertou olhares a respeito da paisagem de implantação do sítio.

A implantação do sítio no ambiente suscitou reflexões acerca de sua posição na paisagem; a relação do sítio, como por exemplo, recursos de água para abastecimento, localização de argila para a confecção dos objetos cerâmicos, recursos alimentares, entre outros.



Fotos: 22 e 23: Visita ao Sítio da Ferrovia Norte-Sul

Módulo IX

Ministrante: Profa. Ms. Rosangela Barbosa Silva (UCG/IGPA)

O nono módulo teve como proposta uma visita técnica ao Centro Cultural Jesco Puttkamer, instituição vinculada ao IGPA, da Universidade Católica de Goiás. Durante essa visita, conheceu-se o acervo arqueológico que foi obtido por meio de pesquisas desenvolvidas pelo IGPA/UCG e de doações externas. Conheceu-se, o acervo fotográfico e peças da cultura material produzida por culturas indígenas de várias etnias. Conforme consta no catálogo de divulgação do Centro Cultural Jesco Puttkamer, “a cultura material é uma resposta às necessidades de um povo, que liga o comportamento humano à confecção de bens materiais, possuindo, portanto, significados tanto simbólicos como utilitários”. Na exposição, os educadores puderam observar parte do patrimônio material indígena brasileiro, revelando os traços significativos e socioculturais que norteiam a criação dos artefatos indígenas.



Fotos: 24 e 25 : Visita técnica - Centro Cultural Jesco Puttkamer



Fotos 26 e 27: Cultura material indígena- Carajá e machado polido de grupos pré-históricos



Fotos 28 e 29: Explicação sobre a exposição – Profa. Ms. Rosângela Barbosa Silva

2.1 Avaliação dos resultados

Após a realização dos módulos com os educadores da EMPAT, sobre a Educação Patrimonial, percebeu-se que houve assimilação dos conteúdos abordados. Para alguns educadores, vários assuntos trabalhados, tais como: a Educação Patrimonial, a Arqueologia, a Arte Rupestre, o Patrimônio Cultural Imaterial, etc. são abordagens que não conheciam, ou que tinham ouvido falar, sendo novidade, despertou curiosidade em aprender esses e outros conhecimentos relacionados ao Patrimônio Cultural, para posteriormente utilizarem em suas práticas pedagógicas.

Um dos papéis do educador enquanto mediador e multiplicador do conhecimento é o de transformar a escola que temos em uma instituição de qualidade, proporcionando momentos de discussões e reflexões que possibilitem aos alunos a refletirem sobre a importância de ser um cidadão consciente de seus direitos e deveres, que busca construir um mundo melhor, capaz de buscar soluções possíveis e reais.

Percebeu-se que os educadores da EMPAT aprofundaram suas reflexões sobre as ações educativas que são direcionadas para a preservação do patrimônio cultural, pois durante a realização dos módulos, houve uma participação significativa, tanto nas oficinas, quanto nas aulas teóricas e práticas sobre a Educação Patrimonial, abordando de uma maneira interdisciplinar, onde procurou-se integrar as áreas de conhecimento, demonstrando que esta proposta metodológica é possível de ser trabalhada em sala de aula.

Nas aulas relacionadas à literatura infanto-juvenil que retrataram o Patrimônio Cultural como eixo central das discussões e das abordagens, notou-se que os educadores possibilitarão aos alunos da EMPAT, através do diálogo entre a leitura e o patrimônio cultural, instigando o interesse dos alunos pelo tema e criar situações possíveis para sua preservação.

Assim, conclui-se que, aprender é construir significados e ensinar é oportunizar essa construção do saber social. Sabemos os educadores conscientes do seu papel de transformador social, têm em seu bojo a idéia de compartilhar com os alunos, a visão de construção de uma sociedade, para que esta seja mais justa, mais humana e mais feliz.

3. PESQUISA REALIZADA COM OS ALUNOS

3.1 Planejamento das atividades

Após a realização do curso com os educadores da EMPAT, ainda no mês de junho de 2008, iniciou-se o planejamento para a segunda etapa, o trabalho de Educação Patrimonial com os alunos da turma H-01, do turno matutino, da Escola Municipal Aristoclides Teixeira.

Previu-se, inicialmente, uma carga horária mínima de 30 horas, sendo que cada aula teria a duração de 50 minutos. Porém foram utilizadas um total de 42 horas devido ao envolvimento dos alunos e dos professores com os conteúdos e com as atividades trabalhadas. Cada professor, dentro da área de conhecimento: Português, Pedagogia, Ciências, Geografia, Artes, História e Matemática, desenvolveu os conteúdos apreendidos sobre o Patrimônio Cultural e a Educação Patrimonial, de maneira interdisciplinar.

3.2 Cronograma - Planejamento das atividades sobre a Educação Patrimonial a serem desenvolvidas com os alunos da EMPAT

Módulo	Dia / mês	Carga horária 50 min / aula	Atividade pedagógica	Local	Área de Conhecimento do Professor Responsável
1	18 de junho	2 aulas	Aplicação de questionário	Sala de aula	Português e coordenação
2	23 de junho	1 aula	Exposição de fotografias - Sítio Arqueológico Vale dos Sonhos / IGPA / UCG	Sala de leitura	Pedagogia , de Português e de Artes
3	25 de junho	2 aulas	Contação de história e discussões: A nuvenzinha triste, de Bia Bedran	Sala de aula	Pedagogia
4	26 de junho	2 aulas	Contação de história e discussões: Gente que mora dentro da gente, de Jonas Ribeiro	Sala de Leitura	Pedagogia e Artes
5	27 de junho	2 aulas	Construção da autobiografia e atividade lúdica	Sala de aula	Português, Pedagogia e Artes.
	04 de agosto	2 aulas	Árvore genealógica (Continuação do módulo 5)	Sala de Leitura	Pedagogia e Artes
	05 de agosto	2 aulas	Continuação do módulo 5, da construção da árvore genealógica	Sala de Artes	Pedagogia e Artes
	08 de agosto	2 aulas	Continuação do módulo 5, da construção da	Sala de artes	Pedagogia e Artes

			árvore genealógica		
	12 de agosto	2 aulas	Continuação do módulo 5, da construção da árvore genealógica	Sala de Artes	Pedagogia e Artes
6	15 de agosto	2 aulas	Apresentação oral e individual das árvores genealógicas	Sala de aula	Artes
7	05 e 07 de agosto	2 aulas	Dinâmica do objeto cultural	Sala de aula	Pedagogia e coordenadora do projeto
8	11 de agosto	2 aulas	Leitura e interpretação do texto: Gente que mora dentro da gente, de Jonas Ribeiro	Sala de aula	Português
9	14 de agosto	3 aulas	Brinquedos cantados (cantigas e causos populares)	Pátio da escola	(convidado especial e coordenação do projeto)
10	18 de agosto	2 aulas	Introdução do conceito de cultura	Laboratório de Informática	Pedagogia e Artes
11	20 de agosto	2 aulas	Filme: As manifestações culturais (UFG) Elaboração de cartazes e atividades lúdicas sobre o tema	Sala de leitura	Português e Pedagogia
12	25 de agosto	1 aula	Apresentação das atividades realizadas	Pátio da escola	Português e Pedagogia
13	28 de agosto	1 aula	Exposição sobre a Arte Rupestre e a Arqueologia	Laboratório de Informática	Pedagogia: 2 profissionais da mesma área
14	01 de setembro	2 aulas	Conceitos de Patrimônio Cultural	Laboratório de Informática	Português e Pedagogia
15	04 de setembro	3 aulas	Oficina de Arte Rupestre (pintura em vasos cerâmicos)	Sala de Leitura	Pedagogia e Artes

16	08 de setembro	1 aula	Conceito de Educ. Patrimonial	Laboratório de Informática	Português e Pedagogia
17	10 de setembro	2 aulas	Filme: Mãos de Antera Discussões	Sala de Leitura	Pedagogia e Artes
18	12 de setembro	2 aulas	Oficina de argila: construção do vaso	Sala de Leitura	Pedagogia e Artes
19	15 de setembro	5 aulas	Oficina do vaso de cerâmica quebrada	Sala de Leitura	Pedagogia e Artes
20	24 de setembro	5 aulas	Visitação ao Sítio Arqueológico Bananeira e à Barragem do João Leite	Sítio Bananeira (Parque ecológico e Barragem do Ribeirão do João Leite)	Coordenação do projeto e Pedagogia
21	25 de setembro	2 aulas	Revisão dos conteúdos vistos e aplicação do questionário avaliativo	Sala de aula	Coordenadoras da escola e do projeto e professora de Artes

3.3 Execução das atividades

3.3.1 MÊS DE JUNHO

Módulo I

Ministrantes: Professoras de Português e coordenação da escola

Assunto: Aplicação do questionário

O primeiro contato com os alunos da turma H-01 foi também, assim como com seus professores, por meio da aplicação do questionário, cujas perguntas eram relacionadas às questões do Patrimônio Cultural. Posteriormente, houve uma

conversa informal e explicativa, pela qual os alunos puderam entender todo o processo da pesquisa a ser realizada, durante esses dois meses. No final, houve a aplicação do segundo questionário, para a verificação e avaliação do curso.

O planejamento das atividades foi construído entre a coordenadora do projeto de Educação Patrimonial, os educadores (multiplicadores) e os coordenadores da EMPAT, durante as quais, foram planejados os conteúdos e as aulas que seriam desenvolvidas e definidas as metodologias a serem aplicadas aos alunos da turma H-01.

Módulo II

Ministrantes: Professoras de Pedagogia, Artes e de Português

Assunto: Exposição de fotografias: Sítio Arqueológico Vale dos Sonhos/IGPA/UCG

Paralelamente ao desenvolvimento dos módulos, decidiu-se que se realizaria uma exposição de alguns painéis fotográficos e cultura material arqueológica proveniente de escavações realizadas no sítio arqueológico Vale dos Sonhos ², localizado nas proximidades da escola.

Este seria o primeiro contato com os alunos. Desse modo, os alunos compreenderiam com mais clareza o projeto de Educação Patrimonial, sobretudo porque essas informações esclareceriam conceitos específicos a respeito do patrimônio arqueológico da região.

2. Material cedido na forma de empréstimo pelo IGPA/ UCG

A exposição ficou montada na Sala de Leitura durante todo o tempo em que a pesquisa foi realizada na escola, ou seja, os quatro meses. A carga horária utilizada para essa atividade foi de 50 minutos.



Fotos: 30 e 31: Exposição do Sítio Arqueológico - Vale dos Sonhos e materiais cerâmicos e líticos

Módulo III

Ministrante: Professora de Pedagogia

Assunto: Contação de história: A nuvenzinha triste, de Bia Bedran

A terceira atividade foi caracterizada pela contação da história “A nuvenzinha triste”, de Bia Bedran³, realizada pela professora de Pedagogia.

Nesta aula e na seguinte, se retratou a importância da identidade, resgatando a história de cada aluno, por meio de discussões, destacando a importância de se ter um nome, forma de identificação pessoal como ser único. Ao se trabalhar com a construção da identidade, facilita-se o processo de construção, de preservação e de valorização daquilo que faz parte da história pessoal, da vida de cada um.

3- História retirada do CD, intitulado: Bia Canta e Conta, (2001).



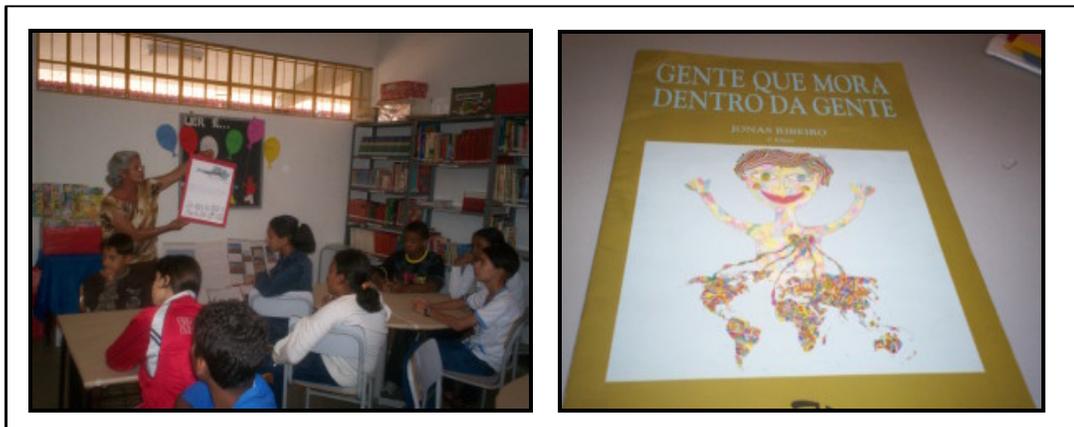
Fotos: 32 e 33: História: A nuvenzinha triste

Módulo IV

Ministrantes: Professoras de Pedagogia e de Artes

Assunto: Contação de história: Gente que mora dentro da gente, de Jonas Ribeiro

Na quarta atividade, os alunos ouviram a contação de outra história, “Gente que mora dentro da gente”, de Jonas Ribeiro. A obra retrata a importância de as pessoas conhecerem a sua história, posto que todos têm seus antepassados e que, se hoje, cada um tem a sua história de vida, é porque eles existiram. Com base nesse contexto, houve a construção, na aula de Artes, da árvore genealógica de cada aluno. Com essa atividade foi possível o resgate das histórias individuais dos alunos, relembrando quem foram seus antepassados, fazendo descobertas de um passado recente que não conheciam, estimulando a reflexão sobre a sua origem, enfim, registrando, a compreensão do processo histórico das heranças genéticas e culturais de cada um. Esta atividade ocorreu na Sala de Leitura e teve a duração de 50 minutos.



Fotos: 34 e 35: História: Gente que mora dentro da gente.

Módulo VI

Ministrantes: Professoras de Português e de Pedagogia

Assunto: Construção da autobiografia e da árvore genealógica

Durante a realização da exposição, construção e verbalização da árvore genealógica pelos alunos, houve uma reação emocional positiva, bastante expressiva, porque alguns deles não souberam identificar quem eram seus pais, tios ou avós biológicos. Por causa dessa situação, houve a necessidade de se prolongar o tempo inicialmente programado para essa atividade, com o objetivo de dar mais um tempo para que os alunos pudessem pesquisar sobre suas origens, juntamente com seus familiares.

Foi necessário antes se trabalhar com a autobiografia de cada aluno, dando-lhe a oportunidade de conhecer a sua história e a de seus antepassados. Muitos alunos se emocionaram, ao buscarem por parentes que nunca tinham conhecido. Esse momento foi muito importante, porque aproximou algumas famílias que tinham dificuldades em abordar tais temas, relacionados ao passado. Portanto, houve um atraso no cronograma previsto para as aulas, prorrogado para o mês de agosto, o que significou mais oito aulas.



Fotos: 36 e 37: Árvore genealógica – Trabalhos feitos pelos alunos da turma “H-01”

Segundo Horta, *et al* (1999, p. 24),

A elaboração da árvore genealógica de cada aluno ajuda na compreensão da sucessão das gerações e da continuidade cultural e genética, e do fato da multiplicação do número de antepassados diretos, à medida em que viajamos para trás, no tempo. A descoberta do que faziam e de onde vieram os antepassados contribui para a compreensão do processo histórico de ocupação do local, e das heranças culturais e genéticas de cada um.

As demais aulas tiveram seqüência durante o mês de agosto, devido à interrupção das aulas no mês de julho, com as férias escolares. O retorno às aulas foi previsto para a primeira semana de agosto.

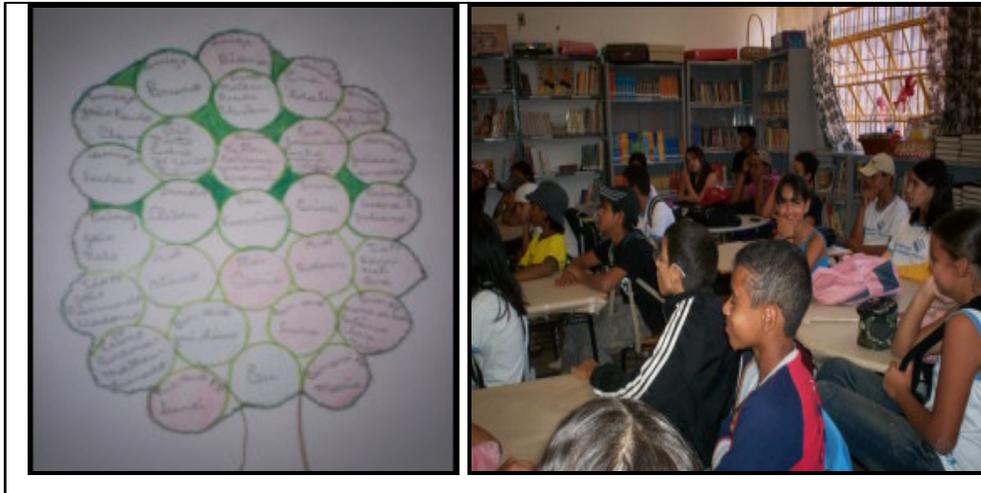
3.3.2 MÊS DE AGOSTO

Módulo VI

Ministrantes: Professoras de Pedagogia e de Artes

Assunto: Apresentação da árvore genealógica

Os alunos desenvolveram e apresentaram as atividades relacionadas ao assunto, utilizando materiais de artes diversificados, dando continuidade aos conteúdos onde havia sido interrompido.



Fotos: 38 e 39: Apresentação das árvores genealógicas feitas pelos alunos da turma "H-01".

Módulo VII

Ministrantes: Professora de Pedagogia e a coordenação do projeto

Assunto: Dinâmica do objeto cultural.

O objetivo desta atividade foi o de verbalizar e compartilhar com os colegas a importância de alguns objetos para a vida pessoal dos indivíduos. Para isso, cada aluno trouxe de casa um objeto que tivesse um valor cultural para si. Essa atividade foi inspirada em Horta, *et al* (1999, p.12),

O objeto mais comum de uso cotidiano, pode oferecer uma vasta gama de informações a respeito do seu contexto histórico-temporal, da sociedade que o criou, usou o transformou, dos gostos, valores e preferências de um grupo social, do seu nível tecnológico e artesanal, de seus hábitos, da complexa rede de relações sociais.

Durante a realização dessa aula, muitos alunos trouxeram objetos antigos, ou novos, mas que tinham sido de parentes próximos, como avôs, avós, mãe e pai e que reconheciam como de valor cultural para si ou para a sua família.

Todos puderam externalizar o porquê de sua preferência pelo objeto escolhido. Este, após ser socializado entre os colegas, foi registrado na forma de desenho, anotando todas as características morfológicas e estilísticas. Por meio desse registro, foi possível explorar a multiplicidade de olhares sobre cada objeto,

bem como, tratar do objeto material e enquanto as relações sociais e culturais que ele pode representar.



Fotos: 40 e 41: Aula sobre o objeto cultural preferido de cada aluno da turma "H-01".

Módulo VIII

Ministrante: Professora de Português

Assunto: Leitura e interpretação do texto: Gente que mora dentro da gente, de Jonas Ribeiro

O objetivo desta atividade foi o de retomar e sistematizar as aulas dadas sobre os antepassados e a importância de se conhecer a nossa história para compreender o presente e o futuro.



Fotos: 42 e 43: Discussão sobre o livro: Gente que mora dentro da gente.

Módulo IX

Ministrante: Professor convidado (Educação Física e pesquisador da cultura popular)

Assunto: Aula prática – Brinquedos Cantados (cantigas e causos populares)

Essa atividade, estendida a todas as turmas da escola, foi programada com o objetivo de divulgar e apresentar a cultura popular, o patrimônio imaterial. Foi um momento lúdico e musical, no pátio da escola, em que houve, contação de causos e de contos populares, atividade relacionada às manifestações culturais, de caráter dinâmico, por serem transmitidas oralmente. Os alunos se envolveram de modo bastante participativo.



Fotos: 44 e 45: Apresentação cultural – Professor pesquisador convidado

Módulo X

Ministrantes: Coordenadora do Lab. de Informática e de Pedagoga

Assunto: Introdução ao conceito de cultura

Esta aula teve por objetivo explicar e exemplificar o conceito de cultura e mostrar a sua diversidade. Para isso, utilizou-se o conceito, de Roque Laraia (2006, p. 25), que diz que a cultura é todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Como foi uma aula expositiva, tendo como recurso slides no computador, acontecendo no Laboratório de Informática.



Foto: 46: Discussão sobre o conceito de cultura

Módulo XI

Ministrante: Coordenadora da escola

Assunto: Filme: As manifestações culturais (Museu Antropológico/UFG)

O filme teve a duração de trinta minutos, durante os quais foram retratadas várias manifestações culturais, como Congadas, Festa do Divino, Cavalhadas, Folia de Reis, Festa Junina, Festa do Fogaréu etc. e comidas típicas da região Centro-Oeste (empadão goiano, arroz com pequi, os doces da Cidade de Goiás etc.). Houve a discussão do filme e os alunos fizeram trabalhos em casa a respeito desse assunto, tendo como foco a diversidade cultural do Estado de Goiás. Foi dado um prazo para o desenvolvimento dessa atividade, posto que os alunos necessitaram pesquisar, tanto na biblioteca da escola, como em outros *locus*.

Módulo XII

Ministrantes: Professoras de Português e Pedagogia

Assunto: Apresentação dos trabalhos feitos sobre as manifestações culturais

Os alunos explicaram os trabalhos feitos e houve uma diversidade de manifestações culturais neles expostos tais como: contação de causos, piadas, frases feitas(provérbios e máximas), danças típicas brasileiras e comidas típicas. Percebeu-se que houve envolvimento dos alunos, quanto à realização desta atividade, feita em casa e apresentada na aula. Esta atividade foi desenvolvida no pátio da escola.



Fotos: 47 e 48: Apresentação no pátio da das atividades relacionadas às manifestações culturais

Módulo XIII

Ministrantes: Coordenadoras do Laboratório de Informática e do projeto

Assunto: Exposição teórica: A arte rupestre

Esta aula foi preparatória para a realização da oficina de pintura da arte rupestre que os alunos participaram em seguida. Os alunos compreenderam o que é a Arte Rupestre e a sua importância como registro do cotidiano dos nossos antepassados, fazendo uma ligação sobre a importância de conhecerem os seus hábitos, costumes e o estilo de vida deles, reconhecendo-se e comparando com seus próprios hábitos e costumes.



Foto: 49: Explicação sobre o que é a Arte Rupestre

3.3.3 MÊS DE SETEMBRO

Módulo XIV

Ministrantes: Professores de Português, de pedagogia e a coordenadora do projeto

Assunto: Conceitos de Patrimônio Cultural

-Professoras responsáveis: Pedagogia (duas professoras) e Artes

Esta aula teve o objetivo de sistematizar os conteúdos vistos, desde o início do projeto, tais como os conceitos de patrimônio cultural, natural, material e imaterial. Houve a apresentação e discussão sobre esses conceitos. Na seqüência, as professoras trabalharam um texto sobre o referido assunto, intitulado “Cordel: o desafio da pluralidade cultural no mundo da globalização”, de autoria de Gustavo Dourado. Neste texto havia questões relacionadas ao patrimônio cultural e sobre a diversidade cultural.

Módulo XV

Ministrantes: Professoras de Português, Pedagogia e coordenação do projeto

Assunto: Oficina de Arte Rupestre

As aulas foram lúdicas. Utilizou-se uma metodologia diferenciada e os alunos puderam fazer uma releitura da Arte Rupestre, ao desenharem e colorirem em potes cerâmicos, várias manifestações dos nossos antepassados, observadas em pranchas específicas. Houve uma exposição dos trabalhos feitos. Esta atividade foi desenvolvida na sala de leitura.



Foto: 50 e 51: Oficina de artes sobre a Arte Rupestre

Módulo XVI

Ministrantes: Professores de Pedagogia, Português e a coordenadora do projeto

Assunto: Conceito de Educação Patrimonial

O objetivo desta aula foi o de abordar o significado do que venha a ser a Educação Patrimonial, visto que os alunos estavam trabalhando com esse tema durante toda a pesquisa, mas não tinham o conceito ainda abordado de uma maneira clara. A Educação Patrimonial como um instrumento de afirmação para a cidadania. Muitos alunos que perguntavam o que é Educação Patrimonial, só entenderam a sua dimensão nesta aula. A partir desse momento, passaram a associar as atividades realizadas durante as aulas, ao conceito. Esta aula aconteceu no Laboratório de Informática.

Módulo XVII

Ministrante: Professora de Pedagogia

Assunto: Filme: Mãos de Antera (IGPA/UCG)

O objetivo desta aula foi o de mostrar, por meio do filme selecionado, o ofício e os saberes culturais passados de geração em geração através da tradição cultural que envolvem a produção de um vasilhame de cerâmica.



Foto: 52 e 53: Filme: Mãos de antera

Módulo XVIII

Ministrantes: Duas professoras de Pedagogia, a de Artes e a coordenação do projeto

Assunto: Oficina de argila: Construção do vaso cerâmico

Os alunos puderam vivenciar, através da construção do seu próprio vaso de argila, como em algumas culturas passadas e atuais, esse processo aconteceu e se desenvolve no presente, trazendo em si uma multiplicidade de aspectos e significados, pois até atualmente, muitas pessoas ou grupos sociais ainda vivem desta arte de fazer vasos de cerâmica.



Foto: 54 e 55: Oficina de argila: construção dos potes e vasilhames

Módulo XIX

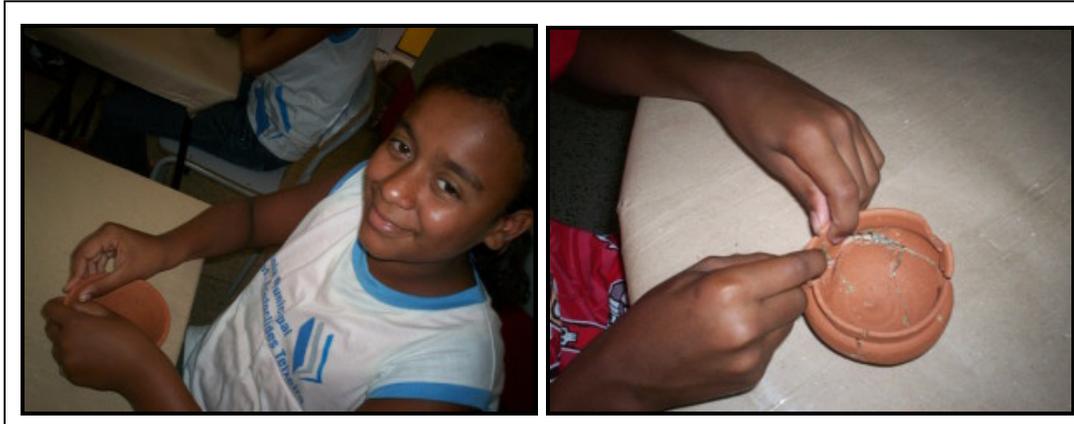
Ministrantes: Duas professoras de Pedagogia e a coordenação do projeto

Assunto: Oficina do vaso de cerâmica quebrada

Nesta oficina, os alunos puderam compreender a evidência cultural, através da reconstrução de um vaso de cerâmica quebrado com fragmentos que são reconstituídos em sua totalidade, juntando os pedaços.

Segundo Horta, *et al* (1999, p.34), nos diferentes modos de analisar, as evidências culturais, é possível se perceber o processo de reconstituição do passado, por meio dos fragmentos e vestígios observados no presente. Foi entregue um vaso cerâmico quebrado para cada aluno e todos puderam fazer a sua reconstituição, juntando as partes, compondo o todo (do vaso), como uma montagem de quebra-cabeça. Houve muita dificuldade dos alunos no início da realização da atividade, mas, depois, houve o entendimento e todos conseguiram montar a peça.

Foi uma atividade muito longa, que durou toda a manhã e tomou mais tempo, do que o previsto.



Fotos: 56 e 57: Oficina do pote quebrado: compreensão das evidências culturais

Módulo XX

Ministrantes: Professora de Pedagogia e coordenação do projeto

Assunto: Visitação ao Sítio Bananeira (Parque Ecológico de Goiânia) e à Barragem da Adutora do Ribeirão João Leite

Durante a realização dessas atividades, os alunos demonstraram interesse em todos os momentos da atividade. Primeiramente, foram ao Sítio Bananeira, onde a professora explicou o que é um Sítio Arqueológico e quais os materiais utilizados pelos arqueólogos (GPS, bússola, pincéis, espátula, pás, etc.). Ela também mostrou materiais cerâmicos existentes em uma sondagem aberta no sítio arqueológico Bananeira, vestígios deixados por habitantes que povoaram o local há cerca de sete séculos atrás⁴. Houve a disponibilidade de um tempo para que os alunos esclarecessem suas dúvidas.

4- Também foi trabalhado com os alunos a paisagem local de implantação do sítio, sua proximidade com os recursos de água (locais de abastecimento de água e de áreas de produção agrícola); mostrou-se, ainda, as áreas elevadas que poderiam ter sido utilizadas como locais estratégicos de defesa de território, nas relações sociais.

Logo após a visita feita ao Sítio, os alunos foram para o local onde foi construída a Barragem do Ribeirão João Leite e de onde se formará um lago que abastecerá os habitantes da cidade de Goiânia. Eles foram recepcionados por um técnico responsável pela obra, que explicou sobre os impactos ambientais, culturais e sociais que acontecem quando se realiza uma obra grandiosa como aquela.

Explicou as medidas tomadas para que esses impactos sejam amenizados, tanto no meio ambiente, quanto para as pessoas que residem próximas à Barragem. Logo após a palestra, os alunos foram verificar *in locu* a edificação da Barragem. Houve uma reação de surpresa por parte dos alunos, diante da grandiosidade da obra e da percepção de que a água de suas casas virá daquele local. Muitos alunos comentaram que depois da visita, perceberam o porquê de se realizar um trabalho de Educação à região a ser impactada. É preciso conhecer para preservar!



Fotos: 57 e 58: Visita dos alunos da turma “H-01”, ao Sítio Bananeira, que fica localizado no Parque Ecológico de Goiânia.



Fotos: 59 e 60: Visita dos alunos da turma “H-01” à Barragem do Ribeirão João Leite

Módulo XXI

Ministrantes: Professoras de Português, de Artes, de Pedagogia e a coordenação do projeto

Assuntos: Revisão dos conteúdos vistos e aplicação do questionário com perguntas relacionadas ao trabalho que foi desenvolvido, durante esses quatro meses.

O objetivo desse encontro foi de encerrar formalmente a pesquisa, agradecendo à participação de todos os alunos, dos professores, da coordenação pedagógica e da direção da EMPAT.

3.4 Avaliação dos resultados

A expectativa em relação aos resultados do desempenho apresentado pelos alunos, a respeito dos assuntos abordados referentes ao Patrimônio Cultural, porque os educadores participaram do curso com o objetivo de serem multiplicadores dos conteúdos apreendidos e também de conhecerem mais sobre a Educação Patrimonial.

Notou-se que os educadores envolvidos, demonstraram empenho e interesse em realizar a pesquisa, procurando provocar discussões e reflexões com os alunos da turma H-01, do ensino fundamental, da EMPAT, a respeito do Patrimônio Cultural e Arqueológico, verificou-se que houve no desenvolvimento das atividades, resultados positivos, tais como: o resgate dos bens culturais, fortalecendo a relação das pessoas envolvidas com suas histórias, seus antepassados, suas heranças culturais, resgatando suas memórias e identidades.

O planejamento das atividades referentes ao Patrimônio Cultural, via Educação Patrimonial, que foram desenvolvidas com os alunos, ocorreu na referida escola, contou com a participação da coordenação da pesquisa, dos professores e da coordenação pedagógica que atuam no turno matutino, devido ser o mesmo turno da turma selecionada.

Houve a elaboração coletiva de um cronograma, contendo os dias em que o projeto aconteceria, a quantidade de aulas que seriam dadas, o local e o profissional que atuaria em cada assunto, dentro de sua área de conhecimento, fazendo uma abordagem interdisciplinar. Em vários momentos houve a integração de até três profissionais de áreas diferentes, que se uniram, devido à necessidade dos conteúdos que foram abordados e a demanda do projeto.

Foram elaborados e planejados vinte e um módulos, contendo conteúdos referentes ao Patrimônio Cultural, via Educação Patrimonial, que foram trabalhados nos meses de junho a setembro de 2008, utilizando uma metodologia diversificada, lúdica, através da realização de oficinas, viabilização de filmes e aulas que despertaram a atenção, o interesse dos alunos em relação aos conteúdos abordados.

Percebeu-se que houve envolvimento da turma nas atividades que foram propostas, que estes despertaram o interesse em conhecer suas histórias, seus antepassados, buscando resgatar suas identidades, enfim, conhecer seus antepassados através do resgate da memória de seus familiares, que também se envolveram indiretamente nas atividades que houve necessidade de suas participações.

Os alunos demonstraram um aproveitamento satisfatório, tanto nas discussões que foram realizadas em sala de aula e outros espaços, como nas atividades escritas e artísticas.

Assim, pode-se afirmar que houve, na prática, o exercício pleno de cidadania, já que, segundo relatos dos próprios alunos, que escreveram nos questionários, que agora aprenderam a se conhecer mais e a valorizar bens materiais e imateriais, que fazem parte de suas vidas, mas que antes do curso não sabiam que eram tão importantes para a sociedade e que hoje sabem o quanto é importante estudar sobre o Patrimônio Cultural, para poder preservá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término do curso de Educação Patrimonial realizado na EMPAT, com os professores e com os alunos, cuja duração foi de quatro meses (maio-professores; junho, agosto e setembro de 2008- alunos), houve a constatação de que os objetivos propostos foram alcançados.

Constatou-se que houve, na prática, o desenvolvimento da consciência preservacionista, fortalecendo o resgate, a apropriação dos bens culturais da comunidade escolar, sensibilizando e tornando a real noção de identidade dos atores envolvidos, devido ao desempenho e ao interesse demonstrados nas atividades pedagógicas que foram desenvolvidas.

Através das discussões, oficinas pedagógicas, lúdicas, visitas direcionadas, dentro outras atividades, várias reflexões aconteceram, tanto com os educadores, quanto com os alunos, notou-se que houve a percepção de que ao se conhecer e se relacionar com suas heranças culturais, suas crenças, seus valores, estabeleceu-se o fortalecimento da relação deles com os bens materiais e imateriais, que fazem parte de suas histórias, que os levou a valorização do Patrimônio Histórico Cultural e o Arqueológico.

O curso de capacitação dos professores que contou com a carga horária de 40 horas, foi executado nos meses de maio e junho. Percebeu-se que os 11 educadores que fizeram o curso demonstraram envolvimento e uma participação efetiva nos módulos apresentados. Na execução do projeto de Educação Patrimonial com os alunos, três professores não participaram do processo: um justificou que estaria de licença prêmio, iniciada no mês de agosto, e outras duas não justificaram. Os demais professores trabalharam com uma abordagem interdisciplinar, de uma maneira eficiente e comprometida.

Durante a execução do curso para os professores, notou-se que não houve uma compreensão totalmente favorável a respeito dos conceitos de patrimônio imaterial, que foi notada nas análises dos questionários aplicados depois do início do

curso. Houve a retomada destes conteúdos, com os professores, por meio de discussões, comparações de filmes temáticos, dentro do horário de planejamento.

Logo após o curso, os professores iniciaram a aplicação dos conteúdos apreendidos, atuando como sendo multiplicadores, a respeito da abordagem do Patrimônio Histórico Cultural, em especial o Arqueológico, para os alunos da turma H-01. No início, constatou-se que essa turma não demonstrou um desempenho satisfatório, apresentando um corte de desinteresse e de descomprometimento com as atividades pedagógicas, além de comportamento de indisciplina. Segundo relatos da coordenação pedagógica da EMPAT, essa turma foi selecionada justamente para que fosse dada uma oportunidade de levantar a auto-estima dos alunos, mostrando que os mesmos são capazes de modificar o quadro de comportamento de desinteresse na aprendizagem e de indisciplina que está sendo apresentado.

Houve uma conversa informal com os alunos da H-01 e todos concordaram em participar do trabalho, demonstrando boa vontade e interesse. A carga horária, inicialmente prevista para 20 horas, foi ultrapassada em mais 22 horas, o que totalizou 42 horas de atividades. Como já mencionado, algumas atividades foram determinantes no atraso do planejamento, entre elas a construção da árvore genealógica, onde a reação emocional, através de choros e a resistência de alguns alunos foram particularmente importantes, por se sentirem desconcertados em fazer relatos de antepassados familiares que não conheciam, ou resistência da família do aluno em abordar certas questões.

Durante a realização desta atividade, houve uma aproximação e uma relação de confiança estabelecida, entre os alunos e os professores, rompendo o mal-estar e desmistificando o perfil inicial da turma de alunos desinteressados e indisciplinados, passaram a participar muito mais nas atividades que eram propostas. Houve demonstração de um rendimento satisfatório, também nas outras áreas de conhecimento, onde a turma mencionada passou a se interessar mais, tendo um melhor comportamento até em outros espaços, além da sala de aula. Ex: pátio, atividades realizadas fora do espaço escolar, etc.

Como repercussão do projeto desenvolvido na EMPAT, notou-se um movimento na instituição, onde vários educadores de todos os turnos, que não participaram do curso de capacitação, mas se interessaram em participar das atividades pedagógicas, ou planejar outras que fossem adaptadas à faixa etária e a sua área de conhecimento.

Esse trabalho teve uma repercussão local interessante, seja pela comunidade indiretamente envolvida, como os parentes dos alunos, como por uma comunidade mais ampla, representada pelos meios de comunicação: uma emissora de televisão que fez uma reportagem para um jornal local, em que foram retratados o trabalho realizado na escola e os assuntos relacionados ao Patrimônio Cultural e sua preservação. Alguns alunos e professores foram entrevistados, demonstrando que houve assimilação, entendimento dos conteúdos abordados.

Houve ainda, dois jornais que publicaram reportagens sobre o projeto, divulgando a importância de se conhecer o Patrimônio Cultural, para preservá-lo.

Assim, pode-se afirmar que as metas previstas foram alcançadas, que a avaliação é positiva, tanto da participação dos professores e alunos, como nas mudanças de visão e de comportamento dos familiares, conforme relatos verbais apresentados pelos alunos, pois a repercussão ainda está acontecendo, tanto na comunidade, quanto na EMPAT.

A Educação Patrimonial continua sendo abordada, após o término da pesquisa, não só com a turma H-01, mas com várias turmas, de outros turnos, até o final do ano letivo de 2008. A previsão para o ano de 2009 é de que a EMPAT inclua este projeto de Educação Patrimonial no Projeto Político Pedagógico e que a abordagem deste assunto terá continuidade.

Para a realização da terceira etapa da pesquisa em que se dará a continuidade do trabalho, através da pesquisa em nível de mestrado, em que serão utilizados os dados dos questionários aplicados para os professores e alunos da EMPAT e as experiências vivenciadas nas aulas de Educação Patrimonial, demonstrando que a idéia de reimplantação do curso de Educação Patrimonial para

os professores da Secretaria Municipal de Educação, é viável, que há um grande demanda de interesses em se conhecer sobre os assuntos que são relacionados ao Patrimônio Histórico Cultural, basta dar a oportunidade para que isto aconteça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEDRAN, Bia. A nuvenzinha triste. **Bia canta e conta**, v. 1. Rob Digital, 2001.CD.

CASTANHA, Marilda, **Pindorama: terra das palmeiras**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

COELHO, Ronaldo Simões. **A pedra com o menino**. São Paulo: Paulus, 2006.

CRUZ, Nelson. **Dirceu e Marília**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

DOURADO, Gustavo. Cordel: o desafio da pluralidade cultural no mundo da globalização. **Construir notícias**, [s. L.] jul./ago. 2005.

HORTA, M.L.P. GRÜNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

ICOMOS. “Carta de Veneza”. In: IPHAN. **Cartas patrimoniais**. Brasília,1995.

LARAIA, Roque. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LEROI, Gourhan. **Le geste et la parole Tome I**. Paris: Albina Michel, 1986.

LIMA, Renato. **Chico Rei**. São Paulo: Paulus, 2006.

MANSO, Celina Fernandes Almeida (org). **Goiânia art déco : acervo arquitetônico e urbanístico- dossiê de tombamento**. Goiânia. Seplan, 2004.

REZENDE, Maria Beatriz (Coord). **Patrimônio e leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDEC, 2007.

RIBEIRO, Jonas. **Gente que mora dentro da gente**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

SILVEIRA, Maria José. **Uma cidade de carne e osso**, Editora Dimensão, 2004.

VARINE-BOHAN, Hugo de. **A experiência internacional-notas de aulas**. São Paulo: FUUSP, 1974.

VIANA, S.; Barbosa, M, O; Mello, P.J.C. **Relatório parcial do sítio arqueológico vale dos sonhos**. Goiânia, 2002.

VIANA, S. A. e SOUZA, M.A. **Projeto de levantamento do patrimônio arqueológico e histórico-cultural, na área impactada pela implantação das Adutoras de água, da estação de tratamento de água e a estação de bombeamento, "Booster" ETAG, do sistema de abastecimento do Rio João Leite**, IGPA, UCG. Goiânia, 2007.

FILMES

As manifestações culturais (Museu Antropológico/UFG), 2003.

Mãos de Antera (IGPA/UCG),

ANEXO 4

Planilha de Custo do Curso de Educação Patrimonial da SME para o ano de 2009

PREVISÃO ORÇAMETÁRIA SME/ 2009

Ordem	Natureza da despesa	Valor Previsto
1	Consumo	R\$ 14.000,00
2	Serviços de Pessoa Física	R\$ 16.000,00
3	Serviços de Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
4	Material Permanente	R\$ 50.000,00
5	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 20.000,00
	TOTAL	R\$ 120.000,00

ANEXO 5

**Reportagens de jornais locais referentes ao
Projeto de Educação Patrimonial realizado na
EMPAT e sobre a Educação Patrimonial**

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.